



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 52

II Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 16 de Março de 2010

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído durante a sessão pelo Deputado Mark Marques)*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 15 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, correspondendo ao **Ponto Prévio da Agenda – A, B e C**, foi lido o **Relatório de verificação de poderes dos Srs. Deputados António André Pimentel, Cecília do Rosário Farias Pavão e João Oliveira Teves**, do Grupo Parlamentar do PS, pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues (*PS*). Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

Lida a correspondência, passou-se para o **Ponto Prévio – D – Interpelação ao Governo Regional sobre o sector da Educação**, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Na interpelação ao Governo Regional, em sessão iniciada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Helder Silva (*PS*), Cláudia Cardoso (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Rui Ramos (*PSD*), Graça Teixeira (*PS*),

Zuraida Soares (*BE*), Cláudio Almeida (*PSD*) e Jorge Costa Pereira (*PSD*), e ainda a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*), que encerrou a sessão.

Finalmente, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/2010 – “Isenta da obrigação de instalação e manutenção do Dispositivo Electrónico de Matrícula os veículos automóveis e seus reboques, os motociclos e os triciclos autorizados a circular em auto-estradas ou vias equiparadas que circulem na RAA”.

No debate da Proposta, apresentada pelo Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*), usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Medina (*CDS/PP*), Duarte Moreira (*PS*), Mário Moniz (*BE*), Jorge Macedo (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

2. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/2009 – “Estabelece as medidas preventivas aplicáveis à bacia hidrogeológica da Caldeira de Guilherme Moniz/Pico Alto, que abrange os concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, na Ilha Terceira”.

No debate da Proposta, apresentada pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Parreira (*PS*), António Ventura (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Silveira (*CDS/PP*) e Aníbal Pires (*PCP*).

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

3. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/2009 – “Cria a Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A. Azorina, S.A.”.

No debate da Proposta, apresentada pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*), usou da palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 35 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, muito boa tarde. Agradecia que ocupassem os vossos lugares, para podermos iniciar os nossos trabalhos.

Vamos proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 15 horas e 05 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Helder Guerreiro Marques da Silva

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Paula Cristina Dias Bettencourt

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Três deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mais concretamente a Sra. Deputada Catarina Furtado, o Sr. Deputado Guilherme Nunes e o Sr. Deputado José Rego, pediram por dez dias a suspensão dos respectivos mandatos. Isso dá direito a serem substituídos. Para que essa substituição possa ocorrer, há que verificar o poder dos deputados substitutos. Por isso, eu pedia à Sra. Relatora da CAPAT o favor de apresentar o respectivo Relatório de Verificação de Poderes.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**Relatório e Parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
relativo à Verificação de Poderes de Deputados à Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores**

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 10 de Março de 2010, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação dos mandatos dos candidatos a deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Cecília do Rosário Farias Pavão, João Oliveira Teves e António André Pimentel, em decorrência dos pedidos de suspensão dos mandatos dos deputados Catarina Furtado, José do Rego e Guilherme Nunes.

Estiveram presentes os Deputados Hernâni Jorge (Presidente), Isabel Rodrigues (Relatora), José Ávila, António Toste Parreira, Carlos Mendonça, Bárbara Chaves, Clélio Menezes, Luís Garcia, Luís Silveira e Aníbal Pires. Estiveram, também, presentes na reunião os

Deputados Cláudio Almeida, em substituição da Deputada Carla Bretão (Secretária), José San-Bento, em substituição da Deputada Catarina Furtado, e Francisco Álvares, em substituição do Deputado João Costa.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 4º, nº 1, alínea a), do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante, ao abrigo do regime do artigo 5º do mesmo diploma legal, determina a suspensão do mandato de deputado.

O nº 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respectiva ordem de precedência na mesma lista”. De acordo com o disposto no nº 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direcção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do artigo 70º, nº 2, do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção da terceira alteração aprovada pela Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

O artigo 3º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro estabelece que “os poderes dos deputados são verificados pela Assembleia Legislativa, nos termos fixados no respectivo Regimento”.

O artigo 8º do Regimento da Assembleia Legislativa (aprovado pela Resolução nº 15/2003/A, de 26 de Novembro) preceitua, no seu nº 2, que a verificação de poderes dos Deputados “consiste na apreciação da regularidade formal dos mandatos e na apreciação da elegibilidade dos Deputados”. De acordo com o nº 1 do mesmo artigo, a verificação de poderes é precedida de “parecer da comissão competente”.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é competente em razão da matéria em apreciação.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DOS DEPUTADOS

a) Cecília do Rosário Farias Pavão e João Oliveira Teves

Em 12 de Março de 2010, a deputada Catarina Paula Moniz Furtado e o deputado José de Sousa Rego, ambos eleitos na lista do Partido Socialista pelo círculo eleitoral de São Miguel, requereram a sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a sua substituição temporária, por motivo relevante e por um período de 10 dias, compreendido entre os dias 15 e 24 de Março de 2010, ao abrigo do disposto no artigo 5º, nºs 1 e 2, do citado Estatuto dos Deputados.

Compulsada a acta de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 19 de Outubro de 2008, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos, e considerando a ordem de precedência na respectiva lista, há que proceder à verificação dos poderes dos candidatos Cecília do Rosário Farias Pavão e João Oliveira Teves, os quais, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverão substituir os deputados Catarina Paula Moniz Furtado e José de Sousa Rego.

Da análise efectuada constata-se que:

i) a candidata Cecília do Rosário Farias Pavão não se encontra em situação de impedimento ou incompatibilidade, podendo assumir o mandato de deputada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

ii) o candidato João Oliveira Teves, enquanto funcionário do Instituto Regional de Ordenamento Agrário (IROA), se encontra na situação de incompatibilidade prevista no artigo 22º, nº 1, alínea j), do citado Estatuto dos Deputados, não podendo exercer as respectivas funções profissionais a partir da data em que assuma o mandato de deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

b) António André Pimentel

Em 12 de Março de 2010, o deputado Guilherme de Fraga Vicente Nunes, eleito na lista do Partido Socialista pelo círculo eleitoral do Corvo, requereu a sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a sua substituição temporária, por motivo relevante e por um período de 10 dias, entre os dias 15 e 24 de Março de 2010, ao abrigo do disposto no artigo 5º, nºs 1 e 2, do citado Estatuto dos Deputados.

Compulsada a acta de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 19 de Outubro de 2008, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos, e considerando a ordem de precedência na respectiva lista, há que proceder à verificação dos poderes do candidato António André Pimentel, a qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir o Deputado Guilherme de Fraga Vicente Nunes.

Da análise efectuada constata-se que o candidato, enquanto funcionário do Instituto de Meteorologia, se encontra na situação de incompatibilidade prevista no artigo 22º, nº 1, alínea j), do citado Estatuto dos Deputados, não podendo exercer as respectivas funções profissionais a partir da data em que assuma o mandato de deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os *Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP* e o *Deputado da Representação Parlamentar do PCP* manifestaram posições de concordância quanto à situação de elegibilidade e à inexistência de quaisquer incompatibilidades relativamente à candidata Cecília do Rosário Farias Pavão bem como quanto à elegibilidade dos candidatos João Oliveira Teves e António André Pimentel, deixando ambos de estar em situação de incompatibilidade à data da cessação das respectivas funções profissionais.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, e considerando que a verificação de poderes consiste na conferência da identidade do deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8º, nºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução nº 15/2003/A, de 26 de Novembro, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1. Considerar elegível a candidata Cecília do Rosário Farias Pavão e que a mesma não se encontra em situação de incompatibilidade, concluindo que está em condições de integrar a IX Legislatura da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a partir da data da suspensão do mandato do deputado que substitui;

2. Considerar elegíveis os candidatos João Oliveira Teves e António André Pimentel e que ambos estão em situação de incompatibilidade por serem funcionários de pessoas colectivas de direito público, concluindo que, cessando as respectivas situações de incompatibilidade, ambos estão em condições de integrar a IX Legislatura da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a partir das datas da suspensão dos mandatos dos deputados que substituem.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa.

Ponta Delgada, 10 de Março de 2010.

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge.*

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está apresentado o relatório.

Não havendo questões, eu submeteria o relatório à aprovação desta câmara, o que passo a fazer de imediato.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora, então, convidava os Srs. Deputados cujos poderes acabaram de ser verificados a ocuparem os seus lugares nas respectivas bancadas. Sejam muito bem-vindos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à leitura da correspondência.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Presidência do Governo, Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a “Suspensão Parcial do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de Agosto”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Presidência do Governo, Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2010, “Regime Jurídico da produção de electricidade por intermédio de instalações de pequena potência, designadas por unidades de microprodução”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Presidência do Governo, Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Quadro Legal de Pesca Açoriana”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Projecto de Decreto Legislativo Regional “Emprende Jovem – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Projecto de Resolução – “Programa de Educação para o Empreendedorismo nas Escolas dos Açores”.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, Projecto de Resolução – “Zonas Rurais e Agricultura pós 2013”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, Projecto de Resolução – “Linha de crédito às Empresas para Pagamento de Responsabilidades para com o Fisco e Segurança Social”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Projecto de Resolução que “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova as iniciativas de sua competência para que se efective a alteração ao actual regime de ajudas compensatórias, no âmbito do POSEI Açores, para o sector das Bananas”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Segunda alteração ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2003/A, de 9 de Junho”.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Representação Parlamentar do PCP, Projecto de Decreto Legislativo Regional que “Cria o Observatório da Comunicação Social dos Açores”.

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Representação Parlamentar do PCP, Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da Administração Regional, Administração Local, serviços e entidades dependentes, independentemente da sua natureza”.

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, Projecto de Resolução sobre a “Criação de um Serviço de Ambiente sediado na Ilha do Corvo”.

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, um pedido para Interpelação ao Governo Regional, sobre a situação no sector da Educação na Região Autónoma dos Açores.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização para a Deputada Catarina Paula Moniz Furtado prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no processo de recurso (contra-ordenação) n.º 1481/09.2TAPDL, que corre termos no 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Relatório e Parecer relativo à verificação de poderes de deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização para o Deputado Carlos

Alberto Medeiros Mendonça prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no processo de recurso (contra-ordenação) n.º 1481/09.2TAPDL, que corre termos no 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Relatório de Actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Relatório sobre o requerimento apresentado por Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, para apreciação da constitucionalidade das normas constantes dos artigos 8.º a 14.º do Decreto n.º 8/2010 desta Assembleia Legislativa, que “Regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios de informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às organizações não-governamentais de ambiente e altera a composição e normas de funcionamento do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS)”.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Comissão de Política Geral, Relatório e Parecer sobre a Petição n.º 426/2009, “Alteração ao Acordo Laboral dos Trabalhadores Portugueses da Base das Lajes”.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Comissão de Política Geral, Parecer sobre a Proposta de Resolução que “Aprova o Acordo que Modifica o Acordo Laboral Integrado no Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, assinado em 1 de Junho de 1995, assinado em Lisboa em 11 de Julho de 2009.”

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Comissão de Política Geral, Parecer sobre a Proposta de Resolução – “Aprova o Acordo que Modifica o Regulamento do Trabalho assinado em 12 de Fevereiro de 1997, assinado em Lisboa em 11 de Julho de 2005, que decorre no Acordo sobre Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América”.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Comissão de Política Geral, Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei n.º 50/2010, que “Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de Setembro, que cria o programa de apoio financeiro Porta 65 – Arrendamento por Jovens”.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Comissão de Política Geral, Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Comissão de Política Geral, Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei n.º 41/2010, que “Adapta à administração local o regime de estágios da administração pública”.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Comissão de Política Geral, Relatório e Parecer sobre a Anteproposta de Lei n.º 3/2009 (PSD) – “Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores”.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Economia, Relatório e Parecer sobre o Projecto de Resolução sobre “Regulamentação e controlo de preços de bens e serviços essenciais na Região Autónoma dos Açores”.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Comissão Permanente de Economia, Relatório e Parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Suspensão parcial do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de Agosto”.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Economia, Relatório e Parecer sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional que “Estabelece critérios de redução do preço da electricidade a agregados familiares com pessoas em situação de desemprego”.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Comissão Permanente de Economia, Relatório e Parecer sobre o Projecto de Resolução “Zonas Rurais e Agricultura pós 2013”.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Economia, Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Comissão Permanente de Economia, Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2008.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia, Relatório e Parecer sobre as Propostas de Alteração e Aditamento à Lei n.º 9/XI – Orçamento de Estado para 2010.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia, Relatório e Parecer sobre as Propostas de Alteração à Lei n.º 9/XI – Orçamento de Estado para 2010.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia, Relatório e Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 81/2008, de 16 de Maio, que estabelece o enquadramento nacional dos apoios a conceder ao sector da pesca no âmbito do Programa Operacional Pesca 2007/2013, designado por PROMAR”.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia, Relatório e Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de Maio, que fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais, estabelece os requisitos operacionais, administrativos, de segurança e de facilitação a aplicar nestas infra-estruturas e procede à classificação operacional dos aeródromos civis nacionais para efeitos de ordenamento aeroportuário”.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, Relatório nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Assembleia da República, a Proposta de Resolução n.º 2/XI, que “Aprova o Acordo que Modifica o Acordo Laboral Integrado no Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, assinado em 5 de Junho de 1995, assinado em Lisboa em 11 de Julho de 2009”.

Baixou à Comissão de Política Geral.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Assembleia da República, Proposta de Resolução que “Aprova o Acordo que Modifica o Regulamento do Trabalho, assinado em 12 de Fevereiro de 1997, assinado em Lisboa, em 11 de Julho de 2009, que decorre do Acordo sobre Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América”.

Baixou à Comissão de Política Geral.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Assembleia da República, Propostas de Alteração à Proposta de Lei n.º 9/XI – Orçamento de Estado para 2010.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Assembleia da República, Proposta de Aditamento à Proposta de Lei n.º 9/XI, Orçamento de Estado para 2010.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Assembleia da República, Proposta de Alteração à Proposta de Lei n.º 9/XI – Orçamento de Estado para 2010, do CDS/PP.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Da Assembleia da República, Propostas de Alteração à Proposta de Lei 9/XI – Orçamento de Estado para 2010, do Partido Comunista Português.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Assembleia da República, Proposta de Aditamento à Proposta de Lei n.º 9/XI – Orçamento de Estado para 2010.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, um requerimento informando que enviou para o Tribunal Constitucional a apreciação preventiva da constitucionalidade de algumas normas do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Da Presidência do Conselho de Ministros, Projecto de Decreto-Lei que “Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de Setembro, que cria o Programa de Apoio Financeiro Porta 65 Arrendamento por Jovens”.

Baixou à Comissão de Política Geral.

Secretário (*Deputado Cláudio Lopes*): Deu entrada o Relatório do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da RTP-S.A.

Secretário (*Deputado José Ávila*): Do Sr. José Fernando Carneiro de Sousa, um pedido para ser ouvido através duma comissão política.

Baixou à Comissão de Economia.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminada a leitura da correspondência, passamos para o ponto seguinte.

Como sabem, há um requerimento de interpelação ao abrigo do nosso Regimento, dos artigos 183.º e seguintes, que foi da autoria da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico. De acordo com o nosso Regimento, a Conferência de Líderes fixou os tempos para este debate, que ficaram assim fixados:

Governo – 30 minutos;

Partido Socialista – 30 minutos;

Interpelante (PPM) – 30 minutos;

PSD – 20 minutos;

CDS/PP – 15 minutos;

BE – 13 minutos;

PCP – 10 minutos.

Vamos então dar início a esta **Interpelação ao Governo Regional sobre o sector da Educação**.

Dou a palavra ao interpelante, para iniciar o debate. Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vivemos um período marcado pela crise económica e por uma crise social cada vez mais acentuada e desapidada. Estes são tempos terríveis e de grande incerteza para muitas famílias açorianas.

Nestas circunstâncias, se for possível vislumbrar uma luz de esperança na penumbra destes dias, se for possível acreditar na redenção das dificuldades presentes, então as actuais provações serão mais suportáveis porque os homens, as mulheres e os povos só abdicam do presente se lhes mostrarem – se lhes garantirem – um futuro mais próspero. Um futuro mais justo.

Por isso, decidi provocar esta interpelação ao Governo Regional. Para falarmos e discutirmos o futuro, sem abdicar do presente. Para falarmos de expectativas e de esperança. Acredito que falar de esperança, de justiça social, de progresso, de humanismo, de solidariedade, de democracia, de tolerância, de inovação, de igualdade de oportunidades e de futuro é, em última instância, falar de educação.

É isto que vos proponho hoje: problematizar o futuro, reformar a educação e escancarar as janelas da esperança.

Pretendo falar no futuro e por isso tenho de começar por vos assinalar o que não tem futuro. O que vive aprisionado na Idade Média da ignorância, do despropósito, da teimosia e da irracionalidade.

No ano 12 da governação socialista, caiu, da cadeira do poder da educação, aquele que parecia uma espécie de procônsul vitalício do Governo Regional nesta área.

Caiu devido à mesma causa que fez cair a maçã de Newton e às cautelas de um avisado e experiente Presidente do Governo Regional. Mas, em última análise, o anterior Secretário da Educação caiu, sobretudo, porque falhou na área essencial para qualquer governo deste mundo: falhou nos resultados.

É verdade que construiu escolas e que legislou abundantemente. No entanto, os efeitos dessas políticas não se reflectiram nos resultados alcançados pelos alunos açorianos, que obtiveram a pior classificação do país no âmbito dos testes PISA 2006.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Não diga disparates. Pelo menos diga a verdade!

O Orador: O PISA 2006 avaliou as competências e os conhecimentos dos estudantes com 15 anos de idade.

Nestes testes, 53,3 % dos alunos portugueses obtiveram resultados catastróficos, não indo além do nível dois em seis níveis de complexidade. Nos patamares de excelência, o panorama foi ainda mais desolador, uma vez que só 0,1 % conseguiu atingir o nível mais elevado.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Nem sequer isso é verdade!

O Orador: O pior resultado entre os países da OCDE.

Foi a partir daqui que, esmagado pela persistência dos péssimos resultados alcançados pelo sistema educativo açoriano, o anterior responsável do sector educativo tomou uma série de medidas, ditadas pelo desespero, que tornaram o sistema educativo regional um autêntico caos:

1) Introduziu uma série de mecanismos, de natureza e intenção cosmética, destinados a melhorar a evolução meramente estatística do sistema educativo regional.

Para quem revelasse maior dificuldade em perceber a mensagem da tolerância zero em relação ao sacrilégio de reprovar alunos, o Secretário da Educação de então concebeu um mecanismo ainda mais contundente: uma visita de cortesia da inspecção educativa para as recalcitrantes escolas, conselhos de turma e professores que persistissem em aplicar um mínimo de exigência na avaliação dos alunos.

É a famosa regra dos 10%. Numa turma de 25 alunos, a ocorrência de três reprovações implicava, automaticamente, a presença no Tribunal do Santo Ofício da Inspeção

Educativa Regional nas escolas. Escusado será dizer que o sucesso cosmético do sistema educativo regional nestas condições subiu em flecha.

Finalmente, o Secretário da Educação tinha números extraordinários para apresentar ao mundo. Tudo isto seria extraordinário e o melhor dos mundos, não fora a estranha e persistente amnésia que invade os alunos açorianos sempre que têm de realizar provas não elaboradas na Região.

2) Manteve o sistema educativo regional fechado, nomeadamente ao nível da aplicação de critérios de preferência regional na colocação de professores. Esse facto impede a inovação, a selecção dos melhores e a existência da pluralidade de formações académicas no sistema educativo açoriano. Nesta mesma área, registou-se ainda a incapacidade de criar um sistema de formação e de actualização dos docentes minimamente credível.

Em suma, o poder socialista congelou no tempo, no que se refere à selecção, colocação e formação dos docentes. A sua abertura de espírito e racionalidade é igual, nesta área, à que exibem os fundamentalistas das cavernas da intolerância.

3) Consternado pela falta de resultados, o anterior Secretário Regional da Educação montou o sistema educativo mais burocrático do Mundo Ocidental.

Considero demasiado fastidioso descrever nesta intervenção – e por isso não o farei – o enorme conjunto de burocracia criada para transformar a vida dos docentes num Inferno, a dos alunos num Purgatório e a dos pais num limbo.

O processo de avaliação das escolas, a avaliação dos docentes, as regras disciplinares – e muitos outros documentos de natureza idêntica – estão formulados de uma forma tão complexa e burocrática que acabam por exigir um dispêndio de energia completamente gratuito e ineficaz. E, o que é pior: tiram essa prioridade, essa concentração, essa energia, das salas de aula.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A partir do início da actual legislatura, outra época se começou a esboçar na educação regional. Uma época dominada por um autêntico triunvirato no feminino, de aspecto globalmente sorridente, mas tão imaculado de ideias, concretizações e projectos como o seu solitário antecessor.

A actual Secretária Regional da Educação e Formação vive os seus dias na penumbra de uma espécie de Cidade Proibida, por detrás de um desbotado biombo cor-de-rosa.

Não se lhe reconhece uma reforma de êxito.

Deputado Francisco César (PS): Ler livros a mais faz mal.

O Orador: Uma prestação parlamentar entusiasmante. Uma iniciativa mais relevante junto da comunidade educativa. O percurso da Secretária da Educação é do mais cinzento que já se pôde observar no Governo Regional ao longo destes 34 anos de autonomia. Quando muito, a imagem mais edificante que me ocorre, para caracterizar o seu desempenho, é a de um estéril Outono Marcelista.

Deputado Luís San-Bento (PS): O senhor era “policia no Alentejo”.

O Orador: Não mudou nada. Não inovou nada. Não criou nada. Em suma, o resultado da sua actuação é nada vezes nada.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A matemática não é o seu forte!

O Orador: Veja-se, a este propósito, a tristeza franciscana da Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional. Muda pouco mais do que as vírgulas e soma-lhe quatro ou cinco asneiras.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor já não vai para professor, vai para policia.

O Orador: O outro membro do triunvirato da educação socialista é a porta-voz do Grupo Parlamentar do PS para a educação, a Deputada Cláudia Cardoso.

Deputado Berto Messias (PS): Logo se sabe.

O Orador: Na minha perspectiva, esta deputada acaba por ser a principal vítima da fraquíssima gestão da pasta da educação regional. Para aguentar o embate político nesta área, a Deputada Cláudia Cardoso tem de fazer, neste hemiciclo, verdadeiros prodígios de contorcionismo político.

Com o tempo, transformou-se no exemplo perfeito dos antigos sofistas gregos. Consegue defender hoje, com aparente convicção, um determinada ideia e exactamente o seu contrário, na sessão parlamentar seguinte. O que ganha em retórica perde, diariamente, em credibilidade e em congruência. A sua actuação política pode caracterizar-se, com eficácia, através da simples adaptação de uma frase célebre: “cheguei, vi e desminto-me”.

Antes de prosseguir, faço questão de lamentar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tenha reduzido, de forma deliberada, o tempo desta interpelação, no sentido de tentar, uma vez mais, coarctar o debate democrático neste Parlamento.

Deputado Berto Messias (PS): Não diga asneiras. Isso é uma enorme asneira.

O Orador: Em boa verdade, não é possível, em apenas trinta minutos, diagnosticar, apresentar medidas fundamentadas, interpelar o Governo Regional e deixar espaço para a réplica. Não é possível!

O PS está há tanto tempo no poder que confunde maioria absoluta com poder absoluto. Ora, entre muitas outras diferenças, a maioria absoluta em democracia exige o respeito escrupuloso do pluralismo parlamentar. Algo que o Partido Socialista, com toda a evidência, não respeita neste Parlamento.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Homessa!

O Orador: Aliás, o seu conteúdo ideológico aproxima-se, cada vez mais, da velha síntese monoteísta: um só patrão, um só jornal e uma só televisão.

Apesar de tudo, a minha primeira proposta é, justamente, apelar ao que resta da cultura democrática e pluralista do Partido Socialista e propor um amplo acordo parlamentar para a educação.

A educação é uma área vital para o desenvolvimento, a justiça social e o progresso da sociedade açoriana. Trata-se, também, de uma área de natureza eminentemente estrutural. Uma área em que é necessário ter paciência e esperar pelos resultados. Na educação, não é possível estar sempre a alterar e a problematizar tudo.

No entanto, nas actuais circunstâncias, um acordo parlamentar alargado dará estabilidade ao processo de reformas que é necessário empreender e cuja permanência é necessário assegurar muito para além do fim da actual legislatura.

O PPM está disponível para realizar esse esforço. A nossa posição na questão das finanças regionais foi a prova cabal de que não nos deixamos condicionar por estéreis lutas partidárias e que colocamos o interesse da Região acima de qualquer outra coisa consideração.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, onde já vai: na Lei de Finanças!

O Orador: Para que o Partido Socialista possa aceitar este desafio é necessário que realize aqui um acto de humildade democrática. É necessário que reconheça que o actual modelo

educativo e as políticas que o suportam fracassaram. Isto, porque ninguém contestará que um sistema que obtém os piores resultados do país e da Europa tem de ser alvo de uma profunda reforma. Depois desta expiação política, é necessário que o Partido Socialista recupere o espírito de diálogo e a capacidade de gerar consensos na sociedade e no sistema político açoriano.

No âmbito deste espírito, permitimo-nos sinalizar algumas áreas de reforma urgente. Não nos move um espírito dogmático. Quero, desde já, assegurar que estamos prontos a chegar a consensos sobre todas as matérias que envolvem a educação.

Se existe um conhecimento científico absolutamente comprovado na área da educação é, precisamente, o que estabelece uma relação directa e intrínseca entre a qualidade do corpo docente e os resultados alcançados pelos sistemas educativos.

Temos de alterar, com urgência, o nosso concurso docente. Temos de abandonar a lógica tribal actualmente prevalecente e conceber mecanismos de recrutamento de docentes capazes de atrair os melhores, onde quer que eles se encontrem.

Não é possível continuar a privilegiar um docente com uma média académica de dez, em detrimento de outro que obteve vinte. Apenas porque o primeiro concluiu a sua licenciatura ou estágio na Universidade dos Açores e o segundo o fez em qualquer outra Universidade deste mundo, por mais prestigiada que esta seja.

Pergunto: Está o Governo Regional disponível para alterar, nestes moldes, o concurso docente regional?

Ainda neste âmbito, temos de melhorar a qualificação do nosso corpo docente, alterando o paradigma de formação actualmente existente e rompendo os métodos meramente escolásticos e economicistas.

Falo de se adoptarem métodos modernos de formação: formação em contexto de aula, permuta de boas práticas; reforço do trabalho colegial do corpo docente e aumento dos períodos de formação e dos recursos financeiros que lhe são direccionados.

Questiono: Está o Governo Regional disposto a trilhar este caminho e a abandonar as suas actuais políticas de desvalorização da formação de docentes?

Consideramos igualmente fundamental inverter a desvalorização social do trabalho docente, a perda de autoridade dos professores e a crescente indisciplina nas salas de aula e nas

escolas. Tudo isto provoca a diminuição da qualidade do ensino e o surgimento de focos de violência inaceitáveis contra alunos e professores.

Para combater o agravamento destes indicadores, melhorar as condições objectivas em que se realiza o processo de ensino-aprendizagem e valorizar a profissão docente, propomos que se reforce a autoridade dos docentes e a sua protecção jurídica.

Nesse mesmo contexto, propomos a revisão, melhoria e simplificação dos mecanismos disciplinares actualmente existentes. Concebemos, igualmente, uma maior responsabilização das famílias nesta área.

Finalmente, propomos a elaboração de um plano regional – envolvendo as famílias, as associações de estudantes, as associações de pais, as Igrejas, as autoridades policiais...

Deputado Berto Messias (PS): As igrejas?

O Orador: ...a segurança social, as associações de jovens, as associações de solidariedade social, as autarquias, as escolas e outros agentes educativos e sociais – para combater o odioso fenómeno do *bullying*.

Interrogo: Está o Governo Regional disponível para efectuar reformas consensualizadas, política e socialmente, neste domínio? Repito: Está o Governo Regional disponível para efectuar reformas consensualizadas, política e socialmente, neste domínio?

Para fechar o capítulo dos docentes, é necessário terminar com a pantomina do actual processo de avaliação de professores. No dia 6 de Janeiro de 2010, o Governo socialista da República anunciou que 99,5% – repito: 99,5% – dos docentes que foram avaliados em 2009 obtiveram classificações de bom, muito bom ou excelente.

Eu sei que o Presidente do Governo Regional está, de certa forma, familiarizado com os 99%. Citando o Dr. Mota Amaral, este é um estranho número, pleno, no entanto, de significado político para caracterizar a diversidade e o pluralismo interno do partido que nos governa. Depois deste resultado, não restarão muitas dúvidas a respeito da credibilidade, qualidade e rigor deste modelo de avaliação, de inspiração chilena e de aplicação, como se vê, bem portuguesa.

Nesse sentido, defendo a implementação de um modelo de avaliação a sério (um modelo de avaliação *a sério*) – no final de cada escalão ou sempre que surjam indícios de más práticas pedagógicas e científicas – realizado por equipas regionais de docentes especializados no âmbito da avaliação de professores. Isto, para se fazer uma avaliação a sério.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Anunciámos, na semana passada, a intenção de apresentar uma iniciativa parlamentar que visa criar o ensino bilingue no sistema educativo açoriano. Trata-se de um ambicioso programa de imersão linguística.

Um programa concebido para dar à sociedade açoriana mecanismos que permitam aproveitar todas as vantagens decorrentes do processo de integração europeia e do domínio da língua de comunicação internacional por excelência: a língua inglesa. Um programa concebido para permitir o arranque da convergência do nosso sistema educativo com os melhores sistemas educativos europeus.

Interpelo: Tem o Governo Regional essa ambição?

A ambição do PPM é premiar e obter a excelência dos alunos, dos professores e das escolas açorianas. Por isso:

Queremos que os melhores voltem a ser distinguidos.

Queremos que o trabalho, o esforço, a disciplina e a superação voltem a ser os valores predominantes do sistema educativo açoriano.

Queremos que as novas tecnologias sejam introduzidas nas escolas açorianas, mas de uma forma competente e séria.

Queremos que os nossos jovens possam adquirir o direito a estudar a História dos Açores, mas sem afectar a integridade do programa nacional. Para não os colocar em desvantagem em relação ao resto dos jovens portugueses.

Queremos que a passagem entre o ensino básico e o ensino secundário não continue a ser uma espécie de buraco negro, que engole centenas de jovens açorianos e os remete para o insucesso no ensino secundário. Temos, logicamente, de preparar o nosso sistema educativo para a expansão da escolaridade obrigatória até ao ensino secundário.

Queremos defender a autonomia das escolas açorianas de condicionamentos governamentais, com fins exclusivamente político-partidários.

Queremos promover a igualdade de oportunidades, nomeadamente facultando manuais gratuitos a todos os alunos do ensino básico.

Queremos aumentar e assegurar a renovação das lideranças das escolas. Por isso continuamos a defender a limitação dos mandatos dos presidentes dos conselhos executivos.

Queremos reforçar o apoio, a qualidade e a diversidade do ensino profissional.

Chegou o derradeiro momento em que temos de fazer opções no âmbito de uma verdadeira dicotomia de reformas, sem escapatória e sem delongas. Todos temos de optar e por isso vos pergunto: Se querem substituir a apatia pela ambição; o laxismo pelo trabalho; a violência pela tolerância; o egoísmo pela solidariedade; a estagnação pela inovação; a injustiça pela justiça; a mediocridade pela excelência e a descrença pela esperança.

O futuro que procuramos é o futuro da excelência do nosso sistema educativo. Acreditamos que os nossos alunos podem ser tão bons como os melhores da Europa. Acreditamos que os nossos professores são tão bons como os melhores da OCDE. Acreditamos que as nossas famílias são tão boas como as melhores da Finlândia.

Acreditamos, Srs. Deputados e Membros do Governo, que o que não é tão bom é a nossa organização, a nossa cultura de exigência, a nossa valorização do mérito, a nossa ambição e os nossos governantes. É isso que nos falta. É isso que temos de alcançar. É isso que temos de conquistar.

Termino com a afirmação da nossa meta cronológica em termos de melhoria dos resultados escolares. Em 2020, que é a referência temporal da União Europeia nesta matéria, queremos estar entre os melhores de Portugal e da União Europeia. A derradeira questão é saber se esse caminho se começa a trilhar só a partir de 2012, ou se o Governo Regional quer, de facto, acompanhar esta ambição.

No fundo, esta última questão é a razão derradeira desta interpelação e não escondo que espero que o Governo Regional ainda consiga encontrar, nem que seja no derradeiro estertor da sua alma e da sua existência, a energia suficiente, a ambição suficiente, para mudar e restituir a esperança aos alunos, pais e professores açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, de acordo com o artigo 184.º do Regimento, tem a palavra um membro do Governo, para iniciar.

Dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta interpelação satisfaz-me na medida em que me dá a oportunidade de mostrar, de apresentar o trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito da educação, nestes últimos tempos, e que ainda se perspectiva para o decorrer deste ano.

Consciente da importância da educação para o desenvolvimento social e económico dos Açores, o Governo tem agido com determinação e bom senso, procurando corresponder às necessidades do sistema educativo açoriano.

A acção do Governo tem-se pautado por uma relação de proximidade com a comunidade educativa (por exemplo, realizando visitas às escolas do ensino regular, às escolas profissionais, e iniciando o contacto com as instituições que têm paralelismo pedagógico), temos auscultando as escolas (por exemplo, solicitando pareceres em matérias como o reforço da autoridade dos professores e a matriz curricular), temos envolvendo os docentes nas iniciativas assumidas (por exemplo, criando equipas de professores para prepararem o projecto do currículo regional e equipas para proporem estratégias de desburocratização do ensino).

Estas são algumas provas de como a tutela operacionaliza as políticas em estreita articulação com as escolas. Convém que estes exemplos sejam aqui dados, porque comprovam que o que o Governo diz corresponde à verdade. Sim! Porque discursos e ideias inexequíveis são fáceis de apresentar, mas os açorianos felizmente já sabem reconhecer e diferenciar o que é autêntico do que é artificial.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Embora fazendo uma breve referência a acções do Governo como as construções escolares e os equipamentos, o apoio social aos alunos e a formação, vou centrar esta apresentação na exposição de projectos que estão em curso. Embora alguns deles já tenham sido anunciados aquando da comunicação do Plano e Orçamento, merecem agora uma atenção especial, na medida em que são fundamentais para a contínua melhoria do ensino.

Relativamente às construções escolares, começo por referir que no início do próximo ano lectivo o sistema educativo regional contará com duas novas escolas, uma em S. Miguel e outra na Terceira.

Relativamente à intervenção da Secretaria Regional da Educação e Formação em matéria de apoio social, interessa referir que o Governo está atento às necessidades dos alunos, procurando criar condições favoráveis ao seu bem-estar e à igualdade de oportunidades.

Assim, a acção social escolar, para além do transporte de alunos, envolve o fornecimento de refeições e o apoio à aquisição de livros e material escolar aos estudantes pertencentes a famílias com menores recursos.

O apoio social é atribuído, tendo por base o rendimento familiar do aluno. Esta regra parece justa na medida em que permite uma maior igualdade de oportunidades e, por conseguinte, uma maior coesão social.

No que respeita aos manuais escolares, tal como está estabelecido nas orientações a médio prazo 2009/2012, o Governo irá proceder à entrega gratuita, de forma progressiva, de manuais aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, permitindo assim uma redução das despesas das famílias com menores rendimentos. Esta medida vai começar a ser implementada no próximo ano lectivo.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

A Oradora: Outro projecto integrado no apoio social é a distribuição de fruta nas escolas do 1º ciclo. Este projecto abrange 86 estabelecimentos do 1º ciclo e visa a criação nos alunos de hábitos de consumo de fruta e de alimentação saudável.

No âmbito dos recursos humanos das escolas e da sua formação, quero referir que foram abertas este ano 38 vagas para docentes da área de educação especial, o que significa o triplo do ano anterior.

No que respeita ao pessoal não docente, foram por Decreto Regulamentar Regional abertos lugares para os quadros de 4 Unidades Orgânicas que estavam carenciadas de assistentes operacionais e de assistentes técnicos.

A formação dos recursos humanos tem sido uma importante área de intervenção da Direcção Regional da Educação e Formação, tendo aumentado o número de acções realizadas pelos Centros de Formação e Associação de Escolas.

Quanto à formação do pessoal não docente, conseguiu-se que participassem através destes Centros 621 funcionários e, através da Direcção Regional da Educação e Formação, 534.

Foram em 2008 e 2009 acreditados 123 formadores e 201 acções de formação.

Contamos cada vez mais com formadores da região, o que permite uma maior autonomia em termos formativos e melhor adequação à nossa realidade.

Está a decorrer a formação sobre os novos programas de português e ainda esta semana irá iniciar-se a formação para os professores de matemática.

Para o pessoal não docente evidenciamos acções no âmbito do apoio e cuidado de crianças com necessidades educativas especiais e do controlo da disciplina na escola.

De seguida passo a apresentar o ponto da situação de alguns outros projectos que muito nos entusiasma, na medida em que podem influenciar directamente a qualidade do ensino.

Um destes projectos visa assegurar que todos os estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico tenham um quadro interactivo móvel, vídeo projector e computadores.

A entrega deste material deverá ser acompanhada de formação aos professores, bem como de monitorização e avaliação, perspectivando-se uma análise das implicações deste investimento no sucesso educativo dos alunos.

Anuncio que, no sentido de melhorar os resultados escolares dos estudantes de algumas escolas, vamos avançar ainda este ano com o acesso a uma plataforma informática intitulada “Recursos interactivos para a Educação nos Açores”, em parceria com a Universidade de Aveiro e versando conteúdos nas áreas de português, matemática e ciências.

Para o 3.º ciclo e secundário, o Governo já adquiriu licenças para a utilização de um laboratório virtual na área da física e da química.

O Protocolo com o Plano Regional de Leitura já foi assinado e muito em breve será divulgado o plano de desenvolvimento deste projecto, que espero venha a contribuir para aumentar os níveis de literacia dos açorianos.

O Projecto de Saúde Escolar é outro dos nossos compromissos que está a avançar a bom ritmo, estando prevista para breve a assinatura do protocolo entre a Secretaria Regional da Educação e Formação e a Secretaria Regional da Saúde. A complexidade deste projecto exige uma fase preparatória que está já em curso.

O Projecto de Saúde Escolar tem como objectivos o diagnóstico precoce de algumas doenças, bem como a sensibilização e formação da comunidade educativa.

Os projectos de desburocratização do ensino e de reforço da autoridade do professor estão a ser preparados para que no final de Abril e Maio, respectivamente, possa haver a apresentação de propostas.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

O Governo está a trabalhar, proporcionando cada vez melhores condições para que os alunos aprendam e evoluam no sentido da excelência. Os dados estatísticos revelam que este

investimento tem de continuar. Sabemos que a melhoria dos resultados é um processo lento e implica diferentes variáveis. Assim, exige-se que cada um dos principais intervenientes no processo educativo articule esforços para que o sucesso escolar seja uma realidade.

Dos alunos desejamos mais ambição, objectivos e esforço;

Dos professores pretendemos trabalho em equipa, partilha de boas práticas e autoridade;

Dos órgãos de gestão queremos liderança, uma adequada gestão de recursos e a criação de condições que promovam a qualidade do ensino e o sucesso dos alunos;

Do pessoal não docente queremos dedicação e valorização da sua actividade;

Dos encarregados de educação espera-se que cumpram com responsabilidade o seu dever de educar e valorizem o papel da escola na formação dos seus educandos, trabalhando em estreita articulação com os directores de turma e com a escola;

Da tutela exigem-se políticas alicerçadas nas necessidades do sistema educativo e orientadas para o sustentável desenvolvimento social, económico e ambiental dos Açores.

O Governo está a trabalhar com determinação, sabe o que quer e, dia após dia, conta com o empenho das escolas e dos técnicos da Direcção Regional da Educação.

Cada projecto, cada iniciativa assumida, tem por base uma correcta análise da situação e do contexto educativo açoriano. Nem tudo o que serve os outros países ou regiões serve os Açores!

O Governo está a construir o nosso caminho em termos de educação, ciente da responsabilidade e do dever que esta matéria merece.

Dirigir o sector da educação numa região é um desafio que deve ser encarado:

Com determinação e sem excentricidades;

Com responsabilidade e sem aventuras;

Com respeito pela Educação e pelos açorianos, procurando servir os outros e não servir-se, não utilizando a educação nem as pessoas para manifestações de poder.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

A Oradora: Procurando o que interessa a muitos e não o que interessa apenas a alguns.

Trabalhamos dia após dia para continuar a melhorar a educação nos Açores. É isto que temos feito é isto que vamos continuar a fazer!

Obrigada.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Queria começar por registar positivamente esta iniciativa do PPM, de promover uma interpelação...

Deputado José Lima (PS): Há “casamento” aí!

O Orador: Não se enervem.

O registo é positivo e eu não podia deixar de o enunciar, até porque, relativamente às questões e à importância estratégica que têm o ensino, a educação e mesmo a formação profissional, isso une-nos no discurso político. Todos nós certamente estaremos de acordo em que é fundamental o investimento na educação, na formação, na qualificação académica e profissional dos nossos recursos humanos, para que qualquer modelo de desenvolvimento possa ter sucesso. Penso que isso nos une a todos e, portanto, daí o meu registo positivo relativamente à iniciativa que o PPM, em boa hora, teve de promover esta interpelação.

Bem, relativamente à forma como o PPM colocou aqui algumas questões, eu lamento que o PPM se tenha servido de algumas referências a modelos ou a indicadores que, enfim, fazem moda, porque hiper-quantificam resultados, mas que são descontextualizados. Portanto, digamos que a forma como o Sr. Deputado do PPM e o PPM olharam para as questões da educação fica, afinal de contas, reduzida apenas à referência a alguns indicadores que valem o que valem, mas que, no contexto do modelo de um sistema educativo regional, se calhar não têm tanta importância como aquela que o Sr. Deputado lhes quer dar.

Aliás, gostaria ainda de dizer o seguinte: pela forma como enunciou algumas das suas propostas, o PPM tem até uma visão fechada e retrógrada daquilo que deve ser um sistema educativo para a nossa região. Isto, para não me adiantar mais sobre este assunto. Terei oportunidade de o fazer, certamente, mais lá para a frente.

Gostaria de referir aqui algumas questões que, na perspectiva do PCP, têm de facto trazido algum problema para a escola pública e para o nosso sistema educativo. Desde logo, uma

coisa a que a Secretária Regional da Educação e Formação ali chamou de articulação com as escolas, mas a que eu chamo de limitação à liberdade...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é verdade!

O Orador: ...da acção e da função docente e da acção pedagógica das escolas. Porque, de facto, uma das maiores críticas que se pode fazer à política educativa do Governo do Partido Socialista é, exactamente, a hiper-regulamentação que está feita e que limita, efectivamente, o desempenho da função docente.

A função docente tem de ser caracterizada pela liberdade e pela autonomia. As escolas têm de ter efectivamente autonomia, para poderem concretizar projectos educativos de escola devidamente contextualizados ao seu território. E aquela que tem sido a política educativa do Partido Socialista tem sido exactamente a de coarctar essa liberdade e essa autonomia.

Deputado Berto Messias (*PS*): Não é verdade! É exactamente o contrário!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): É coarctar a liberdade!

O Orador: Aliás, a forma como o Partido Socialista, quer na região, quer no país, abordou esta questão, começou exactamente com uma coisa que nunca deveria ter sido feita e que nós, de facto, vamos pagar caro, que foi desclassificar, minorizar, desvalorizar a função profissional dos educadores e professores.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: Isso foi claramente feito, mas há outras questões. Fizeram isto e, quando o fizeram, fizeram um claro ataque à escola pública.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: E nós, hoje...

Deputado Berto Messias (*PS*): Hoje estamos noutra.

O Orador: Não estamos, não, Sr. Deputado!

...estamos a começar a pagar caro aquilo que foi feito. Hoje, ou a partir daqui, vai ser necessário fazer um investimento para que a retoma da credibilidade dos professores, a retoma da credibilidade do sistema de ensino, possa fazer fé outra vez, porque esse reconhecimento, o reconhecimento da sociedade relativamente aos professores e relativamente às escolas anda “pelas ruas da amargura”.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: Isto não foi por acaso, mas porque foram tomadas, efectivamente, algumas opções políticas e foram transpostas para a escola responsabilidades que a escola não deve ter. Há responsabilidades que hoje estão acometidas à escola e que não o devem ser.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: A escola não vai resolver os problemas sociais e económicos da nossa sociedade, não é à escola que compete fazer isso.

Portanto, há aqui de facto questões de princípio que enformam as políticas educativas do Partido Socialista. Há aqui questões e opções de fundo que enformam uma determinada matriz ideológica para o sistema educativo na região, da responsabilidade do Partido Socialista, algumas delas que, eventualmente, já sofreram alguma inflexão.

Eu quero lembrar que uma das grandes primeiras reformas foi acabar com as escolas de ensino especial, mas feita de uma forma perfeitamente abrupta. Não contesto a escola e os princípios da escola inclusiva. O que contesto – e que já hoje está reconhecido pelo Partido Socialista como tendo sido um erro (e é bom reconhecer os erros, não tem mal nenhum) e hoje já temos novamente escolas de referência relativamente ao ensino, à educação especial –, porque aquilo que foi feito na altura foi um corte abrupto com as escolas, foi acabar-se em definitivo com as escolas de educação especial.

Outras opções foram tomadas que iremos pagar caro. Algumas dessas opções ainda não estão interiorizadas, assumidas, pelo Partido Socialista, mas mais tarde ou mais cedo irão assumi-las. Uma delas tem a ver com a concentração de escolas em monstros, em escolas que serão autênticos monstros, que são as escolas básicas integradas, que foram criadas sem contextualizar e sem atender às particularidades de cada um dos territórios, onde se encerraram escolas do ensino básico em nome de uma visão puramente economicista.

Eu tenho, como se sabe, muito pouco tempo para este debate.

Agradeço a vossa atenção e, para já, disse.

(Neste momento, o Secretário da Mesa, Deputado Cláudio Lopes, foi substituído pelo Deputado Mark Marques)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(* Deputado Helder Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, deixe-me começar por lhe dizer que se o Sr. Deputado pretende ser, ou pelo menos parecer, sério no propósito que aqui nos trouxe de debater a situação da educação na Região Autónoma dos Açores, deverá o Sr. Deputado rever a sua postura e melhor ajustá-la à seriedade do tema que aqui nos quer trazer para debate. Esta, a primeira nota.

O Sr. Deputado veio aqui, numa postura que eu definiria como um misto de clerical e circense, chamar nomes aos membros do Governo, dizer mal de tudo, adjectivando tudo e todos. Deixe-me que lhe lembre que esta casa, Sr. Deputado, tem uma conduta própria e o Sr. Deputado deve aprender rapidamente a respeitá-la e a reger-se por essa conduta.

O Sr. Deputado julga-se aqui uma espécie de rei do Plenário. O Sr. Deputado chega aqui e parece, às vezes, que não entende a sua real dimensão. Para além das atitudes que tem, o senhor é *um* deputado nesta casa, com todo o respeito que nos merece, enquanto *um* deputado nesta casa. O Sr. Deputado não é *dois* deputados, o Sr. Deputado não é *cinco* deputados, o Sr. Deputado não é *dezoito* deputados e o Sr. Deputado não é *trinta* deputados, como este grupo parlamentar.

Isto tem de ser lembrado com esta clareza absoluta. E lembro-lhe isto, Sr. Deputado, porque o senhor veio aqui queixar-se, numa espécie de recriação do “Calimero”, de que foi prejudicado – vejam lá, prejudicado – com o tempo que lhe foi atribuído para este propósito de interpelar o Governo sobre matéria de educação. Sr. Deputado, por proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do presidente do grupo, teve numa primeira proposta 25 minutos e para toda uma interpelação 128 minutos. O Sr. Deputado achou que era pouco e este grupo parlamentar, pela minha voz, reconsiderou e considerou que o Sr. Deputado deveria ter trinta minutos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quero agradecer esses trinta minutos!

O Orador: ... e que esta interpelação passaria a ter 148 minutos. Isto é o resultado de uma decisão que é uma decisão democrática – democrática –, que o senhor tem de aprender a respeitar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Deixe-me dizer-lhe também que o senhor não tem nem mais, nem menos tempo do que aquele que este grupo parlamentar tem, com trinta deputados, ou que o Governo tem, para responder a esta interpelação que o Sr. Deputado aqui nos traz e propõe.

O Sr. Deputado pretende fazer uma interpelação sobre matéria sectorial e não geral. Isto, aliás, foi muito bem clarificado durante o nosso debate em Conferência de Líderes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está no Regimento?

O Orador: De acordo com o n.º 183 do Regimento, os grupos e representações parlamentares podem interpelar o Governo sobre assuntos de política geral ou sectorial e esta é uma distinção que vem no Regimento. Naturalmente, esta distinção não acontece por acaso, acontece precisamente porque o legislador considerou que existia uma distinção entre uma e outra matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há distinção de tempo?

O Orador: No nosso entendimento, conforme dissemos, matéria sectorial não requer tanto tempo como a matéria de interesse geral, para discussão. Para além de que, independentemente da natureza da matéria aqui trazida para interpelação ao debate, há uma outra questão que não deixa de ser ponderada e não deixará sempre de ser ponderada por nós, que é a pertinência e a acuidade do tema relativamente ao qual se pretende interpelar o Governo ou, até, relativamente ao qual se pretende que se faça um debate nesta casa. Não deixa de continuar a dever ser apreciada a pertinência e a acuidade dos temas. Não pela urgência, mas pela pertinência e pela acuidade dos temas.

É em resultado desta questão e desta análise que, por nossa proposta, por votação maioritária, o Sr. Deputado tem 148 minutos para esta interpelação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só o vosso grupo!

O Orador: Deixe-me só lembrar-lhe que, desde 2002, em debates de urgência e interpelações, o histórico diz-nos que tivemos 140 minutos nuns casos, 145 noutros, 175, 180, 205, 220. Isto é, nós tivemos, nalguns casos, menos tempo do que aquele que o Sr. Deputado tem, agora, para esta interpelação ao Governo.

Deixe-me também que lhe lembre uma outra questão, que não deixa de ser objecto de análise e de interpretação por parte deste grupo parlamentar: desde 2002 até 2009, pelos registos que consegui obter, aconteceram cinco debates de urgência e/ou interpelações ao

Governo Regional. Sucede curiosamente que, este ano, vamos no mês de Março e vamos na terceira interpelação e debate de urgência na nossa Assembleia.

Obviamente que, de acordo com o Regimento – e é para cumprir – os Srs. Deputados têm o dever, a obrigação, de recorrer às figuras regimentais que existem e podem e devem fazê-lo. Mas é bom realçar que o Sr. Deputado teve mais tempo do que tiveram alguns outros Srs. Deputados nesta casa para debates de urgência e/ou interpelações. O Sr. Deputado tem, por isso, de se sujeitar ao funcionamento democrático desta casa e tem de compreender que não está acima de nenhuma regra de funcionamento do nosso Plenário.

Deixe-me que lhe diga também, para finalizar, que, para quem se diz tão preocupado com a situação da educação na nossa região e quem reclama uma tão grande importância no debate que aqui nos traz – relativamente ao qual, naturalmente, nós consideramos que é importante, mas não mais importante do que tantos outros temas que temos para debater na nossa região – ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado ainda não falou sobre a educação. Sobre a minha intervenção, o senhor ainda não disse nada.

O Orador: ...o Sr. Deputado tem parecido muito mais preocupado com o tempo que lhe foi democraticamente atribuído para esta interpelação. O Sr. Deputado parece, por isso, mais preocupado com o palco do que propriamente com a substância daquilo que deve fazer com esse mesmo palco.

Disse, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um tema tão importante e o Sr. Deputado disse zero! Uma intervenção inteira sem falar sobre educação! É uma vergonha!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar o nosso debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(* Deputada Cláudia Cardoso (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos num momento de interpelação deste Parlamento ao Governo, sobre uma matéria muito pertinente, do meu ponto de vista, a educação. Gostava, antes de entrar propriamente na “elencagem” de uma série de considerações e de questões que gostava de aqui levantar, de fazer uma breve introdução.

Desde logo, aos méritos de uma interpelação deste teor e depois, especificamente à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, o interpelante neste caso, que me parece que até, e surpreendentemente, começou com um rasgo de ponderação e de bom senso a sua intervenção. O que me surpreendeu, devo confessar, porque não é habitual vê-lo em si. Apelando, por exemplo, à esperança, à discussão de questões como a inovação, de discussões como a melhoria dos resultados escolares, e animou-me este seu intróito, Sr. Deputado, digo-lhe desde já. Como é evidente estava, também eu, ludibriada.

O Sr. Deputado começou bem, mas acabou mal. Rapidamente fez transfigurar essa sua aparente intenção de debate sério na revelação da sua bília e da sua amargura e no traçado de um cenário irreal, virtual, na criação de um mundo próprio em que o senhor habita e gosta de fazer habitar outros. Para usar a sua linguagem circense, Sr. Deputado, o senhor revelou-se um verdadeiro ilusionista.

Já nos habituou, com recurso aos seus fantasmas e com recurso às suas velhas questões mal resolvidas, que não me cabe a mim, nesta intervenção, resolver. No entanto, percebemos todos que aquilo que o senhor verdadeiramente almejava, Sr. Deputado, era ser um domador de leões, mas, olhando atentamente para as suas propostas, Sr. Deputado, que visam solucionar, nas suas palavras, um problema estrutural do sector da educação, o senhor revela-se, apenas e infelizmente, um encantador de minhocas. Porque não é possível identificar um problema estrutural gravíssimo, nas suas palavras, no sistema educativo regional e querer resolvê-lo com aspirinas e panaceias, como o ensino bilingue nas escolas, que constituiria, isso sim, mais um problema e não uma solução.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Passado este intróito e só para terminar, gostava, agora sim, de enveredar pela parte séria do debate, e esta deve ser considerada e deve merecer toda a nossa atenção. Desde logo, porque se trouxeram aqui questões sérias, embora às vezes sob o aparente disfarce da brincadeira.

Primeira das questões sérias: os resultados escolares. Nós não temos os resultados escolares que gostaríamos, é verdade. Mas é preciso que se diga, em abono da verdade e da seriedade do debate, que o que se tem verificado, quer no sistema educativo do país, quer no da região, é uma progressiva e sustentada melhoria desses resultados. O Sr. Deputado Paulo Estêvão sabe – aliás, pela sua formação como professor – que nós não devemos olhar de

forma estanque, muitas vezes, os resultados, mas devemos analisar o processo, o ponto de partida, de onde é que partimos e até onde é que fomos capazes de chegar até agora. E os nossos indicadores são todos eles no sentido desta melhoria de que vos falava.

Por exemplo, abordando muito rapidamente a questão da taxa de transição, que me parece importante: desde 98/99 – para não ferir a susceptibilidade do PSD, que diz que o PS fala sempre em 96 – as nossas taxas de transição têm melhorado sustentadamente em todos os anos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É a regra dos 10%.

A Oradora: Sustentadamente, em todos os anos.

Reparemos: para dar alguns exemplos, ao nível do quarto ano do primeiro ciclo, em 98/99 nós tínhamos taxas de transição de 78,6; no ano passado, tínhamos taxas de transição de 86,4. Ao nível do segundo ciclo, o mesmo se verificou: 98/99, taxas de transição na ordem dos 76,8; actualmente, taxas de transição na ordem dos 90%.

Deputado Rui Ramos (PSD): Como é que chega a essa conclusão?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Refira as visitas da Inspeção Regional.

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Sr. Presidente, se a minha intervenção não interromper os apartes, eu gostaria de continuar.

Presidente: Está no uso da palavra, Sra. Deputada, pode continuar a sua intervenção.

A Oradora: Ao nível do terceiro ciclo e do ensino secundário, nós vemos uma progressão mais lenta, ou uma melhoria menos acentuada desses resultados, é verdade, ao nível do terceiro ciclo e do secundário. Mas, por exemplo, também temos actualmente taxas na ordem dos 87% ao nível do terceiro ciclo; dos 80%, por exemplo ao nível do 11.º ano; e dos 66% ao nível do 12.º. O que significa isto? Significa que esta melhoria se verificou; que, em alguns casos e em alguns níveis de ensino, é mais lenta do que noutros, mas que não deve ser descurada nem omitida.

Mais: nós temos – e aqui, um factor que nos parece também relevante – um ano, particularmente o ano lectivo 2002/2003, em que estes resultados, as taxas de transição, tiveram um ligeiro decréscimo. Isto deveu-se a uma medida política da governação

socialista, que tem a ver também com a inclusão de que há pouco o Deputado Aníbal Pires falava, nas nossas escolas de percursos alternativos. Falo dos programas Cidadania, dos programas Oportunidade, muito criticados já nesta casa. Isto significa que nós tivemos também a coragem de integrar nas escolas alunos com dificuldades, em percursos e em vias alternativos que, necessariamente, se reflectiram depois num decréscimo dos nossos próprios resultados. É isto que é preciso ser dito, é isto que é preciso ser diagnosticado. Eu concordo que se faça a análise, mas a análise deve ser séria.

Mais: outro aspecto de que o Sr. Deputado falou e que é importante aqui equacionar, os estudos PISA. Os estudos PISA são, na minha forma de considerar, importantes, têm a sua relevância, mas temos de atender aqui a uma especificidade e colocar os “pontos nos ii”, para percebemos que não podemos cair em algumas falácias.

O que fazem os estudos PISA? Analisam alunos na taxa dos 15 anos em vários países da OCDE e comparam o desempenho desses alunos na faixa etária dos 15 anos. Em Portugal, nós temos alunos com 15 anos do 7.º ao 10.º ano de escolaridade. O que se consegue verificar? Consegue-se verificar com clareza que aqueles alunos que estão sem “repetência” – portanto, no ano certo, com a idade certa – têm desempenhos excelentes, bons desempenhos ao nível da OCDE, se isolarmos esses dados. E é precisamente isso que nós temos também, nesse tipo de análise, de considerar.

Depois, é preciso também dizer que, em termos nacionais e tendo por base os dados de estudos anteriores, que foram feitos em 2000, em 2003 e em 2006, os alunos portugueses inclusivamente registam ligeiros progressos. Isso, o Sr. Deputado Paulo Estêvão não disse: os alunos portugueses registam alguns progressos. A pontuação do estudo de 2000 para Portugal deu 459 pontos ao país; em 2003 deu 468 pontos; e agora atingiu os 474. Significa que tem havido uma melhoria sustentada desses resultados. Isso também é preciso que se diga.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E temos os piores resultados de Portugal e os piores da Europa.

A Oradora: Mais: temos de estar conscientes de que este tipo de estudo representa um retrato avaliativo de todo o sistema educativo, porque o seu objecto é apenas uma parcela do sistema educativo. Reparemos: para podermos fazer esta análise com seriedade, temos de compreender que esta evolução, a evolução verificada por exemplo no nosso país ao nível

do primeiro ciclo e dos seus resultados, não é aqui atendida; apenas são atendidos os alunos com 15 anos.

Mais: este estudo está claramente orientado para as competências dos alunos no domínio científico e para a sua atitude em relação à área das ciências. Ora, os resultados registados pelos nossos alunos, temos de convir, estão também relacionados com uma secular e infeliz falta de investimento por parte do nosso país na área laboratorial, que começa, infelizmente, há muito pouco tempo e cujos resultados se reflectem também aqui. Basta para isso fazer a correlação entre o número de alunos que atinge os níveis mais elevados e o nível de investigação que existe nos países onde esses alunos residem. Façam esta leitura com seriedade e percebem que, obviamente, os resultados dos nossos alunos estão também relacionados com a falta de investimento da nossa sociedade na cultura científica, que tem vindo a ser colmatado, mas muito recentemente, há cerca de dez anos ou menos, em alguns casos.

Eu não quero com isto dizer, Srs. Deputados, que nós devemos ter uma leitura pacífica ou linear daquilo que acontece do ponto de vista dos resultados dos nossos alunos. Evidentemente, eles devem ser um motivo de preocupação, e são. Tanto são, que o Governo tem tido inúmeras iniciativas no sentido de colmatar essas deficiências.

Eu queria só, para finalizar, colocar duas ou três questões ao Governo, que me parece poderem ajudar-nos a elucidar, e no âmbito desta interpelação, as questões que são devidas. Apesar de nós termos verificado, como tive oportunidade de dizer, uma melhoria significativa nos resultados dos nossos alunos, eu gostaria de perguntar à Sra. Secretária que medidas, para além das que já foram tomadas, por exemplo ao nível do primeiro ciclo, pretende o Governo, quer a curto, médio ou longo prazo, tomar para assegurar um combate mais dirigido, mais conseqüente, ao nível do insucesso escolar, uma vez que, do ponto de vista do abandono, nós estamos em níveis muito residuais e já não se revela uma preocupação.

Outra questão que também gostaria de colocar à Sra. Secretária...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pode dar já a resposta, Sra. Deputada.

A Oradora: ...no seu discurso, que proferiu da tribuna, referiu-se a uma plataforma intitulada “recursos interactivos para a educação nos Açores” e indicou, inclusivamente, que esta poderia ser também um contributo no combate ao insucesso escolar. O que eu solicitava

é que também pudesse elucidar, porque foi sucinta na sua apresentação, de que trata esta plataforma, como se vai operacionalizar...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pode dar a resposta!

A Oradora: ...durante quanto tempo, quantos alunos contempla, e os custos, se eventualmente tiver essa previsão já feita, em termos dos custos que poderá acarretar.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(* Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de me ater à matéria em discussão, gostaria de deixar uma referência ao que considero uma prática parlamentar lamentável: que o Sr. Deputado Helder Silva tenha vindo aqui fazer uma intervenção em que não diz uma frase sobre educação...

Vozes de deputados das bancadas do CDS/PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...que define ironicamente como matéria tão séria. É de lamentar que não tenha nada a dizer sobre o assunto. Eu, obviamente, tenho coisas a dizer sobre esta matéria e, portanto, não vou cair no mesmo erro.

Deputado Helder Silva (PS): O Sr. Deputado gastou o tempo que tem e tem uma resposta à altura do tempo em que a colocou.

O Orador: O que ainda não foi aqui dito claramente é que falamos muito em sucesso na educação e falamos muito pouco em qualidade. A qualidade e o sucesso em educação são coisas diferentes. A qualidade obtém-se com trabalho, com rigor, com exigência e reconhecimento da autoridade dos professores. Isso, já foi por mim dito naquela tribuna e reitero-o hoje aqui, é a posição do CDS/PP sobre esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Nós vivemos numa região e num país onde o sucesso é muito mais aparente, muito mais artificial, muito mais virtual do que propriamente real. Constata-se que estamos, de facto, sob um paradigma educacional que está gasto, que está extinto e que está esgotado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Provam-no os *rankings* das nossas escolas que, não sendo um indicador por si só válido – é óbvio que temos de avaliar a evolução e as condições em que decorrem as

aprendizagens nas nossas escolas –, é o indicador estatístico mais credível que temos para nos situar no todo nacional e os resultados são de facto catastróficos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Provam, também, que anos de governação socialista com legislação quase compulsiva nesta área nada de bom trouxeram em termos de sucesso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não é verdade. O senhor até reconhece isso na sua proposta legislativa.

O Orador: Nós reconhecemos a melhoria do parque escolar nos últimos anos, reconhecemos também que a estabilização dos quadros docentes foi efectuada com algum sucesso, mas o facto é que, usando a linguagem circense que parece ser do agrado de todos hoje, o Partido Socialista, em matéria de educação, nos últimos tempos avança e recua nas suas medidas sem um rumo definido. É contorcionismo e é o que nós denominamos de malabarismo. Fazem oposição a si mesmos, o facto é esse.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Vamos ver alguns exemplos que provam isso mesmo.

Primeiro: criam a autonomia das escolas e, depois, restringem-na de todas as formas possíveis. Criam inter-ciclos, avaliam a experiência como positiva e, depois, inexplicada e inexplicavelmente, abdicam dela. Criam áreas curriculares não disciplinares e depois afirmam que a carga horária dos alunos é excessiva, demasiado pesada e demasiado penalizadora para os alunos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Outra matéria que já foi aqui enunciada hoje tem a ver com a autoridade dos professores. Se alguém tem graves responsabilidades na desautorização em que os professores caíram é, efectivamente, a governação socialista. Quanto a isso, estamos claros.

Vozes de deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

O Orador: Obviamente que não podia deixar passar esta oportunidade sem me dirigir à Sra. Secretária e lançar-lhe, também, algumas perguntas.

A Sra. Secretária gosta muito de falar em mudança de paradigma na educação e obviamente que todos reconhecemos, penso eu, que para termos um sucesso mais real temos, de facto, de mudar de paradigma. Agora, onde pára esse novo paradigma? Onde pára o tal currículo regional que, sendo tão velhinho, afinal ainda não nasceu? Onde pára o reconhecimento do Governo Regional de que sem alunos motivados e mais energia dos professores para a sua função primordial, que deve ser de âmbito pedagógico, não pode haver mais qualidade, nem mais sucesso educativo, por inerência? Onde param essas coisas todas?

Falar de educação é, acima de tudo, falar de alunos e falar de professores. Ao falar de alunos parece-me que temos de falar, necessariamente, da redução da carga horária. Todos nós constatamos que ela é excessiva. Isso implica, obviamente, racionalizar o número e o âmbito das várias áreas curriculares, definir o núcleo essencial e fornecer aos alunos uma oferta educativa que coincida com os reais interesses deles. Parece-me que não é possível motivar os alunos para a escola sem termos esse tipo de preocupação.

Não nos parece, da nossa parte, que seja aumentando a carga do português e da matemática, dando aos alunos mais daquilo que eles não querem ter, que se vai ter alunos mais motivados na escola. Nós, em relação a essa matéria, somos frontalmente contra. Devemos trilhar exactamente o caminho inverso. Outra matéria em que a motivação dos alunos pode e deve ser conseguida é estimulando, dignificando e diversificando a oferta de clubes escolares.

Em relação aos professores, que são, digamos, o outro lado desta matéria, já muito se discutiu nesta casa. E, por já se ter discutido muito nesta casa, não me vou alongar em relação a como motivar e a como permitir que tenhamos docentes com mais tempo para investir na relação pedagógica com os seus alunos, mais tempo e mais disponibilidade para preparar as suas aulas. Vamos, digamos, de uma forma sintética, abordar estas questões.

A questão da autoridade é incontornável. Felizmente, registamos com agrado a Sra. Secretária ter dito que lá para Abril, Maio teremos conclusões em relação a isto. Ficaremos a aguardá-las. Agora, o princípio da democratização das escolas deve ser um princípio horizontal e não vertical. Cada um tem de saber o seu papel na hierarquia e, em relação a esta matéria, um professor não é necessariamente igual a um aluno.

Outra matéria que não podemos contornar é a questão da avaliação dos professores. A verdade é que o processo avaliativo implicou um esforço burocrático acentuadíssimo.

Aumentou o mal-estar nas escolas, porque a verdade é que temos colegas menos graduados e menos experientes a avaliar colegas mais graduados e mais experientes.

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Temos uma avaliação entre pares que não pode funcionar nestes termos, sob pena de corromper aquela relação, aquele trabalho de partilha, que nós queremos que exista na nossa escola e que deve partir de princípios paritários e não de princípios tão hierarquizados. A verdade é que, como resultado desta avaliação muito mais pesada do que a anterior, mantém-se a homogeneidade dos resultados. A única diferença é que tudo o que era satisfatório antes agora é bom. Na prática, estamos perante a mesma coisa. Portanto, aqui devemos claramente trilhar o caminho de um modelo de avaliação muito menos burocratizado.

Como é que os professores poderão focalizar-se mais na sua função essencial, que é educativa, que é trabalhar com os seus alunos – ensinar, como se costumava dizer? Com mais tempo disponível para a sua componente individual de trabalho...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ...e com menos componente não lectiva de estabelecimento. Parece-me mais ou menos óbvio que esta é uma questão de lana-caprina. Só fazendo divergir a energia dispendida em actividade duvidosas, como encher alguns dossiers de actas, de relatórios e de outras coisas, que não serão tão importantes, obviamente, como investir-se e envolver-se na prática pedagógica. Nunca teremos mais qualidade na educação se não tivermos alunos motivados e professores mais motivados.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos hoje um tempo bem diferente do passado recente. Vivemos hoje o tempo da globalização, caracterizado pela competitividade...

Deputado Luís San-Bento (PS): Começa sempre da mesma maneira, Sr. Deputado.

O Orador: Tenha calma, Sr. Deputado.

...pelo rigor e pela exigência, tudo isto num contexto de vertiginosas mudanças experimentadas pela sociedade actual.

Assim sendo, a educação encontra-se hoje perante novas necessidades e novos desafios, que impõem mais competitividade, mais exigência e mais rigor às novas gerações. No contexto da globalização, a educação deve contribuir activamente para a realização de sujeitos mais autónomos e mais aptos, capazes de superarem as dificuldades que se manifestam em diferentes e complexos cenários.

Tal como aqui já o afirmámos, a educação constitui-se assim num pilar essencial à construção das sociedades, já que é através dela que preparamos os jovens para a inserção plena na sociedade cada vez mais global, tanto no plano profissional como no plano mais alargado da cidadania. Significa assim que o sucesso educativo, quando verdadeiro e não forjado – repito: quando verdadeiro e não forjado –, representa a médio e a longo prazo o sucesso da própria sociedade e traduz a alteração de mentalidades tão necessária ao salto de desenvolvimento que não pode, nem deve, ser adiado por muito mais tempo.

Pergunta-se então: estará hoje a educação a cumprir o papel fundamental de preparar os jovens para este mundo mais global, mais exigente e competitivo? Estaremos nós a proporcionar aos jovens uma formação sólida que garanta, no futuro, o sucesso?

Não querendo aqui falar nos relatórios internacionais que atestam as incapacidades e inaptidões patentes nas suas conclusões, ouçamos, Sras. e Srs. Deputados, o testemunho de uma conhecida docente universitária. De acordo com as palavras da reputada professora da Universidade dos Açores e antiga deputada da maioria socialista, Dra. Gilberta Rocha, “é consensual a ideia da acentuada diminuição da qualidade e do empenho dos estudantes. Com algumas situações de excepção, a grande maioria” – diz a professora – “entra nas universidades sem condições mínimas” – repito, são as palavras dela: sem condições mínimas – “para o aprofundamento de conhecimentos que são necessários aos cursos por que fizeram essa mesma opção”. Diz ainda a investigadora: “Se este facto é grave e condicionador dos seus percursos académicos, a falta de interesse e de sentido de responsabilidade impede o desejável sucesso, de resto tão necessário à competitividade que o mundo actual a todos impõe”. O testemunho é a verdade que existe e que está no terreno.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A verdade é que o facilitismo que se intensificou nos últimos anos está a ter já consequências na preparação, no empenho e no interesse dos próprios alunos que chegam hoje às nossas universidades. A pressão para facilitar e promover o sucesso a qualquer preço, que se tem sentido nas escolas da região, tem e terá um inevitável custo. Com uma débil e deficiente formação, corremos sérios riscos de sucumbir perante as dificuldades e perante os desafios deste mundo cada vez mais global e competitivo. O embuste do facilitismo terá, assim, consequências inevitáveis e desastrosas.

A pergunta que fica é saber o que pretende o Governo fazer para alterar este estado de coisas, se é que o pretende mesmo alterar.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(*) Deputada Graça Teixeira (PS): Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era com bastante expectativa que aguardávamos a interpelação ao Governo proposta pelo Sr. Deputado do PPM, a quem o seu passado profissional previa trazer a este Plenário grandes resultados, visto as responsabilidades que ele teve durante anos numa gestão de escola da nossa região. Uma gestão de escola, uma liderança, uma possibilidade de ter os melhores resultados na nossa região, visto que também o rácio professor/aluno é dos melhores do mundo, provavelmente. Tudo isto não foi aqui nem elencado, nem demonstrado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os resultados é que são os piores.

A Oradora: Fica-me de facto esta dor quase de alma, por perceber que quem com tantas responsabilidades, quem com tanto empenho, quem com tanta força traz à discussão uma área que me é tão querida, como devem saber... Ficou-me um pouco do tal sabor amargo no meio disto tudo. Reconheço também e sei que todos nós estamos preocupados em melhorar a qualidade, em melhorar tudo o que existe em relação à sociedade e em relação à educação. Não nos esqueçamos que partimos de valores muito baixos. Partimos de situações que não são comparáveis, como aqui já foi dito, não podemos comparar o que é incomparável. Não podemos esquecer que só em 1986 se tornou obrigatória uma escolaridade de nove anos.

Tudo isto vem trazer à nossa escola e vem trazer-nos à discussão que, neste momento, ainda trabalhamos com alunos, com filhos de pais analfabetos, resultado de um sistema fechado, resultado de um sistema que ainda não foi capaz de capitalizar e agarrar estas famílias para a escola. Sejam claros, sejam honestos.

Estamos aqui de facto prontos para debater o que é a educação, prontos para apontar o que está mal e o que pode ser melhorado. Todos também sabemos que não são as taxas de reprovação, não é a reprovação que gera sucesso. Não é a uma criança que se diz, no segundo ano – na antiga segunda classe, se assim quisermos dizer –, “vais ficar, reprovaste um ano, dois anos, três anos”. Era isto que acontecia no tempo do PSD. Era isto que acontecia e é isto que ainda levava, repare-se...

Deputado Rui Ramos (PSD): É deixar andar sempre para a frente!

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Sr. Deputado, peço licença para continuar.

Presidente: Pode continuar, Sra. Deputada.

A Oradora: Estes alunos não eram um, não eram dois, eram vários. São estes alunos, com seis anos, a quem se diz que não prestam, que são burros, que não aprendem, que levaram a que engrossasse o abandono escolar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é isso. São é malandros, não burros!

A Oradora: Passemos esta fase, passemos a fase de abandono e passemos à fase de encarar a realidade.

Deputado João Costa (PSD): Não era obrigatório.

Deputado Rui Ramos (PSD): É isso que faz a professora Gilberta Rocha dizer o que disse.

A Oradora: Quando nós olhamos para os resultados de países que foram capazes e que têm outra base de apoio, outro início, outra valorização da escola por parte das famílias, nós verificamos que não há reprovação. Aí, nós sabemos o que fazer e como “intervencionar”. A escolaridade é obrigatória em países, por exemplo – como o Sr. Deputado Paulo Estêvão também aqui referiu –, como a Finlândia, que tem a obrigatoriedade de nove anos sem retenções.

Importa também referir que, se calhar, teremos outro tipo de forma de estar e outro tipo de forma de agir perante os problemas que vão surgindo. Esta será talvez a forma com que nós podemos e teremos de encarar como fazer e como ser capazes de, tal como nesses países, não desmotivar alunos e não desmotivar professores.

Deputado Rui Ramos (PSD): É passar sempre!

A Oradora: Desculpe, é assim que funciona e é assim que nós encontramos estas realidades.

Falaram aqui também, como falou o Sr. Deputado do PSD, Deputado Rui Ramos – vou dizer o seu nome, estava a identificar primeiro o seu partido –, de alguns aspectos que nos trazem algumas dificuldades, que são os desafios da realização do aluno enquanto sujeito e desafios da realização do sistema educativo e o sucesso educativo verdadeiro e não forjado. É evidente que provavelmente precisaremos de levar, e as escolas precisaram de levar, esta machadada para poder acordar e poder perceber que algo estava mal e que algo tinha de ser modificado. Nós sabemos e queremos que cada vez mais os professores sintam o seu reforço, sintam a sua autonomia...

Deputado Rui Ramos (PSD): Sintam a machadada!

A Oradora: Não, sejam capazes de reflectir do seu acto educativo e sejam capazes de verificar que não é o “antes é que era bom”, quando o professor tinha redução da componente lectiva, ia para casa e aparecia na escola três dias, se tanto, por semana. E a componente não lectiva, que estava definida...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade. Só se era a senhora.

A Oradora: É verdade e todos conhecemos, todos sabemos do que estou a falar. A componente não lectiva, o ponto dizia claramente – no anterior estatuto e não neste –, que era, deveria ser, reduzida a componente lectiva, aumentada a componente não lectiva e o professor estaria disponível para apoio aos alunos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora está a chamar malandros aos seus colegas professores.

A Oradora: Não, desculpe. Era a realidade que existia. Estamos aqui todos a perceber o que estamos a dizer e a saber, os Srs. Professores – que muito respeito, sou professora de origem e continuo professora –, todos sabemos o que está a acontecer. Não é o antigamente. Acredito numa escola melhor, acredito em professores motivados e acredito em professores

que são capazes de se sentirem. E a prova disso é os resultados que nós temos em escolas da região e que muito fazemos e muito fazem muitos professores na escola.

Deputado Rui Ramos (PSD): A senhora acredita nisso que está a dizer?

A Oradora: Quando diz que os resultados da avaliação são de 99% bons, muito bons, excelentes, fico satisfeita. Sabe por que fico satisfeita, Sr. Deputado? Porque em qualquer profissão são muito poucos os maus, os péssimos. Isso é que é excelente saber.

Deputado Rui Ramos (PSD): E levam de prémio a machadada!

A Oradora: Porque em nenhuma profissão, não são os bons que se destacam, nem os excelentes. Por vezes, basta uma maçã podre num cesto, para que todas as outras apodreçam. Isto é o que eu sinto que temos de respeitar e temos de perceber o que é a avaliação.

Voltando à interpelação, e para concluir esta primeira intervenção, Sra. Secretária, é verdade que cada vez mais estamos presentes e vivemos, tal como o Sr. Deputado Rui Ramos afirmou, numa época de globalização. Eu diria mais, vivemos numa aldeia global e, de facto, todos os dias temos a evidência desta realidade. Confrontados que estamos neste momento com notícias que nos chegam de diferentes partes do país sobre a violência nas escolas, quer respeitante a alunos, quer respeitante a professores, julga a Sra. Secretária que esta problemática na região é de somenos importância? Ou existem indicadores que nos possam preocupar?

Deputado Rui Ramos (PSD): Ainda estão a estudar?

A Oradora: Que medidas preventivas tem a Sra. Secretária, para além de todas as que actualmente já existem?

Não nos esqueçamos de referir que o nosso estatuto do aluno na região é diferente do do continente e é importante que se faça esta comparação. O professor na região tem a possibilidade de suspender preventivamente um aluno, quando surge um caso de indisciplina grave, enquanto decorre o processo de averiguações. Isto não existe, não está no estatuto do aluno do continente neste momento. É importante que se valorize este aspecto.

Pedia então à Sra. Secretária: que medidas preventivas tem a Sra. Secretária, para além destas, que possam e devam reforçar a autoridade dos professores? Não quero ver os professores transformados numa autoridade pública, porque de facto não é pela violência

que estas coisas resultam. Então, que propostas, Sra. Secretária, tem a curto prazo previstas para a região, se há necessidade de as ter?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Parto do princípio de que estaremos, certamente, todos e todas de acordo, afirmando que a educação é o pilar fundamental do desenvolvimento, do progresso, da civilidade de qualquer sociedade. Estaremos também, espero eu, de acordo, se eu disser que, se isto é verdade em geral, é particularmente pertinente na nossa região, onde ainda subsistem nichos significativos de analfabetismo – aliás, referidos há pouco pela Sra. Deputada Graça Teixeira –, onde existe uma iliteracia inegável e onde há uma generalizada desqualificação ou falta de qualificação dos trabalhadores, dos empregados, já para não falarmos de alguns empregadores. Também penso que estaremos todos e todas de acordo, se eu disser que, apesar de ainda ser assim, esta região tem de facto apetências, mais-valias e uma riqueza, que eu diria quase natural, para a produção de um conhecimento de excelência, de um conhecimento de ponta. São estas características que importa desenvolver e rentabilizar.

É por isso que o Bloco de Esquerda compreende a pertinência e a oportunidade desta interpelação ao Governo Regional sobre a educação, de iniciativa da Representação Parlamentar do PPM, e a felicita exactamente por isso. Mas, como tudo na vida, as coisas têm um princípio, um meio e um fim, ou seja, tudo tem uma história, por pequena que seja.

Então, para começar esta história, nós diríamos que é certo que, por particularidades conhecidas e reconhecidas por todos e por todas, algumas das medidas atentatórias da dignidade dos professores e desvalorizadoras da sua função pedagógica que existem no continente não foram transportadas para a Região Autónoma dos Açores. Este facto fica publicamente reconhecido, sem abstenção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não corresponde à verdade, mas está bem!

A Oradora: Mas importa fazer uma pergunta e a pergunta será esta: quem é que arquitectou estas medidas, algumas delas atentatórias e gravosas para a dignidade dos professores, que, não sendo na sua totalidade aplicadas nesta região, existem à medida do país?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Deputada, começaram nesta região.

A Oradora: Quem é que as architectou?

Nós respondemos: foram os governos socialistas, que passaram rapidamente da paixão e da preocupação pela educação para o ataque aos seus principais agentes.

Para fazermos um retrato fiel deste descalabro, é preciso termos memória e lembrarmo-nos dos reiterados apelos, ao longo dos anos, da direita deste país, de que era necessário, também neste país, acabar com o Estado, diminuí-lo. Havia mesmo uma palavra de ordem, que era “menos Estado”, exactamente. Agora já se esqueceram, por razões que todos conhecemos, dessa palavra de ordem. Ora, o Partido Socialista sucumbiu a este “canto de sereia” de matriz neoliberal e passou das palavras aos actos, apimentando-o com justificações de natureza economicista e tecnocrática.

Há sensivelmente quatro anos – para fazermos este exercício de lembrança e de memória – começou o ataque, podíamos chamar-lhe uma “guerra sem quartel”, aos funcionários públicos. Primeiro, foram os juízes, lembram-se? Perderam um mês de férias, medida que, aliás, nunca foi levada à prática de forma consequente e agora pretende-se, até, acabar com ela e voltar ao princípio. A seguir, vieram os funcionários públicos, a perda de direitos e a perda de poder de compra. Finalmente, vieram os professores.

De comum neste ataque, houve sempre o mesmo discurso. O discurso passava por: “São todos uns preguiçosos, uns privilegiados, uns irresponsáveis”, diríamos que uma corja de malandros. Também havia objectivos comuns, que eram: isolá-los da opinião pública, apodá-los de “maus da fita”, digamos assim e, no fim, por via disso, retirar-lhes direitos que tinham. Tudo isto, importa lembrar, com os aplausos entusiásticos da direita, do PSD e do CDS.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E do PPM.

A Oradora: Importa não esquecer. É aqui, neste objectivo inconfessado mas evidente, que está a razão central, do nosso ponto de vista, para o aprofundamento da desautorização dos professores nas escolas, bem patente numa infelicíssima frase da ex-ministra da educação que, a determinada altura, dizia: “Perdi os professores, mas ganhei a opinião pública”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem lembrado, Sra. Deputada.

A Oradora: Na opinião do Bloco de Esquerda, a Sra. Ministra, ou o Governo da República em nome dela, deveria ser obrigada a pedir desculpa, não aos professores, ao país, porque

uma ministra da educação que diz isto não faz a mínima ideia do que é a educação e de qual é o seu papel social.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Resultado deste pequeno exercício de memória: a indignação dos professores, e não tanto pelos aspectos materiais da componente de direitos que perderam, mas pelo ataque ao valor de que são portadores, ao seu valor como pessoas e ao seu valor como profissionais, e uma revolta sem precedentes neste sector profissional. Consequências deste estado de coisas: a degradação do processo educativo e o catalisar para dentro das escolas de um ambiente social cada vez mais complicado e cada vez mais tenso que se vive no nosso país.

A quem serve o desacreditar e o achincalhar da escola pública, uma das instituições do espaço público da educação, um verdadeiro bem público e uma alavanca fundamental para a igualdade de oportunidades e para a coesão social? Para o Bloco de Esquerda, a quem serve? Serve para justificar e entregar este sector fundamental do Estado e da obrigação do Estado à gula do mercado e à inqualificável estigmatização entre os que frequentam, ou não, os chamados bons colégios, particulares, como é evidente. Porque, se tudo aquilo que é público deve ser destruído para o entregar ao mercado, então aí temos a razão fundamental do ataque à escola pública.

E aí estão os famosos cheques de educação, que o CDS tenta implementar, fazendo com que o Estado pague aos privados, porque os privados são sempre melhor do que o público, na opinião da nossa direita, bem acompanhada pelo Partido Socialista. Aí estão os apoios chorudos à implementação e à proliferação de colégios particulares, quando é exactamente o mesmo Estado que admite não ter dinheiro para implementar as suas próprias medidas.

Uma delas, por exemplo, a fruta e os legumes gratuitos nas escolas da região, como forma não só de fomentar e estimular uma alimentação racional e, portanto, hábitos alimentares bons para a saúde e vida das pessoas. Lembro-lhe, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, que foi V. Exa. que disse que esta medida depende das verbas existentes e que a verba disponível poderá mesmo inviabilizar a sua aplicação. É curioso, porque é o mesmo Estado, neste caso o mesmo Governo, que tem dinheiro para umas coisas, mas depois não tem dinheiro nem sequer para garantir as medidas que se propõe implementar.

Ou, então, as refeições quentes nas escolas. Não, não é verdade que todas as escolas tenham uma refeição quente. Há escolas nesta região que não a têm ainda. Ou, então, os apoios assertivos aos alunos com maiores dificuldades. Ou, então, a introdução da disciplina, ou do saber, ou do conhecimento, o que lhe queiram chamar, da educação sexual nas escolas, a sério e não de forma casuística e ao sabor das boas intenções e da boa vontade de cada escola. Ou, então, as respostas aos problemas sociais e psicológicos de que os alunos são portadores. Ou, então, os apoios aos alunos com necessidades especiais, de que nós temos reiteradamente falado com a Sra. Secretária Regional da Educação em diferentes ocasiões.

E, no fim disto tudo, falta de disciplina e falta de autoridade. Falta de disciplina dos alunos, falta de autoridade dos professores. Ora, para o Bloco de Esquerda, só há uma maneira de repor a disciplina nas escolas: primeiro, respeitar os professores, dignificando aos olhos da opinião pública – não é só aos olhos dos alunos, é aos olhos da opinião pública, dos pais, das mães e da sociedade em geral – as suas competências e o seu papel social; segundo, disponibilizar um conjunto de apoios diversificados a professores e a alunos, propiciando uma escola mais inclusiva e mais democrática; terceiro, libertar os professores para as funções pedagógicas que ninguém pode fazer por eles, retirando-lhes a sobrecarga burocrática e administrativa que lhes impõem. É um princípio, é um bom princípio, quanto a nós, para começar.

Finalmente, só há uma maneira de repor a autoridade nas escolas: é responsabilizar os professores e respeitar a função que desempenham, o saber que veiculam e as regras que impõem, sobretudo através do seu exemplo. Autoridade, respeito e disciplina – e agora, dirijo-me directamente ao proponente desta interpelação ao Governo Regional – não podem ser conquistados pelo medo, Sr. Deputado. Refiro-me concretamente à sua peregrina proposta de estatuto de autoridade pública para os professores desta região e, quiçá, deste país.

Respeito e medo, Sr. Deputado, não rimam, nem sequer se complementam, auto-excluem-se. Era só mesmo o que faltava aos professores desta região, agora vestirem uma farda de “parapolícias”, ou de paramilitares, para que a vida e a responsabilidade do seu papel social lhes corresse melhor.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Lembro que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem dois minutos.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está a ver, Sra. Deputada Cláudia Cardoso, já só tem dois minutos, vai faltar-lhe o tempo para discutir esta questão.

Sra. Deputada Cláudia Cardoso, vou começar por si. Vou dizer-lhe que, se a senhora acha que eu sou um encantador de minhocas, se acha que sou um encantador, as minhocas já sabe quem são.

Depois, é importante dizer o seguinte: em relação a esta questão, coloquei à Sra. Secretária Regional, de uma forma muito séria, uma série de questões. Numa interpelação, parte-se do princípio que o Governo Regional responde às perguntas que se lhe colocam. Perguntei-lhe o que a Sra. Secretária Regional pensa fazer em relação aos concursos docentes. Deixa tudo como está ou faz a alteração no sentido do que eu lhe sugeri? O que pensa fazer para o futuro? Também tem um grupo de sábios para decidir alguma coisa até 2012? É essa a questão que lhe coloco.

Segunda questão: falei-lhe em questões para resolver o problema da indisciplina nas escolas. A Sra. Secretária o que tem para dizer sobre isto? Pois não tem nada, tem um grupo de sábios para responderem, sabe-se lá quando. Bom, depois de decidirem, ainda têm de ser implementadas, também sabe-se lá quando. Portanto, também não responde. Não responde, não tem passado, não tem presente e não sei se vai ter futuro.

Em relação à avaliação dos docentes, citei-vos aqui um resultado. Então, a avaliação, finalmente, perante a opinião pública portuguesa o Partido Socialista dizia: “Nós temos uma avaliação em que os professores vão deixar de ter todos suficiente, vai ser muito mais exigente, vai ser uma avaliação que vai convencer”. E agora 99,5% tem bom, muito bom e excelente! É isto uma avaliação convincente? É isto exigência? É isto rigor? Vocês querem convencer-nos de que isto é eficácia? A Sra. Deputada Cláudia Cardoso escreveu no seu livro *Por um fio de escrita*, que eu tive oportunidade de ler: “Nós agora é que vamos ter uma avaliação exigente”. A avaliação exigente é 99,5% de bom, muito bom e excelente? Isto é que é eficaz? Srs. Deputados!

Deputado Domingos Cunha (PS): Está a melhorar. Peça um autógrafo, Sr. Deputado.

O Orador: Depois, também vos falei do acordo parlamentar, para que o Partido Socialista tenha aquilo que até teve em 96, no início, a capacidade de dialogar com as outras forças políticas, a capacidade de dialogar com a sociedade. Falei-vos nisso. Tive alguma resposta? Também não têm resposta, porque têm um grupo de sábios que não comunica nada ao Parlamento.

Sra. Secretária, sabe que nós somos os representantes do povo? É muito importante que responda ao povo! A nós todos. Por isso, era muito importante que dissesse a este Parlamento se tem, também, alguma resposta sobre isso, se é possível que o Partido Socialista queira dialogar, chegar a consenso sobre a área da educação e não que acha que sabe tudo, porque já se viu que não sabe tudo. Aliás, eu acho que sabe muito pouco.

Depois, para terminar, Sra. Deputada Graça Teixeira, falei-lhe de exigência, falei-lhe de qualidade, falei-lhe de sairmos do último lugar em que estamos na Europa e no país. Falei-lhe disto tudo, falei-lhe de medidas para sairmos desta situação e a Sra. Deputada, o que me diz? A culpa é do Salazar!

Deputada Graça Teixeira (PS): O que fez o senhor em nove anos no Corvo?

O Orador: É porque nós tínhamos maus resultados em 1974! Já se passaram trinta e seis anos! Não podemos continuar a dizer “a culpa foi do regime anterior”! O regime democrático tem de dar mais respostas, o regime democrático tem de colocar Portugal e os Açores com bons resultados ao nível dos melhores da Europa! Eu não admito que o nosso país, a nossa região, continue na cauda da Europa, que não tenha soluções para os portugueses, que não tenha soluções para os açorianos, que não tenha soluções para os alunos! É essa a questão.

Termino dizendo-vos pura e simplesmente isto, Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zúrida Soares, quero dizer-lhe uma coisa: esse é um problema. Para o Bloco de Esquerda, tudo o que é autoridade é medo, tudo o que significa autoridade significa algo que o Bloco de Esquerda quer sempre contestar, porque o que o Bloco de Esquerda pretende é um projecto onde não existe autoridade, onde não existem regras. Evidentemente, Sra. Deputada, não é assim que se resolvem os problemas deste país. Evidentemente, esses medos tremendos da autoridade são, de facto, um fantasma imperceptível para a maior parte

da população, mas existem autoridades, existe Estado. Isto não é uma anarquia, Sra. Deputada.

Muito obrigado.

Deputado Mário Moniz (BE): Não confunda autoridade com autoritarismo!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou procurar tocar nos diferentes aspectos que me foram apresentados.

Relativamente à primeira questão colocada, que se refere às medidas do Governo para o combate ao insucesso, que é um ponto fundamental e começo mesmo por este, cumpre-me informar que a atenção deste Governo está virada para o primeiro ciclo do ensino básico. É no primeiro ciclo que temos de intervir com prioridade, porque no primeiro ciclo é onde estão as bases, a estrutura do aluno...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estamos de acordo!

A Oradora: ...que, depois, terá o seu percurso comprometido, ou não, de acordo com a qualidade do primeiro ciclo que tiver. Neste sentido, vamos investir no primeiro ciclo.

Inicia-se no dia 17 formação para utilização destes equipamentos. Vamos investir com quadros interactivos, com videoprojector e com conteúdos programáticos nas áreas de português, ciências e matemática. Este *kit*, digamos assim, vai ser acompanhado de formação, que terá o seu início já.

Para além disto, haverá formação, que já está a acontecer para os professores de português e vai começar esta semana para os professores de matemática. Esta formação envolve os professores que estão com o primeiro ciclo, com o primeiro ano, com o terceiro, com o quinto e com o sétimo ano. São os alunos que vão ingressar de acordo com os novos programas.

Aumentámos a carga horária dos alunos a nível do português e da matemática e assumimos esta medida. Nós não conseguimos valorizar estas disciplinas estruturantes se não lhes atribuirmos a carga horária, o tempo, que elas merecem.

Temos formação para os docentes também na área da diferenciação pedagógica. Os professores reconhecem ter alguma dificuldade em trabalhar com turmas – todas as turmas

são heterogéneas, mas com algumas turmas – que têm problemas de comportamento de alunos ou alunos que necessitam de atenções especiais. Portanto, vai haver formação no âmbito da diferenciação pedagógica.

Vai haver uma plataforma, que já aqui foi referida e aproveito para explicar, que se iniciará nas turmas que apresentaram resultados, nas provas de avaliação somativa externas, menos bons, o que significa abaixo dos 50%. Para essas turmas, a prioridade será para o primeiro e segundo ciclos. Esta plataforma envolve o licenciamento para 1700 alunos, 850 do primeiro ciclo, 850 do segundo ciclo. Nós, ao todo, envolvemos quarenta e tal turmas de cada um destes ciclos, portanto oitenta: quarenta e tal do primeiro ciclo e quarenta e tal turmas do segundo ciclo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora acaba de confirmar o insucesso!

A Oradora: Nós assumimos que não temos o sucesso pretendido, não escondemos isso. O processo é lento, o processo de construção da caminhada é um processo que tem sido feito. Temos é de saber intervir com as medidas adequadas.

Este ano vão iniciar-se as PASE, as Provas de Avaliação Somativa Externa, na área das ciências. Já ocorreu a título experimental, mas agora avançará com um carácter obrigatório. Criaram-se trinta e oito vagas para a área de educação especial, que é uma mais-valia nesta área.

O Plano Regional de Leitura pretende-se que venha também a combater o insucesso e os níveis de iliteracia.

No estatuto da carreira docente nós dedicámos dois tempos na componente não lectiva para apoio aos alunos. Há um tempo específico que cada docente tem, fora da sua componente lectiva, destinado a apoiar os alunos.

Penso que estas são algumas medidas que já estão implementadas, que estão a desenvolver-se e que, esperamos, possam contribuir. Claro que o sucesso, o combate ao insucesso, não se faz de um dia para o outro. Nós já estamos a conseguir melhores resultados nos alunos do primeiro ciclo e a repercussão a nível dos exames nacionais só se vê daqui a anos, claro.

Relativamente aos exames nacionais, quero apontar que, nalgumas disciplinas, nós temos resultados melhores do que a Madeira e do que o continente. Tenho aqui identificadas as disciplinas onde isso acontece.

Este ano, em literatura portuguesa, nós tivemos 13,7, enquanto que na Madeira 91 e no continente 93. Nós temos em matemática aplicada melhores resultados do que no continente. Nós temos, em história, melhores resultados. Em inglês, melhores resultados do que no continente e do que na Madeira. Em alemão, o mesmo se passa. Nas aplicações informáticas também. Em economia A, também temos melhores resultados. Portanto, nem tudo está tão mau assim. Estão aqui, se quiserem depois mostro-vos. Em algumas disciplinas nós temos melhores resultados do que no continente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está satisfeita com isso?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: Nalgumas, não tem todas.

Relativamente ao *ranking* das escolas, interessa referir que, das vinte escolas que fazem exame, das vinte escolas que têm secundário, onze delas subiram os seus resultados. Das vinte que nós temos, há aqui uma análise que tenho feita que permite constatar que onze das vinte têm subido os seus resultados.

Vou passar agora para a questão da indisciplina, que também merece uma atenção especial, e do reforço da autoridade, está tudo articulado.

Em primeiro lugar, quero referir que há aqui que diferenciar indisciplina de violência. Nós não temos, felizmente, ainda, comportamentos de violência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Temos, temos!

A Oradora: Temos comportamentos de indisciplina, em muitos casos próprios da irreverência juvenil.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não diga isso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Uma coisa é indisciplina, outra coisa é violência!

A Oradora: Permita-me continuar.

Toda a vida houve alguma falta de disciplina nas escolas. As escolas são espaços onde há jovens e, por irreverência própria da juventude, acontecem comportamentos de indisciplina.

Deputado Rui Ramos (PSD): E a sobrelotação provoca essa situação.

A Oradora: Agora, nós estamos atentos a toda esta situação e agindo proactivamente. O plano da Inspeção Regional de Educação a nível Açores, que está na página da Inspeção para ser consultado, prevê e neste momento já temos seis escolas com uma avaliação feita neste âmbito. Nós queremos passar por todas as escolas. O processo vai levar três anos mas,

neste momento, já temos seis escolas avaliadas em termos de indisciplina. O foco desta inspecção versou o número e a tipologia das infracções disciplinares; a identificação das respostas das escolas face ao regulamento e ao estatuto do aluno; a correlação entre as medidas disciplinares aplicadas e a sua eficácia, enquadrando os aspectos socioculturais dos alunos.

Deputado Rui Ramos (PSD): E os resultados?

A Oradora: Espera-se fomentar no corpo docente uma uniformização de procedimentos. Esta informação da Inspeção vai permitir-nos um melhor conhecimento da realidade das escolas açorianas em termos de disciplina. Nós fizemos isto já com alguma antecedência. Neste momento, seis escolas já estão. O investimento é de 43 mil euros neste ano. A actuação é no sentido de podermos gerir melhor toda esta problemática e de haver uma intervenção mais adequada por parte das unidades orgânicas, que consiga prevenir algumas ocorrências.

Deputado Rui Ramos (PSD): E soluções? É isso que queremos que diga.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estão a estudar!

A Oradora: Uma medida tem a ver com colocar a Inspeção a perceber o que se está a passar. Outra medida tem a ver com a formação de equipas, de uma equipa, que já está a trabalhar no reforço da autoridade dos professores. Nós pedimos às escolas, às associações de estudantes, às associações de pais, medidas, sugestões de medidas nesse âmbito. Já aqui referi que auscultávamos as escolas e uma das auscultações feitas foi neste sentido. Agora, a equipa que está a trabalhar sobre este assunto vai apresentar propostas até Abril, Maio.

Outra questão: no âmbito do projecto da saúde escolar, haverá também – e existe já actualmente – medidas no sentido da acção preventiva dos comportamentos de risco nos alunos. Portanto, já há um foco de trabalho nesse sentido.

Na formação do pessoal não docente, que é fundamental nesta área, uma das prioridades é o controlo da disciplina na escola. Tenho aqui a lista das prioridades de formação para pessoal não docente e temos o acompanhamento de crianças com necessidades educativas especiais e a prevenção e gestão da indisciplina, para além de outros aspectos.

São medidas que já estamos a tomar. Entendemos que o caso merece toda a nossa atenção e estamos a actuar nesse sentido. Agora, não temos, felizmente, ocorrências que nos permitam

ficar aqui numa situação de pânico e, até, pelos vistos, como o Deputado Paulo Estêvão prevê, que haja aqui medidas drásticas.

Vou avançar agora para outra questão que foi colocada, que tem a ver com a avaliação. O que aqui foi dito, a percentagem, os noventa e tal por cento que são muito bons e bons...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 99,5%.

A Oradora: Exactamente.

...está a referir-se a dados do continente, não se está aqui a referir a dados da região. O nosso processo está em curso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os nossos são diferentes?

A Oradora: Isto é assim: quando convém, fala-se no continente, quando não convém, fala-se no que ainda falta fazer.

Na região temos três equipas com objectivos de avaliar este processo. Essas equipas estão a trabalhar e há representantes dos sindicatos nas equipas que estão a acompanhar o processo. Nós vamos aguardar pelos pareceres das equipas que estão a acompanhar o processo, que está em curso e a decorrer com normalidade.

Deputado Rui Ramos (PSD): Está atrasado!

A Oradora: Se está atrasado nalgumas escolas, mesmo por parte dessas equipas já houve identificação de que escolas estavam mais atrasadas, já foram chamadas à atenção e já temos notícia de que está tudo normalizado.

Provavelmente houve aqui alguma expectativa de que o processo iria ser interrompido, daí que houvesse o atraso. O Deputado Paulo Estêvão teve essa pretensão de interromper este processo e depois, a bom tempo, retirou a proposta. As escolas que se atrasaram provavelmente foram nesta onda, mas está tudo a decorrer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não respondeu a tudo, Sra. Secretária. Ainda não respondeu a todas as questões colocadas pelo CDS! Mas nós voltamos a colocá-las.

A Oradora: Vão-me lembrar. Tomei nota aqui.

Deputado Rui Ramos (PSD): A mim não me respondeu, mas posso lembrar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O concurso dos professores!

A Oradora: Há aqui uma questão que se prende com a autoridade dos professores, com uma sugestão que foi apresentada pelo Deputado Paulo Rosa e com a qual comungo, com a sua proposta: é necessário respeito, os professores têm de ter respeito, têm de ter autoridade.

Também a Deputada Zuraída falou nisso. Tudo bem, mas o respeito tem de nascer dos próprios professores, tem de nascer da comunidade educativa. Nós estamos aqui para contribuir para criar o clima de respeito, mas o respeito depende de todos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Precisava de um estagiozinho nas escolas açorianas. Já há muito tempo que não há!

A Oradora: Há aqui uma outra questão que o Bloco de Esquerda colocou, que se prende com a fruta nas escolas.

(Já encontrei as notas que me faltavam.)

A fruta nas escolas já está a ser, as escolas já receberam orientações para começar a distribuir fruta. A verba disponível é de verbas comunitárias, é lógico que Portugal tinha de saber o que lhe era atribuído. O processo atrasou, porque tinha de se perceber o que cabia a Portugal e os Açores tiveram de aguardar. Neste momento, as escolas já têm esse processo desbloqueado e já está a avançar.

Por agora é tudo, obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem um minuto e meio, faça o favor.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com o aproximar do fim desta interpelação...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O seu fim!

(Risos da câmara)

O Orador: Ele que espere!

Está a descontar o tempo, Sr. Presidente? Tem de descontar, pois fui interrompido pela bancada do PPM e pela bancada do Partido Socialista.

Está a chegar ao fim esta interpelação e, relativamente às questões, àquilo que foram respostas do Governo, isto quer dizer que, mudar, pouco ou nada. Há aqui um conjunto de situações que, de facto, mereciam uma outra atenção por parte do Governo Regional, nomeadamente dar autonomia às escolas, devolver-lhes autonomia, devolver a liberdade e a

autonomia aos professores, de modo a que o reconhecimento social e a sua actividade pudesse ser feita sem a tutela asfixiante do Governo.

Mas gostava de levantar aqui uma outra questão. As questões do sistema educativo em Portugal têm muitos problemas estruturais, há muitos insucessos, mas é bom que se diga que também há sucessos. Há pouco, o Sr. Deputado falou no nosso ditador Salazar. Pois eu lembrei-me de Adriano Moreira.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Podia ter falado em Estaline!

O Orador: O professor Adriano Moreira tem uma visão sobre os sucessos do sistema educativo em Portugal que difere em muito daquela que a direita para aqui trouxe. De facto, houve uma evolução positiva e há sucessos no sistema educativo português. Não é aquilo que certamente eu desejo, não é aquilo que certamente todos desejaremos. Mas aconselho-os a verificarem qual é o pensamento do professor Adriano Moreira sobre este assunto.

Depois, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor perdoe-me, mas a única diferença que o senhor propôs aqui relativamente ao Partido Socialista foi mesmo que o sistema educativo seja bilingue, porque, relativamente a outro tipo de preocupações, elas são comuns ao Partido Socialista...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ...nomeadamente, relativamente às questões da indisciplina. Ouvimos agora a Sra. Secretária Regional preocupadíssima com as questões da indisciplina. A Sra. Secretária Regional tem um caminho, o seu é o do “cassetete” e da “lei da bala”. Mas isso, Sr. Deputado, por amor de Deus, se calhar as escolas dispensam.

Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor não tem moral para dizer isso!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tenho toda a moral do mundo, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(* Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é no sentido de interpelar este Governo sobre um tema que já referi aqui há tempos.

As constantes dificuldades por que passam as famílias açorianas e a classe média são visíveis claramente na nossa sociedade de hoje. As famílias, hoje em dia, gastam com os

filhos inúmera quantidade financeira de dinheiro nos livros escolares, nas inscrições nas escolas. Por exemplo, uma família da classe média em que estejam a receber, ambos os progenitores, o ordenado mínimo, gastam o que podem gastar, e tendo dois filhos podem gastar à volta de 500 a 600 euros em livros.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Qual foi o manual a que foi buscar isso?

Deputada Isabel Rodrigues (PS): O senhor não conhece a legislação.

O Orador: Deixe-me terminar, Sra. Deputada.

O material escolar é cada vez mais caro. Os preços dos livros também são caríssimos. O Presidente do Governo Regional, aqui há cerca de três anos, em 2007, prometeu, numa ida à Graciosa, manuais escolares para 2009. Aliás, passo a citar: “O Presidente do Governo dos Açores revelou que vai ser possível, já em 2009, a atribuição gratuita de manuais escolares e de outros instrumentos de estudo”.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Isso não é uma citação do Presidente do Governo, é uma notícia de um órgão de comunicação social.

O Orador: Estou a citar do GaCS, organismo oficial deste Governo Regional. Quem tem a tutela do Governo é o GaCS.

“Visa libertar progressivamente as famílias dos elevadíssimos encargos com a aquisição desses manuais”. Estou a citar uma notícia do GaCS. O Governo Regional, mais uma vez, promete e não cumpre. Mais uma vez, enganou os açorianos. Mais uma vez, enganou as famílias açorianas e, mais uma vez, enganou a juventude açoriana.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não apoiado!

O Orador: Meus senhores, há pouco vimos aqui a Sra. Secretária anunciar, mais uma vez, manuais escolares gratuitos para o próximo ano. Ou seja, não passam de constantes promessas deste Governo Regional...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Públicas!

O Orador: ...que anda a enganar os açorianos. Promessas, tal e qual o Governo da República do Partido Socialista e do Engenheiro Sócrates, que andam constantemente a enganar os portugueses. É isto “farinha do mesmo saco”: o Governo Regional dos Açores e o Governo do Partido Socialista do Engenheiro Sócrates.

Agora, quero aqui perguntar a este Governo Regional...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): E é o seu Governo, para que não tenha dúvidas.

O Orador: ... e à Sra. Secretária: para quando os livros escolares gratuitos? Há bocadinho disse que era para o próximo ano, mas, Sra. Secretária, o Presidente do Governo já há três anos anunciou isso para 2009. Sra. Secretária, o Governo está a fazer alguma diligência para cumprir as suas promessas, nomeadamente neste sentido? Existe algum estudo deste Governo Regional para implementar os manuais gratuitos? Como vai ser essa implementação dos manuais gratuitos?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Estávamos todos à sua espera para cumprirmos as promessas.

O Orador: É para todos os jovens que estão a estudar nas escolas? É para todas as famílias? Sra. Secretária, agradecia que respondesse a estas perguntas.

Mais uma vez, fica aqui patente que promessas incumpridas por este Governo são constantes.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Informe-se melhor, Sr. Deputado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(* Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa, agradecia que o deixassem usar da palavra.

O Orador: Peço a palavra aos meus colegas.

Sra. Secretária, ouvi com muita atenção o que disse em relação ao combate ao insucesso e acho muito bem que se comece pelo primeiro ciclo, por dar atenção ao primeiro ciclo. Agora, permita-me que lhe pergunte, Sra. Secretária: não é no primeiro ciclo que já temos 100% de sucesso? Parece-me que é esse o caso.

Falou também no *kit* e eu lembrei-me do Magalhães. Não posso resistir a dizer que a grande aprendizagem que os nossos alunos tiveram relativamente ao Magalhães foi que os equipamentos informáticos são altamente perecíveis.

Quanto à formação em diferenciação pedagógica, nós concordamos inteiramente, para não dizerem que só criticamos. Aquilo com que concordamos, obviamente que também o assumimos.

Agora, lamentamos que a Sra. Secretária continue a insistir na ideia de sucesso, na ideia de combate ao insucesso e nunca assuma que sucesso sem qualidade é uma falácia tremenda.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não fala nunca em qualidade, fala sempre em sucesso, que é um artifício e é uma falácia. O que se espera, relativamente ao crescimento do sucesso, num sistema em que a avaliação dos alunos tem peso na avaliação dos professores? É óbvio que o sucesso tem de subir, é óbvio que temos de ter sucesso artificial.

Deputada Graça Teixeira (PS): Acha que não deve haver responsabilização?

O Orador: Relativamente ainda à visão que a Sra. Secretária tem da educação, eu li o jornal Público de 17 de Outubro de 2009, que afirma que não há nenhuma escola dos Açores nas cem primeiras do país. A Sra. Secretária faz afirmações que para mim são perfeitamente encriptadas e muito pouco esclarecidas. Se tiver a bondade de nos esclarecer sobre elas, nós gostaríamos muito.

A primeira é que “O meio social e cultural tem muita influência nos resultados”. O que quer isto dizer?

Deputado José Lima (PS): É a mentalidade!

O Orador: Depois, afirma que “Há nos Açores um conjunto de factores, sobretudo um défice de literacia, por razões históricas e culturais, que não se recupera numa década. Temos crianças netas e bisnetas de analfabetos”. Sra. Secretária, se qualquer um de nós, numa sociedade que tem uma escola democrática e inclusiva, uma sociedade moderna, pelo facto de ter um avô ou uma avó analfabetos, está condenado ao analfabetismo, alguma coisa aqui me transcende.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O meu avô era analfabeto!

O Orador: Outra questão, que eu não posso deixar passar em claro e sucedeu aqui na minha primeira intervenção, foi um aparte que ouvi ao Sr. Secretário Regional da Presidência.

Quando eu falava da componente individual de trabalho, que os professores realizam em casa, por seus meios próprios e fora de horas, o Sr. Secretário Regional da Presidência fez um aparte a dizer: “Eles querem é passar mais tempo em casa”. Sr. Secretário, retracte-se!

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sra. Deputada Graça Teixeira, ainda bem que faz o aparte, porque eu a seguir também me queria referir a algumas das ideias peregrinas que a Sra. Deputada aqui levantou.

A primeira ideia peregrina é que o Partido Socialista está, de facto, preocupado com melhores resultados. Todos nós sabemos, está preocupado com o sucesso. É importante que haja sucesso. Não vejo é o Partido Socialista preocupado com a qualidade. E sucesso, com inspecções punitivas e fazendo repercutir a avaliação dos alunos na dos professores, é fácil de conseguir.

Depois, tem esta pérola: não é a reprovação que gera sucesso. O que gera sucesso, Sra. Deputada? É saber que, independentemente de aprender ou não, se passa? É saber que, independentemente de saber ou não, se passa? É saber que, independentemente de trabalhar e de se esforçar, se passa? Não me parece que essa ideia colha.

Vozes de deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não é, Sra. Deputada, a reprovação que gera sucesso e qualidade, o que gera sucesso e qualidade...

Deputada Graça Teixeira (PS): É a valorização e a auto-estima.

O Orador: ...é a exigência e o rigor, porque a exigência e o rigor responsabilizam. E quem é responsabilizado acciona-se, é activo na construção do seu saber. Isto é válido na escola e é válido em tudo na vida.

Finalmente, Sra. Deputada Zuraída Soares, nós ficámos, penso eu, neste Parlamento, todos boquiabertos por saber que, afinal, o Bloco de Esquerda é que é o grande defensor dos professores. Só o Bloco de Esquerda é que defende os professores, é que é o “bom da fita” e todos os outros são o “mau da fita”. Finalmente mostraram serviço neste aspecto.

Lembro a Sra. Deputada – e todos os presentes se lembrarão, os restantes, a Sra. Deputada pelos vistos teve um acesso de amnésia – que essa defesa intransigente foi, aliás, notória

quando em Fevereiro de 2009 se debateu nesta casa o estatuto da carreira docente, em que o Bloco de Esquerda teve uma oportunidade dourada para defender tudo o que achava que devia ser alterado no estatuto da carreira docente, para fazer propostas de alteração, para trabalhar, para ler o diploma e não o fez. Foi perfeitamente vergonhoso. Leu uma intervenção a abrir, leu uma intervenção a terminar e, pelo meio, um chorrilho de abstenções lamentáveis.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra e um minuto.

(* Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não, isto não é uma anarquia, mas não, isto também não é uma ditadura e as pessoas não estão obrigadas, felizmente, neste país, a escolher entre uma ou outra, porque fomos capazes de construir colectivamente alternativas. E uma delas chama-se democracia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Neste país, diz bem, porque há outros em que não é assim!

A Oradora: Portanto, é desse lado que o Bloco de Esquerda está, claramente, publicamente. Só o senhor é que ainda não tinha percebido.

Sr. Deputado Paulo Rosa, permita-me que dê resposta à sua interpelação, nos poucos segundos que tenho, para lhe dizer o seguinte: os “maus da fita”, nesta história, claramente e para a opinião pública, tal como lhe tem sido transmitido ao longo dos últimos anos, são os professores. Não é o Bloco de Esquerda e o Bloco de Esquerda não quer tomar esse lugar, de maneira nenhuma.

Em nenhum momento, nenhum dos partidos aqui representados, e o Bloco de Esquerda também não, se arvorou a figura de defensor ou representante dos professores. Curiosamente, os professores têm representantes, chamam-se sindicatos da classe. E, quando o Bloco de Esquerda, na discussão do estatuto, ficou aqui abstendo-se, votação a

votação, depois de – o que senhor obliterou agora, na sua interpelação – ter entregue na Mesa uma proposta para que esse mesmo estatuto descesse novamente a comissão e lá continuasse a sua discussão, fizemo-lo exactamente porque os professores têm representantes legítimos, que são os sindicatos e que não foram ouvidos sobre a matéria.

Para terminar, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte, na altura dissemo-lo naquela tribuna e dissemo-lo daqui: sempre que os diplomas e os projectos sejam trazidos a esta casa sem que tenham obedecido ao preceito democrático e mais do que justo de ouvir os representantes da classe, o Bloco de Esquerda não se pronunciará. Isto quer dizer: nós não tomamos o lugar dos outros. Nós respeitamos quando esses que o tomam não são chamados a dar a sua opinião, o que legitimamente têm o direito de fazer.

Sr. Deputado, o PSD costuma dizer muitas vezes ao PS: “Lá vêm os senhores com 1996, estão sempre a olhar para trás”. Eu faço-lhe o mesmo desafio, Sr. Deputado: não fale para trás, fale para a frente. Fale para o futuro, fale para os professores e para o futuro da educação.

Presidente: A Sra. Deputada Cláudia Cardoso tem a palavra.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Deputado Herberto Rosa (PS): A sua intervenção está a perturbar os apartes, Sra. Deputada.

A Oradora: Claramente. Sr. Presidente, posso?

Presidente: Pode continuar, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito bem.

Eu começaria precisamente por lembrar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão uma série de malfeitorias que os governos do Partido Socialista fizeram na área da educação. Malfeitorias que transformaram e tornaram irreconhecível a face daquilo que é o sistema educativo regional e que o senhor, porque só posso subentender que não pôs a devida seriedade neste debate, fez questão de omitir.

Aliás, eu gostaria de destacar que o único Sr. Deputado, neste caso Sra. Deputada, que fez a história mais crível, mais próxima do real do que é a governação do Partido Socialista, do que tem sido o desempenho deste Governo, foi a Deputada Zuraida Soares, que tentou fazer uma análise e um retrato desta evolução.

Gostaria por isso, muito sinteticamente – até porque só tenho dois minutos –, de lhe dizer o seguinte: ao contrário daquilo que o senhor teve oportunidade de dizer, que apenas tínhamos legislado muito e tentado aperfeiçoar uma ou outra coisa – não é verdade e sabe que assim é –, nós reformulámos por inteiro aquilo que é o sistema educativo regional. Em muitos casos e o senhor conhece, não preciso enumerar quais são, fomos pioneiros, sendo seguidos pelo continente em muitas das questões, uma delas o estatuto da carreira docente que, como sabe, foi diferenciado e muito mais benéfico na região.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nomeadamente a regulamentação da componente não lectiva.

A Oradora: Integrámos as crianças com necessidades educativas nas escolas, uma das nossas primeiras medidas; criámos a autonomia das escolas; elaborámos com coragem a carta escolar dos Açores, a primeira; criámos e pusemos em prática a autonomia das escolas; criámos condições para o arranque dos concelhos locais de educação; prosseguimos o alargamento da rede de educação pré-escolar; colocámos técnicos superiores na escola; reformulámos o concurso de pessoal docente; pusemos internet na escola; iniciámos o trabalho de avaliação das escolas; revolucionámos o paradigma da própria rede escolar regional, com a criação das básicas integradas; criámos finalmente condições para a estabilidade do pessoal docente; fomentámos a educação física e o desporto escolar; revimos o sistema de transporte escolar; só para enumerar algumas das nossas malfeitorias, repito.

Depois, Sr. Deputado, não tenho nada a acrescentar. A Sra. Secretária já teve oportunidade de responder.

O senhor confunde as coisas, está a falar dos resultados da avaliação de desempenho do continente, quando estamos a discutir o sistema educativo regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não confundo. Eu digo que é.

A Oradora: Não é sério, Sr. Deputado.

Trocou o Magalhães pelo meu livro. Vejo que tem boas referências literárias, não tem mais nada a acrescentar.

O senhor gosta de falsear a discussão.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Eu não gosto, Sr. Deputado. Esta discussão é séria...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o seu livro é sério também.

A Oradora: ...e eu levo-a muito a sério.

Sr. Deputado Paulo Rosa, uma questão para si, embora eu depois não possa replicar, com certeza. Pergunto-lhe: como se conjuga a diminuição dos horários escolares e da carga lectiva dos alunos com a diversificação curricular? Onde cortaria?

Não concordo em absoluto consigo, quando diz: “Não se deve”, e estou a citá-lo, “dar mais aos alunos daquilo que eles não querem”. Não concordo em absoluto, Sr. Deputado. Não se trata de uma vontade dos alunos, trata-se de competências básicas, língua portuguesa e matemática! Os senhores criticam os resultados de PISA, mas depois dizem que se deve cortar na matemática e na língua portuguesa? É completamente incongruente!

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Eu esclareço.

A Oradora: Gostaria, ao contrário do que disse o PP, de me congratular com a resposta da Sra. Secretária. Parece-me que é muito importante este investimento ainda no primeiro ciclo. Não se trata só dos resultados escolares, trata-se de um nível de ensino estruturante para todo o percurso escolar do aluno, como o senhor sabe, quer num sentido, quer noutro. Finalmente, destacar dois aspectos que me parecem essenciais aqui, duas referências essenciais:

Uma, que remonta a 2008, porque nós só falámos de aspectos negativos da educação, é preciso também falar e ter orgulho...

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Termino já, Sr. Presidente, muito rapidamente.

O primeiro deles remonta a 2008, quando uma pessoa completamente insuspeita, o Prof. Doutor João Paiva visita, nas jornadas pedagógicas, professores inovadores na escola da Lagoa e diz o seguinte: “O meu primeiro impacto, bastante positivo, aconteceu na escola da Lagoa, porque esta tem uma performance de escola de século XXI. Não tanto, embora também, pelas infra-estruturas informáticas e pelos excelentes rácios de aluno por

computador. Falo da cor, da luz, da higiene da escola mas, mais ainda, falo do ambiente, da gestão competente e humanizada, do empenho e do entusiasmo dos professores, sinais de esperança. Reparei depois que poderia estender a sensação que tivera naquela escola a muitas outras escolas dos Açores”. Méritos da Secretaria Regional da Educação, também.

Última questão, esta saída hoje e para terminar mesmo, Sr. Presidente. Oito jovens açorianos classificaram-se nos primeiros dez lugares do campeonato de jovens de matemática, cuja fase nacional se realizou em Santarém a 12 de Março. Esta é a prova concreta de que temos sucesso em muitas coisas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo amor de Deus, não utilize isso!

A Oradora: ...não falhamos em tudo e que o retrato do Deputado Paulo Estêvão não coincide com a realidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É lamentável!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

(* Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Uma observação e um pedido de esclarecimento.

A observação tem a ver com o seguinte facto: julgo que a Sra. Secretária terá consciência da quantidade de medidas que aqui prometeu revelar para os próximos meses de Abril e Maio. Considerando que no mês de Maio é o início do Espírito Santo, aquilo que eu sinceramente lhe desejo é que o Espírito Santo ilumine essas medidas, porque nós, os comuns dos mortais, já estamos a ficar, de algum modo, descrentes.

O esclarecimento que lhe queria pedir: todos nós defendemos que na base das decisões da política educativa têm de estar dados objectivos, que garantam a fundamentação das medidas que se tomam. Daí que um dos elementos essenciais neste domínio sejam as chamadas estatísticas da educação. Elas devem ser rigorosas, devem ser objectivas, independentes, fiáveis e, assim, proporcionarem um conhecimento efectivo da realidade da educação nos Açores. Por isso, gostaria que a Sra. Secretária Regional me ajudasse a perceber e a interpretar o que se passou nas últimas estatísticas da educação publicadas pela Secretaria. Vou dar um exemplo – um exemplo, entre muitos possíveis – das dúvidas que a leitura dessas estatísticas me deixou.

Nas estatísticas da educação publicadas em 2002/2003 diz-se, por exemplo, que, no ano lectivo 2000/2001, o número de alunos que transitou do segundo para o terceiro ano de escolaridade foi de 3451, a que corresponde uma taxa de transição de 63,6%. Nas últimas estatísticas da educação lê-se que, nesse mesmo ano de 2000/2001, afinal não eram 3451 alunos, mas sim 3554 que transitaram do segundo para o terceiro ano e a que corresponde, por isso, uma taxa de sucesso, não de 63,6, mas de 66,8%. Portanto, só aqui, verificamos que as estatísticas da Secretaria fizeram aumentar o sucesso e a taxa de sucesso no segundo ano de escolaridade em 3,2%.

Deputado Rui Ramos (PSD): É o milagre das rosas!

O Orador: Este exemplo, que agora acabo de dar, é só um, porque as alterações verificam-se em todos os restantes anos lectivos e anos de escolaridade.

Sra. Secretária, não quero acreditar que o que se está aqui a passar seja uma manipulação das estatísticas, feita com a intenção de aumentar administrativamente o sucesso escolar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É que, a continuar assim, aumentando sub-repticiamente um por cento aqui, um por cento acolá, um por cento por cada ano, daqui a uns anos teremos, seguramente, mais alunos a transitar do que alunos matriculados.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, Sra. Secretária, agradecia um esclarecimento cabal e convincente das razões objectivas que levaram os serviços da Secretaria a alterar, seis anos depois, os seus próprios dados, em todos os anos de escolaridade, a partir de 2001. Esse esclarecimento impõe-se, exige-se, para que estas estatísticas possam ser vistas como fiáveis...

Deputados Jorge Macedo, Pedro Gomes (PSD) e Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...e que os especialistas da educação possam, efectivamente, nelas acreditar.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é a minha última intervenção sobre esta questão e, portanto, vou fazer uma espécie de síntese sobre o que aqui aconteceu.

O PPM veio para este debate...

Presidente: Sr. Deputado, quero lembrar-lhe que o tempo global que tem conta para a declaração final. A interpelação, regimentalmente, tem um encerramento, havendo tempo para isso. Era isso que lhe queria lembrar.

Tem a palavra.

O Orador: Com certeza, eu sei, Sr. Presidente. Eu sei, mas opto por fazer agora a última intervenção.

A questão é esta: o PPM colocou aqui várias questões e essas questões não foram respondidas. Não foram respondidas, porque a Sra. Secretária não tinha respostas para o presente, tal como não as teve desde o final de 2008. Não apresenta soluções. Tem equipas a trabalhar, mas os resultados têm sido muito pouco animadores. Os problemas crescem e a Sra. Secretária não teve aqui nenhuma resposta. Ainda por cima cometeu o descuido, penso eu, em relação ao Parlamento, pelo menos tem pouca delicadeza em relação às questões que lhe coloquei.

Coloquei uma questão muito precisa, a questão do concurso dos professores e a Sra. Secretária não respondeu. O que eu lhe disse...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Sr. Secretário da Presidência, deixe-me terminar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não posso fazer apartes?

O Orador: Pode, pode, mas isso é uma intervenção em simultâneo, praticamente.

A questão que lhe coloquei em relação aos concursos é essencial. O que eu sugeri, a proposta do PPM, é que se faça o recrutamento dos melhores, porque, como lhe disse, em qualquer trabalho científico é exactamente na qualidade dos docentes, se aumentarmos – não é discutido – o campo de recrutamento dos docentes, é evidente que podemos aumentar a qualidade! Isto parece-me ser evidente. Eu coloquei-lhe essa questão e a senhora não me respondeu, Sra. Secretária Regional.

Quero dizer-lhe outra coisa: falei-lhe de rigor, falei-lhe de excelência, e a Sra. Secretária vem com resultados que já lhe disse serem altamente condicionados de forma administrativa. Falei-lhe das regras dos 10%: uma escola que se atreva, numa turma de 20, a

reprovar, a não passar, 3 alunos, uma escola que se atreva a fazer isto apanha com a Inspeção! É essa a questão! A partir daí, os senhores conseguem ter de facto resultados que depois, quando se fazem testes comparativos com o resto do país, quando se fazem testes comparativos com o resto da Europa, o que acontece é que os resultados dos Açores são dos mais baixos da Europa. É esta a questão! Isto desmente todas as estatísticas do Governo, isto são factos.

Quero também dizer-lhes o seguinte: falei-vos aqui do ensino bilingue e disseram-me que é uma ideia para o futuro. O que vos digo, o que vos quero dizer é o seguinte: não é nenhuma ideia para o futuro, porque o futuro já começou na Holanda, o futuro já começou na Espanha, o futuro já começou na Noruega, o futuro já começou na Islândia e aqui ainda estamos no passado. Estamos no passado, por culpa do Partido Socialista.

Há outra questão a que os senhores também não responderam. O que vos disse e o que tentei testar foi se o Partido Socialista tem capacidade política para se abrir à sociedade novamente, se o Partido Socialista tem capacidade de negociar, de chegar a acordos amplos sobre uma área que é fundamental, que é a área da educação, como sucede no resto da Europa. Há várias negociações, em vários parlamentos locais e nacionais, em que se está a chegar a consensos a nível da educação. O que acontece no Parlamento açoriano? O Governo fechou-se, nem sequer responde à questão. Evidentemente que os senhores querem fazer tudo sozinhos, quando sabem perfeitamente que, a partir de 2012, já não estarão no sistema. Portanto, vamos ter de implementar as reformas só a partir de 2012!

Tenho aqui duas últimas questões e depois termino com uma ideia, Sr. Deputado Helder Silva, com uma ideia para o futuro. Cada vez que comunico com os senhores, tenho de comunicar sempre no registo do passado.

Sr. Deputado Helder Silva, vou deixar-lhe um conselho para o futuro: se não tem nada a dizer em relação a uma determinada discussão, a um determinado tema, então não faça nenhuma intervenção.

Deputado Helder Silva (PS): Sr. Deputado, gastei menos percentagem de tempo!

O Orador: Sra. Deputada Zuraida Soares, o que lhe quero dizer é o seguinte: sabe, há aqui uma questão essencial, a Sra. Deputada é de história e eu também sou, eu estudei história e, aliás, é importante, o Bloco de Esquerda tem história. Quero dizer-lhe...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ...que o Partido Popular Monárquico, e a convergência monárquica que nos antecipou, nós concorremos no estado salazarista, apoiámos a candidatura de Humberto Delgado, estivemos ao lado das outras forças democráticas. Quero lembrar que, na década de oitenta, o partido dominante do Bloco de Esquerda, o PSR, tinha como modelo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Quem é que disse isso?

O Orador: Sim, sim! A Sra. Deputada vai ouvir isto; vai ouvir o que não quer, mas vai ouvir! Sra. Deputada, quero dizer-lhe que o PSR, que é o partido de que 90% dos militantes do Bloco de Esquerda são oriundos, e o vosso líder – porque é o líder, líder que não é líder, mas essa é uma questão como o Espírito Santo – tinha como modelo político o modelo albanês do [Enver Hoxha](#)! Esse era o vosso modelo, nós conhecemos a história. Quando a Sra. Deputada me dizia aqui que “nós estamos pela democracia”, não: o Partido Popular Monárquico sempre esteve a favor da democracia; os senhores só lá chegaram agora que fundaram o Bloco de Esquerda, porque antes defendiam a tirania do regime albanês! É essa a vossa história e é isso que vos quero recordar.

Termino...

Deputado Helder Silva (PS): Parabéns, bela ideia!

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: Sr. Deputado Helder Silva, continuo a dizer-lhe o seguinte: se não tem nada para dizer, não diga.

Quero terminar esta intervenção dizendo-vos o seguinte: esta questão é muito séria, a questão da educação. E os açorianos sabem que estas questões, a questão do insucesso, a questão da ausência de resultados, são questões que se colocam, são questões actuais, são questões factuais.

A questão da indisciplina: estou preocupadíssimo, Sra. Secretária.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Estamos todos, não é só o senhor.

O Orador: Sei que, a partir do momento em que aumentarmos a escolaridade obrigatória, estes problemas vão crescer! E fico preocupado que a sua resposta esteja à partida condicionada pelo facto de a Sra. Secretária ter dito, penso que há um dia ou dois, a um determinado jornal: “Não, não, penso que o problema não é muito preocupante”. Não, o problema é preocupante. Mesmo que sejam menos de vinte alunos, mesmo que sejam menos de dez alunos, o que acontece é que temos um problema e esse problema, tendencialmente,

devido às alterações no sistema educativo, irá crescer. Isso é evidente e lógico. O que me preocupa é o seu estado de espírito ser, à partida, de negar que existe um problema em relação à indisciplina, em relação à violência nas escolas. Isso é preocupante.

Termino, dizendo o seguinte: considero que as propostas que nós aqui apresentámos, que são propostas sérias, propostas de ruptura...

Presidente: Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ...em relação à actual situação, essas propostas mereciam uma abertura da vossa parte. O que nós vimos aqui foi a negação do diálogo. O Partido Socialista, que tem péssimos resultados na educação, não mostrou nenhuma abertura para o diálogo, não mostra nenhuma abertura para a mudança e, evidentemente, não tem nenhuma solução.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não apoiado!

O Orador: Depois, termino, Sr. Presidente, para lhe dizer: apresentou-me aqui uma lista de intenções; digo-lhe uma coisa, é uma lista – vou dar-lhe um nome – autenticamente de paróquia, não é uma lista, evidentemente, que mereça a menor credibilidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(* Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, vou citar integralmente, para que não fiquem dúvidas, aquilo que o Presidente do Governo Regional disse na Graciosa em 2007. Desde já, não admito que o senhor duvide da minha palavra, estamos entendidos?

Vou referir o Presidente do Governo Regional em 2007: “Posso também hoje anunciar que vai ser possível, já em 2009, assegurar a atribuição gratuita de manuais escolares e outros instrumentos de estudo”. Ou seja, o Presidente do Governo Regional anunciou há três anos, e hoje a Sra. Secretária vem dizer: “Agora é que é”. Nem ao Sporting isso acontece.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(* Deputado Rui Ramos (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lamentamos o facto de, efectivamente, não ter havido uma resposta face àquilo que é, ou foi, a denúncia – um momento, Sr. Secretário – feita por uma reputada professora

universitária, que diz claramente, preto no branco, que os alunos cada vez mais chegam às universidades sem capacidades para aprofundarem os conhecimentos e as exigências. A própria é uma ex-deputada do Partido Socialista e, portanto, até tivemos esse cuidado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Era no seu tempo que ela dizia isso.

O Orador: Passemos a outro assunto.

Gostaríamos de saber o que o Governo está a pensar fazer sobre essa matéria, porque é o futuro desta região que está decisivamente em causa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois de, pela mão do Partido Socialista, se ter praticamente destruído o que ainda restava de autoridade docente, a Secretaria da Educação e Formação decidiu criar um grupo de trabalho com o objectivo de reforçar a autoridade do pessoal docente e, desse modo, prevenir a indisciplina nas escolas. Como “tarde é o que nunca chega”, o referido grupo foi criado a 1 do corrente mês, está aqui o despacho. Pese embora o facto de infelizmente – e isso é o que queremos saber – não estarem presentes nesse grupo os representantes dos docentes que, por via das funções que exercem, conhecem como ninguém a realidade e a amplitude desse problema em todas as escolas da Região Autónoma dos Açores.

A pergunta que fica é a de saber por que razão ignorou o Governo a mais-valia dessa presença dos representantes dos professores.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para que V. Exa. nos informe quanto tempo ainda tem o Partido Socialista neste debate.

Presidente: Não tem, Sr. Deputado. O Partido Socialista já esgotou o seu tempo, tal como o PCP e o Bloco de Esquerda, se não estou em erro.

Pede a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa, cujo partido tem dois minutos.

(* Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria dizer à Sra. Deputada Cláudia Cardoso que lamento muito, mas não consegui apanhar a pergunta que me fez, de conjugar a diversificação das cargas horárias com...? Não percebi qual era o sentido da pergunta, mas arrisco que me queria

ouvir falar sobre a fusão das áreas curriculares não disciplinares, eventualmente. Como não percebi bem o âmbito da pergunta, não me vou alongar nesta matéria.

A questão que mais me é cara neste debate, das que levantou, é a questão do “dar mais do que eles não querem”. É claro que eu assumo que proferi esta afirmação aqui. É claramente uma questão de opção, uma questão estratégica e uma questão de paradigma. Mais português e mais matemática a alunos que, na carga existente, não desenvolvem as competências por não terem apetência, ou por não se sentirem motivados por essas áreas, parece-nos um esforço contraproducente, quando as apetências desses alunos podem, eventualmente, ser vocacionadas para outras áreas que sejam do seu agrado e que sejam mais motivadoras para eles.

Respeitamos a sua discordância e discordamos da sua discordância. É a isto que chamamos democracia, é a isto que chamamos pluralidade. Para nós, essa ideia é tão pioneira como, por exemplo, introduzir a filosofia no primeiro ciclo. É uma ideia pioneira, não faz qualquer sentido, mas o PS e o Governo decidem, nós respeitamos isso, democraticamente, e discordamos frontalmente.

O que fica, para nós, neste debate? Autoridade, não há respostas; indisciplina, não há respostas; preocupação do Governo Regional com a qualidade, não há nem uma palavra. Não há respostas para os alunos e para os professores. A Sra. Secretária falou dum novo paradigma, não o anunciou. Portanto, há uma série de medidas avulsas que foram anunciadas, concordamos com algumas delas e nem tanto com outras mas, muito sinceramente, “muita parra e pouca uva”.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Costa Pereira tem a palavra.

(*) Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu estava à espera que a Sra. Secretária me respondesse, mas não respondeu. Portanto, presumo que tudo aquilo que afirmei acerca da manipulação estatística é rigorosamente verdade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que se faz na Secretaria é, seis anos depois, mudar as estatísticas para aumentar o sucesso.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sendo assim, acho que é uma conclusão legítima deste debate.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Agora vamos discutir o que é verdade e o que não é.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): As estatísticas da RAA são uma falácia, qualquer uma delas.

O Orador: Uma outra questão que gostava de colocar à Sra. Secretária, porque ainda temos tempo, é relativamente à questão da alteração curricular que está a decorrer nas escolas dos Açores na sequência de uma experiência pedagógica muito especial, na medida em que foi uma experiência pedagógica que, ao contrário daquilo que é habitual nas experiências, que é serem feitas apenas em algumas escolas, foi estendida a todas as escolas da região. Portanto, esta alteração curricular que está agora à experiência em todas as escolas da região está em avaliação, ou já foi pedida às escolas a avaliação. E eu perguntava à Sra. Secretária, porque isto é um assunto importante: neste momento, qual é a avaliação que a Secretaria já tem da experiência? E pretende ou não, para o próximo ano lectivo, manter esta experiência da avaliação de alteração curricular?

Uma outra questão tem a ver com uma situação que já foi aqui referida é a distribuição de fruta nas escolas. A questão que coloco à Sra. Secretária é: para quando é que isso vai ser implementado em todas as escolas que se candidataram? Porque há escolas que se candidataram e que ainda não fazem a distribuição. Ainda hoje, por exemplo no Faial, isso não acontece. Portanto, aquilo que lhe pergunto é: quando é que isso vai ser estendido a todas as escolas que se candidataram ao programa? E por que é que os alunos da pré-escola ficaram fora do público-alvo desta deliberação?

Muito obrigado.

Presidente: Creio não existirem mais intervenções.

Para encerrar o debate, dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação. Tem quatro minutos e meio.

(* Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

À interpelação pedida pelo Sr. Deputado que acaba de se sentar no seu lugar, queria responder que algumas das propostas do Sr. Deputado proponente desta interpelação não faz sentido serem aqui esclarecidas, porque se trata de uma interpelação ao Governo e não de uma análise das suas propostas. Não é nesta instância que as suas propostas irão ser analisadas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: A resposta em seu devido tempo será dada.

Relativamente às questões que aqui alguns deputados colocaram sobre o currículo regional...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): A senhora vai responder amanhã.

A Oradora: Não, já respondi, porque já deu, na semana passada, uma reportagem e vários meios de comunicação social já agarraram nessa informação. Pelos vistos, não estão ainda ao corrente das últimas notícias.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): A sua obrigação é esclarecer aqui no Parlamento regional, não é na comunicação social.

A Oradora: O currículo regional em seu devido tempo vai aqui chegar.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Bom é que fosse antes do final da legislatura.

A Oradora: O processo está a decorrer com normalidade, estou satisfeita com o avançar do trabalho e ainda nada põe em causa a implementação do currículo regional para o próximo ano lectivo. Tudo a seu tempo, tenham calma.

Relativamente às políticas educativas que temos desenvolvido, temos tentado implementar políticas baseadas em avaliações, em dados, em pareceres. As tomadas de decisão têm sido suportadas por análises que permitam tomar decisões.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): O seu antecessor teve mais iniciativas em quatro meses do que a senhora numa legislatura.

A Oradora: Um exemplo que até me esqueci de referir: este ano, a título experimental, três escolas açorianas já entraram no processo de avaliação externa. Esse projecto-piloto já foi testado. Os meses passam, mas nós não temos andado parados. A questão da avaliação externa das escolas, que não veio à baila neste debate, também já está em curso. Três escolas, conforme o prometido, iam testar o projecto e já aconteceu.

Trabalhamos com as escolas e para as escolas. Ouvia-se falar na autonomia, temos tido menor autonomia, andamos aqui à busca da autonomia que as escolas dos Açores teriam de ter. Realmente não entendo, porque umas vezes defendemos a autonomia, outras vezes queremos a centralização.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas quem é que disse isso?

A Oradora: Quando aqui se diz que a avaliação dos professores tem de ficar a cargo de outras entidades mais habilitadas do que os próprios professores, que são escolhidos democraticamente, que são eleitos nas escolas, pelas escolas, sem interferência da tutela...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: ...agora vêm dizer-me que querem mais autonomia, quando – este é um mero exemplo – as escolas têm, relativamente ao processo de avaliação dos professores, a possibilidade de definir os avaliadores que querem. Agora pergunto: querem que eu centralize isso? Querem que eu mande buscar avaliadores ao continente, ou ao estrangeiro, sem conhecerem a nossa realidade, para avaliarem os nossos professores? É isso que querem?

Voices de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora desça à terra e centre-se na questão, porque ninguém falou nisso!

A Oradora: Relativamente aos resultados escolares, reconhecemos que ainda não temos resultados, ainda não nos satisfazem. No entanto, temos medidas – não as vou repetir aqui porque já as anunciei – para combater o insucesso escolar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A senhora não percebeu e eu não tenho tempo para lhe explicar.

A Oradora: Já as anunciei. Queremos qualidade nas escolas dos Açores. E temos escolas inclusivas, com as dificuldades inerentes a este processo das escolas inclusivas, mas temos escolas inclusivas. Temos edifícios modernos e bem apetrechados e estamos continuamente a investir no parque escolar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): São maltratados!

A Oradora: É verdade!

Temos professores empenhados, temos de valorizar isso, e competentes. Temos procurado garantir a formação e – é um compromisso nosso e, até à data, ainda não falhei os meus compromissos – vamos apostar na desburocratização...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como é que vai falhar? Não tem nenhum compromisso!

A Oradora: ...do processo, que muitas vezes envolve os professores e eles necessitam de mais tempo, reconhecemos isso. Os professores precisam de mais tempo para o ensino, para apoiar os alunos. Temos procurado apoiar as famílias. Temos escolas seguras e vamos trabalhar no sentido de serem cada vez mais seguras.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A formação é uma miragem, a avaliação dos professores é uma falácia!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Secretária.

A Oradora: O processo é importante. Os resultados também são importantes, mas estou mais preocupada com o que os alunos aprendem e se eles saem da escola preparados ou não para a vida, do que propriamente com uma nota numa pauta. Interessa-me ter alunos competentes, preparados para enfrentar a vida, do que propriamente com a nota.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é uma coisa com a qual eu concordo!

A Oradora: A nota é o resultado do percurso, não vamos aqui fixar tudo nos resultados, porque interessa a caminhada que os alunos fazem, as aprendizagens que fazem, as ferramentas que levam, de forma a prepará-los para a vida, para que tenhamos uns Açores cada vez melhores.

Obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos este debate. Vamos fazer um intervalo de trinta minutos, regressamos às 18 horas e 50 minutos.

Pedia aos Líderes Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência que se acercassem da Mesa.

(Eram 18 horas e 20 minutos)

Presidente: Sra. e Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares, para podermos prosseguir com os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 55 minutos)

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes retomou o seu lugar na Mesa)

Sra. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos e vamos entrar na Agenda, cujo primeiro ponto é **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/2010 – “Isenta da obrigação de instalação e manutenção do Dispositivo Electrónico de Matrícula os veículos automóveis e seus reboques, os motociclos e os triciclos autorizados a circular em auto-estradas ou vias equiparadas que circulem na Região Autónoma dos Açores”**.

Para apresentar o diploma, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional traz à Assembleia esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, de adaptação de um Decreto-Lei, o 112/2009, porque o espírito deste Decreto-Lei não se revela útil às nossas especificidades regionais em matérias de inexistência de portagens.

Ou seja, o *chip* electrónico no continente foi utilizado e está sendo utilizado para controlo dos veículos em zonas onde há portagens, estradas onde as portagens de facto funcionam em matéria de controlo. Nos Açores, nós não temos um regime que tenha esta especificidade e, por isso e só por isso, não se justifica a sua aplicação na Região Autónoma dos Açores. Em contrário, viria onerar as empresas e os particulares que, de algum modo, se enquadrassem e fossem proprietários ou usassem esses veículos que aqui se discriminam, como os automóveis, os reboques, os motociclos, os triciclos, que existissem na Região Autónoma dos Açores e que de algum modo circulassem nas nossas estradas.

Portanto, trata-se de um dispositivo sem aplicação nos Açores, sem utilidade. Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional visa, única e simplesmente, isentar nos Açores a utilização desse dispositivo neste tipo de veículos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

O Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Serei muito breve nas considerações que irei fazer sobre esta Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo Governo Regional, para dizer que o CDS apoia esta iniciativa. Parece-nos de facto que é aceitável não abranger, ou não estender aqui à Região Autónoma dos Açores a obrigatoriedade de se criar um dispositivo electrónico de matrícula para os veículos automóveis e seus reboques. No entanto, gostaria de deixar aqui dois ou três reparos em relação ao enquadramento nacional desta questão.

O primeiro considerando tem exactamente a ver com, de facto, a finalidade do *chip* electrónico não ter só a ver com a questão das portagens, com a cobrança das portagens. Aliás, basta ver no próprio decreto-lei nacional, na finalidade do dispositivo electrónico de matrícula, que diz no seu n.º 7 que: “Sem prejuízo do disposto em outra legislação aplicável, são legalmente autorizadas a aceder aos dados constantes de bases de dados constituídas com a finalidade prevista no n.º 1 e tendo em vista a prossecução das suas atribuições, as seguintes entidades (...)”. A alínea a) diz: “As forças de segurança, relativamente a todas as bases de dados a que se refere o número 3”, no qual estão esses *chips* electrónicos.

Trata-se aqui, de facto, de matéria mais abrangente e que vai também ao encontro da Lei 68/2008, nomeadamente na fiscalização do cumprimento do código de estrada e demais legislação rodoviária. Portanto, de certeza que entra por estes campos. Dizer que se destina só à cobrança electrónica é um bocadinho restritivo em relação àquilo que a lei nacional, o decreto-lei nacional, preconiza.

Gostaria só de deixar aqui também uma última nota, sobre uma questão que tem a ver com o seguinte: não se justificando a aplicação à Região Autónoma dos Açores, diz o Governo que não há cobrança de portagens aos utilizadores das infra-estruturas rodoviárias existentes, nem se prevê que venha a existir. Ora, não sei se isto quer dizer que as futuras infra-estruturas rodoviárias que estão previstas para a região poderão ter alguns custos para o utilizador, ou as que já estão também em funcionamento. Dizer que não se prevê que venha a existir deixa no ar exactamente o contrário: se calhar prevê-se que poderá vir a existir. Gostava desse esclarecimento da parte do Sr. Secretário Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também num parecer muito breve, dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, atendendo àquilo que já foi dito pelo Sr. Secretário e da sua não aplicação imediata, nomeadamente ao nível das portagens.

O facto de dizer que não se prevê que venha a existir quer precisamente dizer isso: não se prevê que venha a existir, do nosso ponto de vista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

(*) Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Bloco de Esquerda dá o seu apoio a este Decreto Legislativo, não só pelo facto de não haver, de momento, aplicação prática do dispositivo electrónico de matrícula, mas, principalmente, pelo princípio do direito dos cidadãos à sua privacidade e pelos perigos subjacentes à sua implementação.

Para além disso, registamos com agrado e alívio que, não só não há cobrança de portagens aos utilizadores das estruturas rodoviárias existentes, como não se prevê que venha a existir na Região Autónoma dos Açores, conforme consta expressamente do texto do diploma em apreço e aqui foi reafirmado pelo Sr. Secretário, pelo que, quanto a este assunto, na realidade, ficamos esclarecidos e damos o nosso apoio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rápido, em primeiro lugar em matéria de restrições, ou de visão redutora, ela existe no continente. Porque se a lei, de facto, tinha uma pluralidade de intenções, o *chip* electrónico no continente está sendo só aplicado em matéria das portagens. Foi por isso que o Governo entendeu, já que, da lei para o decreto-lei houve esse carácter redutor, aqui nos Açores não se aplicar, porque não há, de facto, nem se prevê que venha a existir.

Isso significa que o único regime de concessão que temos nos Açores, em matéria de estradas concessionadas, é o que está em curso na Ilha de São Miguel, com um contrato por trinta anos, que está devidamente aprovado nesta casa. Portanto, não há nenhum outro temor em relação a esta matéria. Esta é uma matéria muito clara, também, para o Governo.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(* Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, para dizer que o PSD dá o seu acordo a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, pelos pressupostos que já foram aqui referidos, nomeadamente a inutilidade dos *chips* das matrículas.

Mas, mais do que isso, porque podemos nós caminhar, com a utilização desses dispositivos electrónicos de controlo de localização de veículos, de pessoas e de bens, para aquilo que já alguém chamou de “Big Brother”. Portanto, se aqui não se aplica, ainda bem que não se aplica, nem devia ser aplicado no território nacional. É essa a posição do Partido Social Democrata.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai dar o seu apoio a esta iniciativa...

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Muito obrigado.

...sem nenhum tipo de reserva e registamos como positivo o facto de não haver nenhuma intenção declarada, ou outra, de vir a haver pagamento pelos contribuintes.

Deputado Rui Ramos (PSD): Os contribuintes já estão pagando.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pelo utilizador.

O Orador: Sim, eu sei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Creio não haver mais intervenções. Não havendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos votar na generalidade este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O diploma tem dois artigos, não há qualquer alteração para nenhum deles. Se não houver oposição da câmara, coloco-os à votação conjuntamente. Vamos então votar os dois artigos do diploma, na especialidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos para a votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/2009 – “Estabelece as medidas preventivas aplicáveis à bacia hidrogeológica da Caldeira de Guilherme Moniz/Pico Alto, que abrange os concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, na Ilha Terceira”**.

Dou a palavra, para apresentar o diploma, ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O diploma cuja discussão agora iniciamos visa dar sequência a uma discussão que, aliás, já aconteceu aqui, não há muito tempo, sobre as questões da água na Terceira. Portanto, os fundamentos que levaram a este diploma estão bem expressos e foram aqui debatidos com alguma profundidade, aquando da análise do relatório referente aos problemas da água em 2008.

Na verdade, esta zona da Ilha Terceira, uma zona que representa cerca de 10% do território da ilha, é origem de cerca de 80% dos recursos hídricos captados e consumidos na Terceira. Portanto, é uma zona que tem uma particular vocação e uma particular importância, do ponto de vista da produção de água para consumo humano. Na sua periferia, quer do lado sul, na zona do Cabrito e da Nasce Água, quer do lado norte, na Agualva e nas Quatro Ribeiras, estão as nascentes mais caudalosas da ilha e estão algumas das nascentes com

melhor qualidade, do ponto de vista microbiológico e do ponto de vista da composição química, da água que é usada nos Açores, água essa que tem condições semelhantes, ou nalguns casos melhores, que muitas das águas que nós consumimos engarrafadas. Portanto, estamos a falar de uma zona que tem um recurso hídrico excepcionalmente bom, quer do ponto de vista da sua qualidade, quer da sua quantidade.

Esta zona, por outro lado, é também uma zona de terrenos muito pobres, a maior parte deles terrenos encharcados e terrenos de fraco valor agronómico. Uma parte muito importante destes terrenos ainda está em estado natural ou semi-natural e, portanto, é uma zona que, para além do seu interesse do ponto de vista da produção de água, também tem grande interesse do ponto de vista da conservação da natureza; quer da conservação daquilo que lá existe, quer daquilo que potencialmente pode lá existir, se forem tomadas medidas de gestão visando a reposição, em algumas das zonas – não precisamos de fazer em todas –, de condições melhores para a vegetação natural e para as formações que naturalmente ali existem.

É também uma zona que, do ponto de vista agronómico e do ponto de vista da produção agrícola, tem algumas zonas de interesse. É uma zona em que se concentra também uma parte importante da actividade de criação de gado bravo na Ilha Terceira. Portanto, é uma zona que conjuga um conjunto de interesses e um conjunto de vocações que precisam de ser devidamente disciplinados.

Obviamente que, no entendimento do Governo, o principal interesse desta zona tem a ver com a produção de água, porque, de facto, é um recurso precioso na Ilha Terceira e deve ser a sua vocação principal, mas essa vocação de produção de água não é exclusiva de todas as outras, sejam elas de conservação da natureza, sejam da criação de gado bravo, ou da utilização daquele espaço para fins agro-pecuários.

O que se pretende com este diploma é criar um período de dois anos, durante os quais seja possível dar dois passos, que se afiguram necessários para a resolução definitiva dos problemas de ordenamento do território naquela zona. Por um lado, a criação do parque natural da Ilha Terceira, em que estes terrenos serão incorporados. Aliás, essa proposta já foi objecto de debate público em anos anteriores, já é conhecida e estamos neste momento na fase final da sua elaboração, para que seja presente a esta câmara. Por outro lado, também dar tempo suficiente para que depois, no âmbito do parque natural de ilha, se proceda ao

correcto ordenamento deste território. Ou seja, se estabeleça, para cada uma das suas parcelas, o que pode ou não ser ali feito.

Também gostaria de dizer que, no contexto destas medidas preventivas e no contexto daquilo que tem sido a acção do Governo nesta matéria, obviamente que a conservação da natureza não pode ser feita à custa dos interesses dos privados, que são legitimamente donos dos terrenos. Terá de haver aqui um entendimento, do ponto de vista da aquisição, nalguns casos, ou da justa retribuição – ou, melhor dizendo, da indemnização por perdas de ganhos – em função daquilo que venham a ser as medidas necessárias.

Não é o caso por ora, as medidas que agora se tomam são medidas de imobilização do uso actual. Não se pretende, neste momento, impor a alteração, pretende-se sim parar eventuais investimentos que tornem depois mais onerosas, quando se fizer o ordenamento daquele espaço, as medidas que se pretendam tomar. Estamos perante meras medidas de carácter preventivo, que visam preparar a integração deste território no parque natural da Terceira.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

(*) Deputado António Parreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As alterações progressivas da ocupação do solo, transformando zonas de vegetação natural em área agrícola, têm contribuído decisivamente para uma menor capacidade da retenção de água, diminuindo a sua quantidade e qualidade. As alterações em causa favorecem também a ocorrência de deslizamento e derrocada de terras, provocando ainda um aumento substancial dos caudais das ribeiras.

Neste caso particular, o problema de escassez de água para consumo verificado na Ilha Terceira é, em boa parte, consequência da intervenção humana no território, desde a década de 70, com a implementação do plano pecuário dos Açores. Se associarmos a desflorestação nas zonas circundantes às principais nascentes de água dos concelhos de Angra do Heroísmo e parte da Praia da Vitória, verificamos um forte impacto na captação anual da água, considerando a altitude da Caldeira de Guilherme Moniz/Pico Alto. As arroteias e o processo de desflorestação referidos tornam-se numa evidente falta de protecção nas origens da água. Das alterações do uso do solo realizadas ao longo dos anos na área abrangida pela

bacia hidrogeológica da Caldeira de Guilherme Moniz/Pico Alto, destaca-se a destruição das turfeiras, com impactos na biodiversidade e na recarga dos aquíferos, numa área de máxima infiltração e imprescindível ao abastecimento de água.

De acordo com os estudos efectuados pelo GEVA, realçamos as turfeiras que são capazes de reter, na camada superficial destas formações, cerca de vinte vezes o seu peso em água. Ou seja, uma só turfeira com cerca de 300 mil metros quadrados pode reter, na sua estrutura, mais de 180 mil metros cúbicos de água. Estando em desenvolvimento os processos de implementação do parque natural da Ilha Terceira, bem como a elaboração do plano de gestão dos recursos hídricos, consideramos ser de extrema importância intervir na área abrangida pela bacia hidrogeológica da Caldeira de Guilherme Moniz/Pico Alto. Neste contexto, urge proceder ao desenvolvimento de projectos de investimento que visem a recuperação dos solos e o restauro das turfeiras, salvaguardando-se assim o recurso água nos aquíferos existentes na zona em causa.

Portanto, a iniciativa legislativa em apreciação, ou seja, a implementação de medidas preventivas na área abrangida pela bacia hidrogeológica da Caldeira de Guilherme Moniz/Pico Alto, torna-se imprescindível, na medida em que visa evitar a alteração de circunstâncias e condições naquele território, de modo a tornar menos difícil e onerosa a implementação e execução dos estudos a realizar, bem como a recuperação e regeneração daquele território e, assim, aumentar a retenção de água nos aquíferos existentes.

Queria só fazer aqui uma referência, porquanto, aquando da visita da comissão ao local, ou seja, à Caldeira de Guilherme Moniz, a comissão teve a vantagem, que foi interessante, de assistir ao dia internacional das zonas húmidas, levado a cabo e efeito pela Universidade dos Açores na Ilha Terceira. A visita foi acompanhada também pelo Sr. Secretário do Ambiente e pelo Professor Eduardo Dias, que nos deu excelentes explicações, e, sem sermos técnicos, tirámos algumas conclusões e percebemos, sinceramente, o quão importante é a preservação daquela zona.

Eu passava a citar a seguinte nota: “Embora exista ainda grande quantidade de zonas húmidas nos Açores, uma parte considerável destas, se não desapareceu, encontra-se bastante alterada, pelo que urge a tomada de atitudes, como o seu reconhecimento por todos e a compreensão da sua importância, da qual depende a nossa própria qualidade de vida.

Urge também a acção directa sobre estas formações. Não é possível desfazer actos, mas é possível refazer, recuperar e restaurar zonas húmidas”.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois daquele que foi o período negro que a população do concelho de Angra passou, ficando privada do abastecimento de água durante imensos períodos, vem a este Parlamento um conjunto de medidas preventivas aplicadas à zona designada por bacia hidrogeológica para a Caldeira de Guilherme Moniz/Pico Alto.

Somos de opinião que se deve proteger e, principalmente, assegurar um bem tão vital para as populações como seja a água. As medidas são necessárias, mas também é necessário acautelar as actividades económicas desta zona, até porque a actividade agropecuária não é incompatível com a produção de água deste lugar. Aliás, seria interessante saber quantos agricultores daquela zona já aderiram às medidas agro-ambientais, principalmente à medida 2.1.2, manutenção da “extensificação” pecuária, que tem como principal objectivo a protecção e melhoria do ambiente, dos solos e da água. Este é o único objectivo desta medida.

É nosso entendimento que deve o Governo Regional, neste período de dois anos, fazer mais do que impor. Deve promover a extensão rural, no sentido de acompanhar e assegurar a sustentabilidade multifuncional daquela zona. Ou seja, uma zona que comporta água, que comporta alimentos e que comporta gado bravo. Estamos a falar em 10% do território da Ilha Terceira, um território considerável para estar única e exclusivamente vocacionado para uma única produção. Isto atinge claramente outras actividades.

Portanto, neste sentido, fazemos fé que este período possa vir a culminar numa multifuncionalidade desejada para a zona. Vamos, nesse sentido, votar favoravelmente.

Presidente: A Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por, à semelhança do que já fiz durante a reunião de comissão, mas agora fazê-lo aqui no Plenário, felicitar o trabalho da Comissão de Assuntos Parlamentares,

Ambiente e Trabalho, no que diz respeito a este diploma em concreto, por ter aproveitado de uma forma perfeita, diria, a possibilidade dos deputados membros desta comissão terem assistido ou “frequentado” uma pequena formação, um workshop dado pela Universidade dos Açores, cujo tema fundamental era as turfeiras.

A possibilidade de termos assistido a essa formação foi duma felicidade muito grande. Foi muito bem aproveitada, foi um momento de aprendizagem, penso que todos e todas reconhecemos, e que nos foi muito útil. Faço votos para que a mesma oportunidade possa ser também aproveitada em trabalhos desta e de outras comissões.

Posto isto, o Bloco de Esquerda vai votar, evidentemente, favoravelmente esta proposta do Governo, não só porque estamos a falar, no fundo, do petróleo do século XXI – estamos a falar de recursos hídricos, estamos a falar de água, estamos a falar de uma coisa que cada vez mais tem um valor substantivo, não só em termos económicos –, mas muito fundamentalmente nos direitos e na qualidade de vida das populações que, de facto, ou têm água, ou carecem dela, como foi o caso da população da Ilha Terceira. Portanto, tudo o que sejam medidas no sentido de defender e de assegurar esta área abrangida pela bacia hidrogeológica da Caldeira de Guilherme Moniz/Pico Alto, o Bloco votará favoravelmente qualquer medida nesse sentido.

Somos, no entanto, sensíveis ao problema, digamos à outra perspectiva, o outro lado da moeda, que nos foi trazido pelo Sr. Deputado do PSD. Penso que de alguma maneira não há contradição, ou pelo menos não tem de haver. São dois valores, são dois bens que devem ser compatibilizados e não pôr um contra o outro.

Tomo como boas as palavras do Sr. Secretário Regional do Ambiente, quando diz que quando for a altura de levar em consideração, enfim, as perdas e as indemnizações a que houver lugar, no sentido de ressarcir os proprietários destes terrenos por estas medidas e por outras que se venham a tomar, isso será feito. Também poderá ser uma oportunidade de fazer alguma pedagogia junto dos nossos lavradores, não lhes impondo um facto consumado, mas aproveitando a oportunidade para que haja alguma alteração na prática de certas técnicas da lavoura que, naquele local específico, são prejudiciais, mas podem ser substituídas, podem ser corrigidas e podem, portanto, favorecer-nos a todos nós, em termos económicos e em termos da defesa deste bem essencial.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico também irá votar favoravelmente esta iniciativa, na medida em que, como decorreu dos dados que foram conhecidos ao longo do ano anterior, de facto tinha de se tomar medidas, no sentido de efectuar esta protecção, e dou os meus parabéns ao Governo por tê-lo feito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP considera inevitável a adopção das medidas preventivas propostas para a Caldeira Guilherme Moniz/Pico Alto, na Ilha Terceira.

Desde logo, pela importância que as mesmas têm no que respeita à salvaguarda das recargas dos aquíferos. Espera-se que desta forma se evitem, no futuro, cortes de abastecimento de água às populações da Ilha Terceira, como aconteceu num passado recente, quando, em pleno verão de 2008, essa ruptura de abastecimento atingiu o seu auge. Não é admissível que o abastecimento de um bem essencial e precioso para a vida humana, como é a água, sofra rupturas no abastecimento por causa, entre outras, de mau planeamento e uso indevido do solo. Por outro lado, é de salientar que mais de 50% dos terrenos onde incidirão as respectivas medidas preventivas são propriedade da região, estando, e segundo o Sr. Secretário do Ambiente, a tutela disponível para continuar a adquirir terrenos na zona, desde que os proprietários estejam disponíveis para fazê-lo.

Importa dizer que estas medidas são apenas para implementar pelo período de dois anos mais um, até que entre em vigor o parque natural da Ilha Terceira, o qual já contempla este tipo de medidas. Por outro lado, e segundo informação do Sr. Secretário do Ambiente, estão previstos mecanismos de compensação aos agricultores, em caso de perda de rendimentos com a implementação das referidas medidas de protecção.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do CDS/PP votará favoravelmente o diploma.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PCP vai dar o seu apoio a esta iniciativa.

Quero lembrar aqui que é uma iniciativa que tem um tempo definido, não proíbe – a não ser, enfim, as arroteias – nem tem implicações nas explorações agrícolas que de momento ali exercem a sua actividade. Julgamos fundamental a tomada destas medidas de modo a que sejam, ao longo destes dois ou, eventualmente, três anos, feitos os estudos adequados para que se proteja aquele bem que é a água e que nós, com certeza, queremos todos preservar.

Embora eu considere que algumas alusões feitas, quer nos trabalhos da comissão, quer já aqui no Plenário, relativamente às questões da falta de água em Angra são, digamos, despropositadas, uma vez que aquilo que o inquérito à falta de água em Angra concluiu atribuía a origem, a causa, da falta de água em Angra do Heroísmo a outros motivos que não apenas aos motivos de destruição do meio natural e da captação de água por aquelas nascentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Assim sendo, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Há, subscrita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma proposta de substituição integral, vinda da comissão. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, segundo o artigo 186.º do nosso Regimento, temos agora de optar por que diploma ou articulado vamos seguir o debate na especialidade. Parece-me que a votação lógica a fazer é:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam que o texto base da discussão na especialidade seja a proposta de substituição integral façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, vamos então iniciar o debate na especialidade. A proposta de substituição integral consta de sete artigos e não há qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, eu colocaria os sete artigos à votação em conjunto. Não havendo, vamos votar os sete artigos da proposta de substituição.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto 3 da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/2009 – “Cria a Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A. Azorina, S.A.”.**

Para apresentar o diploma, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo que agora está em discussão visa criar, no âmbito da administração directa da região, uma sociedade de capitais exclusivamente públicos destinada a executar um conjunto de tarefas em duas áreas essenciais: a área da gestão das zonas naturais, essencialmente dos parques naturais de ilha e dos investimentos em infra-estruturas e de manutenção que é preciso fazer-se nessas áreas; e na área da educação e da promoção ambiental, nomeadamente nas questões relacionadas com a informação ambiental, com os centros de informação e de interpretação ambiental que existem nas áreas naturais, ou a elas ligados, e as ecotecas e as outras tarefas de natureza promocional na área da educação ambiental que a região mantém.

O objectivo fundamental é criar aqui uma solução alternativa àquela que até agora tem vindo a ser seguida, que passa essencialmente pela feitura de protocolos e de outras formas de contratualização com associações não governamentais e com outras associações, que, de alguma maneira, tem vindo a desvirtuar o papel dessas associações e que é em si uma das

causas, também, de alguma instabilidade do ponto de vista contratual, em relação aos trabalhadores que prestam serviço nessas estruturas.

A região já tem uma rede relativamente alargada, uma delas extremamente grande, que é o centro de interpretação do Vulcão dos Capelinhos, aqui na Ilha do Faial. Mas temos, um pouco por todas as ilhas, estruturas que caem nestas duas categorias, na área da interpretação e na área das ecotecas, que precisam, de facto, de um enquadramento mais sólido, que dê uma maior segurança a quem lá trabalha e que permita uma gestão mais transparente dos recursos que lhes são afectos.

Não se trata de criar aqui uma estrutura que seja privatizável, ou com o objectivo de privatizar, não é esse o objectivo. Nem sequer é apetecível seguir por esse caminho, porque esta sociedade exerce funções exclusivamente públicas, em áreas que são de gestão pública e em áreas que estão perfeitamente delimitadas e muito claramente aqui estabelecidas, que têm a ver com as infra-estruturas de ambiente que existem nas diversas ilhas, infra-estruturas essas que integram, obviamente, o património da Região Autónoma dos Açores. Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(* Deputada Bárbara Chaves (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante a análise de um diploma que procede à criação da Sociedade de Gestão Ambiental da Conservação da Natureza, S.A., a Azorina, S.A., que terá como objectivo a promoção de acções de gestão ambiental e de conservação da natureza, estando nelas incluídas as acções relativas à participação pública, à promoção e à educação ambiental nos Açores, sem esquecer o incremento da qualidade de vida dos açorianos.

Esta sociedade anónima de capitais públicos irá ter competências ao nível do saneamento básico, mais concretamente gestão de resíduos, através da concessão de infra-estruturas essenciais ao nível de todas as operações de gestão de resíduos, nomeadamente a recolha, transferência, tratamento, valorização e destino final a dar aos resíduos produzidos na região, bem como as competências associadas à gestão das águas residuais. Desempenhará ainda actividades relacionadas com a gestão da rede regional de ecotecas e dos centros de interpretação existentes nas diferentes ilhas dos Açores, promovendo a adequada

uniformização de procedimentos e critérios de gestão, bem como uma uniformização das actividades a desenvolver por essas infra-estruturas.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a criação da Azorina, S.A. constituirá uma mais-valia para a uniformização de procedimentos associados à correcta gestão das matérias associadas ao ambiente e à qualidade ambiental, bem como a racionalização e rentabilização dos recursos, considerando-se que demonstre o conhecimento que o Governo Regional detém das necessidades, em termos ambientais, que a região ainda apresenta, bem como uma visão de futuro, tão necessária para o incremento da sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores. Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará a favor do diploma em análise.

Obrigada.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para uma interpelação?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim, Sr. Presidente, no sentido de solicitar um intervalo de quinze minutos.

Presidente: É regimental, mas sendo regimental isso significa que retomáramos aos 10 minutos para as 8:00 horas, o que creio que não vale a pena. Vamos, então, dar por encerrados os nossos trabalhos de hoje por aqui. Retomamos amanhã, pelas 10:00 horas da manhã, com o PTAT.

Muito boa noite, bom jantar e até amanhã.

(Eram 19 horas e 35 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António André Pimentel

Cecília do Rosário Farias Pavão

João Oliveira Teves

Manuel Herberto Santos da Rosa

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Maria Silva Gonçalves

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

António Pedro Rebelo Costa

Carla Patricia Carvalho Bretão Martins

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados

1 – Correspondência:

Assunto: Ofício a comunicar que seguiu para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 4/2010 – Natureza Jurídica e Normas de Funcionamento da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos dos Açores (ERSARA)

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2010.02.15

Referência: 102/18/09;

Assunto: Ofício a comunicar que seguiu para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010 – Regime Jurídico de Inertes na Faixa Costeira e no Mar Territorial

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2010.02.19

Referência: 102/25/09;

Assunto: Ofício a comunicar que seguiu para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2010 – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2007/A, de 23 de Julho, que aprova o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER)

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2010.03.08

Referência: 102/2/10;

Assunto: Ofício a comunicar que seguiu para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010 - Regulamento Geral dos Espectáculos Tauromáquicos de Natureza Artística da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Assembleia Municipal de Nordeste

Data de Entrada: 2010.03.01

Referência: 102/30/IX;

Assunto: Ofício a pedir a substituição temporária, da deputada, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, pelo período previsto no n.º 5 do mesmo artigo, eleita pelo círculo eleitoral de S. Miguel do Partido Socialista (10 dias)

Proveniência: Catarina Paula Moniz Furtado

Data de Entrada: 2010.03.10

Referência: 28.09/1/IX;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição temporária, pelo período de 10 dias do Deputado eleito pelo círculo eleitoral de São Miguel do Partido Socialista

Proveniência: José de Sousa Rego

Data de Entrada: 2010.03.10

Referência: 28.09/1/IX;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição temporária, pelo período de 10 dias do Deputado eleito pelo círculo eleitoral do Corvo do Partido Socialista

Proveniência: Guilherme de Fraga Nunes

Data de Entrada: 2010.03.10

Referência: 28.09/1/IX;

Assunto: Ofício a informar que na sequência da suspensão do mandato do Sr. Deputado Guilherme Nunes, o Sr. António André Pimentel, irá substituí-lo, após a verificação de poderes

Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Helder Silva

Data de Entrada: 2010.03.10

Referência: 28.09/1/IX;

Assunto: Ofício a informar que na sequência da suspensão do mandato do Sr. Deputado José de Sousa Rego, a Sra. Cecília do Rosário irá substituí-lo após a verificação de poderes

Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Helder Silva

Data de Entrada: 2010.03.10

Referência: 28.09/1/IX;

Assunto: Ofício a informar que na sequência da suspensão do mandato da Sra. Deputada Catarina Paula Moniz Furtado, o Sr. João Oliveira Teves irá substituí-la, após a verificação de poderes

Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Helder Silva

Data de Entrada: 2010.03.10

Referência: 28.09/1/IX;

Assunto: Ofício a corrigir os requerimentos nº 0973 e 0975, substituição de Deputados. A Sra. Deputada Catarina Paula Moniz Furtado, será substituída pela Sra. Cecília do Rosário Farias Pavão, e o Sr. Deputado José de Sousa Rego, será substituído pelo S. João de Oliveira Teves

Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Helder Silva

Data de Entrada: 2010.03.10

Referência: 28.09/1/IX;

Assunto: Ofício a remeter cópia da proposta – Transferência das Verbas respeitantes aos 5% do IRS

Proveniência: Assembleia Municipal de Nordeste

Data de Entrada: 2010.03.12

Referência: 20.09/1/IX;

Assunto: Ofício a enviar cópia de Voto de Protesto da Participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no respectivo Concelho

Proveniência: Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Data de Entrada: 2010.03.02

Referência: 20.10/1/IX;

Assunto: Ofício a enviar 3 cópias de votos de recomendação, relativos ao encerramento da Fábrica da COFACO na cidade da Horta

Proveniência: Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2010.03.04

Referência: 20.04/1/IX;

Assunto: Ofício a enviar cópia de 1 Voto de Recomendação, relativo à não transferência para as Autarquias Açorianas das Verbas correspondentes a 5% no IRS gerado no respectivo Concelho

Proveniência: Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2010.03.04

Referência: 20.04/1/IX;

Assunto: Ofício a enviar Recomendação – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos dos Açores (ERSARA)

Proveniência: Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa

Data de Entrada: 2010.03.05

Referência: 102.04/18/IX;

Assunto: Ofício a enviar fotocópia de uma Recomendação – Manutenção do Processo de pagamento à “ERSARA” semelhante ao anteriormente existente

Proveniência: Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Data de Entrada: 2010.03.08

Referência: 102.04/18/IX.

2 – Requerimentos:

Assunto: Relatório da Inspeção Regional do Trabalho, relativo às condições de trabalho na RTP/Açores.

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2010.02.12

Referência: 54.06.00 – N.º 211/IX;

Assunto: Aquisição de 51% do Capital da SINAGA.

Autor: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2010.02.12

Referência: 54.06.00 – N.º 212/IX;

Assunto: Resultados do trabalho da Comissão Técnica encarregue de estudar as razões das diferenças entre o preço do leite no Continente e nos Açores.

Autores: António Ventura, Jorge Macedo, Cláudio Lopes. António Gonçalves, João Costa, Cláudio Almeida, Mark Marques e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2010.02.19

Referência: 54.06.00 – N.º 213/IX;

Assunto: Construção da Casa do Povo do Topo nas calendas gregas...!!!

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2010.02.22

Referência: 54.01.05 – N.º 214/IX;

Assunto: Cascalho Zona Topo

Autor: Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2010.02.22

Referência: 54.01.05 – N.º 215/IX;

Assunto: Dados relativos à situação Económica-Social na ilha Graciosa

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2010.02.22

Referência: 54.03.04 – N.º 216/IX;

Assunto: Reclassificação Profissional

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2010.02.23

Referência: 54.06.00 – N.º 217/IX;

Assunto: Obras no Porto de Pescas do Topo

Autor: Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2010.02.24

Referência: 54.01.05 – N.º 218/IX

Assunto: Desobstrução da Ribeira do Belo Jardim, no Concelho da Praia da Vitória

Autor: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2010.02.25

Referência: 54.06.03 – N.º 219/IX;

Assunto: Radares Meteorológicos – Prevenção de Tempestades Súbitas e Salvaguarda das Populações

Autor: Paulo Rosa (CDS/PP)

Data de Entrada: 2010.02.26

Referência: 54.06.00 – N.º 220/IX;

Assunto: Programa de Mobilidade Juvenil “Bento de Góia”

Autor: Cláudio Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2010.02.26

Referência: 54.03.00 – N.º 221/IX;

Assunto: Atrasos nos Pagamentos aos Pensionistas e Beneficiários de Abono de Família das Flores

Autor: António Maria Gonçalves (PSD)

Data de Entrada: 2010.03.01

Referência: 54.03.08 – N.º 222/IX;

Assunto: Compra de 51% do capital da Sinaga, SA.

Autor: Jorge Macedo (PSD)

Data de Entrada: 2010.03.04

Referência: 54.03.00 – N.º 223/IX;

Assunto: Contrato de cedência da exploração comercial dos campos de golfe da Batalha e das Furnas

Autores: António Marinho e Jorge Macedo (PSD)

Data de Entrada: 2010.03.05

Referência: 54.03.02 – N.º 224/IX;

Assunto: Custo de Transportes para o escoamento dos Produtos Tradicionais da Ilha do Pico

Autores: Cláudio Lopes e Duarte Freitas (PSD)

Data de Entrada: 2010.03.10

Referência: 54.03.06 – N.º 225/IX;

Assunto: Serviços de Finanças do concelho das Velas na eminência de fechar...!!! Governo Regional deve intervir

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2010.03.11

Referência: 54.03.05 – N.º 226/IX;

Assuntos: Sistema de alerta de derrocadas e cheias

Autores: António Pedro Costa e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2010.03.11

Referência: 54.03.00 – N.º 228IX;

Assuntos: Doente evacuada da Ilha Graciosa fica mais de uma semana à espera de cirurgia

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2010.03.11

Referência: 54.03.04 – N.º 227/IX;

Assuntos: Concentração da frota da SATA numa única ilha

Autores: Jorge Macedo, Carla Bretão, Clélio Meneses, João Costa, Mark Marques, Cláudio Lopes, António Ventura e António Gonçalves (PSD)

Data de Entrada: 2010.03.11

Referência: 54.03.00 – N.º 229/IX;

Assuntos: Pedido de resposta escrita ao Governo Regional dos Açores/Vice-Presidência/Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

Autor: Mário Moniz (BE))

Data de Entrada: 2010.03.12

Referência: 54.06.00 – N.º 230/IX;

Assuntos: Pedido de resposta escrita ao Governo Regional dos Açores/Secretaria Regional de Educação e Formação

Autora: Zuraida Soares (BE))

Data de Entrada: 2010.03.12

Referência: 54.06.00 – N.º 231/IX.

3 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: Falta de Fuel no Aeroporto de Santa Maria

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2010.02.19

Referência: 54.04.00 – N.º 184/IX;

Assunto: Falta de Fuel no Aeroporto de Santa Maria

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2010.02.23

Referência: 54.04.01 – N.º 178/IX;

Assunto: Porto de Pesca da Graciosa

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2010.02.23

Referência: 54.03.04 – N.º 194/IX;

Assunto: Programa de Mobilidade Juvenil “Bento de Góis”

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autor: Cláudio Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2010.02.23

Referência: 54.03.00 – N.º 198/IX;

Assunto: Transporte de Resíduos para o Exterior da Região

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autores: Carla Bretão, Clélio Meneses, João Bruto da Costa e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2010.02.23

Referência: 54.03.07 – N.º 204/IX;

Assunto: Instalações da Sede do Cine-Clube da Horta

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autor: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2010.02.24

Referência: 54.06.07 – N.º 196/IX;

Assunto: Problemas no Complexo Desportivo Dr. Manuel de Arriaga

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2010.02.24

Referência: 54.03.07 – N.º 199/IX;

Assunto: Adaptação à Região do Decreto-Lei n.º 280/2001

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autor: António Pedro Costa (PSD)

Data de Entrada: 2010.02.24

Referência: 54.03.00 – N.º 200/IX;

Assunto: Listagem de Empresas Beneficiárias das Linhas de Crédito e Programa de Apoio à Manutenção de Postos de Trabalho

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2010.02.25

Referência: 54.06.00 – N.º 182/IX;

Assunto: Zona do Topo da Ilha de São Jorge com cortes sucessivos de energia eléctrica.

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2010.03.03

Referência: 54.03.05 – N.º 189/IX;

Assunto: Fajãs de São Jorge

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autor: Abel Moreira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2010.03.08

Referência: 54.01.05 – N.º 203/IX;

Assunto: Construção da Casa do Povo do Topo nas calendas gregas...!!!.

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2010.03.08

Referência: 54.01.03 – N.º 214/IX;

Assunto: Candidaturas de Agricultores da Ilha das Flores no âmbito do Prorural

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autor: António Maria Gonçalves (PSD)

Data de Entrada: 2010.03.09

Referência: 54.03.08 – N.º 192/IX.

—

Exm.º. Senhor Director Regional do Trabalho,

Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor

Exm.º. Senhor

No âmbito da auscultação, em Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, dos representantes dos trabalhadores da RTP/Açores, bem como do seu Director, o Grupo Parlamentar do BE/Açores tomou conhecimento da elaboração de um relatório, pela Inspeção Regional do Trabalho, relativo às condições de trabalho desta empresa pública, na Região Autónoma dos Açores.

Considerando o contributo vital desta empresa de serviço público para a coesão do Arquipélago dos Açores, para a criação de uma consciência autonómica e para o desenvolvimento sócio-cultural desta Região, importa conhecer a justeza das queixas e reivindicações apresentadas pelos seus trabalhadores.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do BE/Açores vem requerer, ao abrigo do Artigo 31.º n.º 1 al) h do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 8/89/A de 20 de Julho, cópia do último relatório da Inspeção Regional do Trabalho, relativo à situação laboral na RTP/Açores.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Grupo Parlamentar do BE/Açores, *Zuraida Soares*

—

Exm.º. Senhor Vice-Presidente do Governo Regional

ASSUNTO: Aquisição de 51% do capital da SINAGA

A SINAGA tem tido uma actividade premente para a economia açoriana. Contudo, tem apresentado algumas dificuldades, com origem na descredibilização da cultura da beterraba, por parte dos agricultores, o que contribuiu, para a diminuição da produção local desta matéria-prima, implicando a necessidade de se proceder à importação de ramas de açúcar de beterraba apoiada pelo POSEIMA, de forma a compensar os custos da ultraperifricidade.

Considerando que o Governo Regional demonstrou disponibilidade para suportar o pagamento de apoios à importação de ramas de açúcar de beterraba, pelo menos, enquanto os preços de mantivessem elevados;

Considerando que a antiga Administração da SINAGA reduziu a produção ao mínimo, para debelar a limitação da importação de ramas para transformação, conduzindo a uma descapitalização da empresa;

Considerando que o Governo Regional adquiriu, recentemente, 51% da SINAGA por 800 mil euros à sociedade GEAD;

Considerando o carácter de 'interesse público', desta industria, assumido pelo Governo Regional, o que justificou a aquisição de 51% da SINAGA, salvaguardando desse modo, a manutenção de 120 postos de trabalho directos e indirectos;

Considerando que o Plano de viabilização da SINAGA a quatro anos, até 2013, prevê um aumento em quase quatro vezes da produção local de beterraba;

Considerando a intenção, anunciada, pelo Governo Regional de vender a sua participação a privados, após 2013;

Considerando que o Governo Regional pagou 800 mil euros ao, antigo administrador e accionista da SINAGA, tendo, igualmente, assumido a totalidade da dívida;

Considerando que a SINAGA demonstra ser uma industria dependente de fundos públicos.

Neste sentido e nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V.Exa., resposta às seguintes questões:

-O Governo Regional ao assumir o passivo da SINAGA. Qual a justificação para terem sido pagos 800 mil euros à sociedade GEAD?

-Solicitamos, a V.Exa., o Acordo de compra e venda da participação da Sociedade GEAD na SINAGA.

Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, Mário Moniz

REQUERIMENTO

Resultados do trabalho da Comissão Técnica encarregue de estudar as razões das diferenças entre o preço do leite no Continente e nos Açores

Considerando que o Governo Regional anunciou, em Abril de 2008, a constituição de uma comissão técnica, composta por representantes da Indústria e da Produção, para estudar, principalmente, as razões das diferenças entre o preço do leite pago à produção entre o Continente e os Açores.

Anunciava ainda o Governo Regional o interesse em criar uma fórmula regional que fosse indexada ao preço do leite pago à produção no Continente.

Todavia, parece que o Governo Regional ficou pelo anúncio, pois desconhece-se quantas vezes esta comissão reuniu, quais os resultados, quais as recomendações e qual a fórmula encontrada.

Esta constatação provém do facto do PSD ter entregue, na Assembleia Legislativa, um Requerimento sobre este assunto, em 9 de Setembro de 2008, e o mesmo nunca ter sido respondido. Neste mesmo Requerimento, também questionávamos o Governo Regional sobre o peso do custo dos transportes no preço do leite pago à produção.

A ausência de resposta do Governo Regional revela, acima de tudo, um desrespeito para com a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Acreditando, ainda, na possível prática das regras que uma democracia impõe, vimos, neste sentido, de novo apresentar as mesmas questões ao Governo Regional, no intuito de obter as informações que até agora nos foram negadas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

1. Existe ou não uma comissão técnica composta por representantes da Indústria e da Produção, para estudar as razões das diferenças entre o preço do leite pago à produção no Continente e nos Açores?
2. Quantas vezes esta comissão reuniu e quais os resultados já alcançados?

3. Em concreto, qual a influência do custo dos transportes dos produtos lácteos para o continente no preço do litro de leite pago à Produção?
4. Quais as previsões do Governo Regional sobre a evolução do preço do litro de leite pago ao produtor e ao consumidor nos próximos seis meses?

Angra do Heroísmo, 19 de Fevereiro de 2010

Os Deputados Regionais, *António Ventura, Jorge Macedo, Cláudio Lopes, António Gonçalves, João Costa, Cláudio Almeida, Mark Marques, Luís Garcia*

Requerimento

Construção da Casa do Povo do Topo nas calendas gregas.....!!!

As Casas do Povo ao longo dos últimos 30 anos tem tido um papel importante no meio rural e freguesias das nossas Ilhas.

Foi, através das Casas do Povo, quando funcionavam a tempo inteiro, que os serviços de segurança social e saúde, faziam com que a nossa população tivesse maior facilidade de acesso ao pagamento ou recebimento de prestações da segurança social, e de serem atendidas pelos **médicos e enfermeiros** que regularmente ali se deslocam.

Considerando que a freguesia do Topo, está a ser penalizada pelo facto de não ter um edifício da Casa do Povo, para que **voltem a ter médico naquela freguesia.**

Considerando que é compromisso deste Governo e dos seus pares socialistas de São Jorge, recuperarem a **Casa dos Tiagos**, para ali poder albergar os serviços da Casa do Povo **(segurança social, médicos e enfermeiros).**

Considerando que desde o ano passado (2009) foi colocado junto das ruínas da Casa dos Tiagos, um “outdoor” com publicidade do novo edifício, **mas até hoje nada mais aconteceu!**

Considerando que a população da Vila do Topo, não é filha de um Deus Menor, e por conseguinte tem direito a ter estes serviços públicos como a demais população da Ilha.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, venho requerer a V.Ex^a que seja solicitada informação ao Governo Regional, através da **Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social**, o seguinte:

- . - Afinal esta obra é para fazer ou não?
- . - Em caso afirmativo, para quando o início da mesma?

Vila do Topo, 22 de Fevereiro de 2010.

O Deputado Regional, *Mark Marques*

REQUERIMENTO

Cascalho Zona Topo

Considerando que a Freguesia de Santo Antão e a Vila do Topo, na Ilha de São Jorge, são áreas de grande dimensão agrícola, com especial incidência para a produção de leite;

Considerando que o Inverno tem sido rigoroso, principalmente chuvoso, provocando lamaçais nos terrenos de pastoreio do gado;

Considerando que, dadas estas circunstâncias, os bovinos fêmeas ficam muitas vezes enterradas na lama quase até ao amojó, facto que tem criado uma série de constrangimentos e dificuldades aos produtores, nomeadamente nas ordenhas do seu efectivo;

Considerando que a Associação Agrícola de São Jorge, em parceria com os Serviços Florestais desta Ilha e o próprio Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A. (IROA, S.A.) têm transportado cascalho para aquela zona da Ilha, tendo em vista ajudar os produtores a ultrapassar as dificuldades atrás referidas;

Considerando que a solução encontrada se apresenta como uma mais-valia para os produtores daquela zona de São Jorge, apesar de insuficiente;

Considerando que o transporte deste tipo de material se torna bastante dispendioso, tendo em conta que estamos a falar de distâncias a percorrer de cerca de 60 quilómetros por percurso, ou seja, 120 quilómetros ida e volta;

Considerando que existem proprietários de terrenos no Topo com quantidades bastante consideráveis de cascalho que se encontram disponíveis para vender o mesmo, não estando porém dispostos a avançar com um processo de licenciamento de exploração e extracção de inertes;

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requiro que o Governo Regional dos Açores me envie os seguintes esclarecimentos:

1 – Entende o Governo Regional ser pertinente a aquisição de algum dos terrenos privados existentes no Topo dotado de cascalho e proceder ao seu posterior licenciamento, para fornecimento deste material aos agricultores na zona?

2 – Em caso afirmativo, para quando prevê o Governo ter esta solução em pleno funcionamento?

O Deputado Regional, Luís Silveira

Requerimento

ASSUNTO: REQUERIMENTO – DADOS RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICO- SOCIAL NA ILHA GRACIOSA

Excelência

A crise económica e financeira leva a uma inquestionável crise social, cuja dimensão importa conhecer para melhor procurar as respostas necessárias.

O conhecimento da realidade Graciosense na sua vertente económico-social torna-se, pois, indispensável para adequar as estratégias que, também para a ilha Graciosa, devem ter uma atenção que consagre a especificidade da ilha.

Nessa medida, importa conhecer em pormenor as situações que podem levar a um aumento da exclusão social e da pobreza.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Deputado signatário solicita ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos **relativamente a cidadãos residentes na ilha Graciosa** :

- 1 – Qual o número de cidadãos inscritos na Agência para a Qualificação e Emprego de Angra do Heroísmo?
- 2 – Desses, qual o número dos que procuram primeiro emprego, quais os que procuram novo emprego e desses quantos estão empregados à procura de melhor emprego?
- 3 – Qual o número de inscritos na Agência para a Qualificação e Emprego de Angra do Heroísmo que se encontram nos programas ocupacionais, designadamente no PROSA e CTTS?
- 4 – Qual o número de cidadãos que beneficiam de subsídio de desemprego?
- 5 - Qual o número de cidadãos inscritos na Agência para a Qualificação e Emprego de Angra do Heroísmo que encontraram emprego nos últimos dois anos (2008/2009) na ilha Graciosa e qual o número dos que encontraram emprego noutra local?
- 6 - Qual o número de beneficiários do RSI e respectivo número de famílias, bem como qual o valor médio de prestação?
- 7 - Qual o número dos cidadãos que deixaram de beneficiar do RSI e quais as respectivas causas?
- 8 - Qual o número de cidadãos a receber pensões de sobrevivência ou complemento solidário de pensão, bem como qual o valor médio das respectivas pensões?

Com os melhores cumprimentos.

Santa Cruz da Graciosa, 22 de Fevereiro de 2010

O Deputado, João Bruto da Costa

Excelentíssimo Senhor Director Regional da Organização e Administração Pública da Região Autónoma dos Açores

Exmo. Senhor,

Como é do V. conhecimento, em vários serviços da Administração Pública Regional, encontram-se cerca de vinte trabalhadores que até à presente data não foram devidamente enquadrados, nos termos legais, dada a sua reclassificação profissional.

Considerando que os processos de reclassificação em causa foram iniciados ao abrigo da alínea d) do artigo 4.º do Decreto – Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2000/A, de 9 de Agosto, face à aquisição de novas habilitações académicas dos referidos funcionários, consideradas relevantes para as áreas de especialidade enquadráveis nas atribuições e competências dos respectivos serviços da administração pública regional.

Considerando que o diploma que estabelece o novo regime de vinculação de carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas (Lei n.º 12-A/2008, de 12 de Fevereiro) prevê a revogação, entre outros, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro; Considerando ainda que, no entanto, o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de Julho, que procede à adaptação à RAA do novo regime de vinculação de carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas (nomeadamente, nos artigos 10.º e artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional), consignou a validade dos procedimentos relativamente às reclassificações profissionais pendentes à data em vigor daquele diploma; Considerando que o legislador pretendeu salvaguardar, em nomeação definitiva, os funcionários públicos da administração regional, através do n.º 2 do artigo 7º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A e artigo 10.º do mesmo diploma;

Ao não se concretizar o exposto na legislação referida, poderia ter-se induzido em erro e provocado sérios danos aos vários funcionários que com esforço acrescido continuaram a sua formação, que assim, não só, não veriam a sua reclassificação concretizada, como também veriam prejudicado o respectivo vínculo de nomeação definitiva.

Considerando que, até á presente data, não se conhece parecer da DROAP sobre o assunto em epígrafe;

O Grupo Parlamentar do BE/Açores vem, ao abrigo do Artigo 31.º n.º 1 al) h do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos do n.1 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, solicitar o seguinte esclarecimento:

- Para quando a reclassificação profissional, nos termos legais, dos cerca de 20 trabalhadores da função pública regional nestas circunstâncias?

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, *Zuraida Soares*

REQUERIMENTO

Obras no Porto Pescas do Topo

Considerando a importância social e económica que o sector das Pescas representa para a Região, e em particular, para a zona do Topo, na Ilha de São Jorge;

Considerando que, desde o ano 2005, já foram, várias vezes, anunciadas obras no Porto de Pescas do Topo;

Considerando que estas obras são consideradas pelos utilizadores da infra-estrutura como da maior importância para a operacionalidade e segurança dos mesmos;

Considerando que a 28 Abril de 2005, em visita a este Porto, o Senhor Sub-Secretário Regional das Pescas, apresentou o estudo prévio do projecto de ampliação da zona de estacionamento das embarcações;

Considerando que, em Junho de 2007, o Senhor Vice-Presidente do Governo citado pelo GACS (Gabinete de Apoio à Comunicação Social) afirmou que “*estava previsto um investimento de 600 mil euros, na protecção costeira da falésia adjacente ao Porto do Topo*”;

Considerando que o Comunicado do Conselho do Governo Regional, do dia 26 de Março de 2009, deliberou “*mandar elaborar o projecto de requalificação do Porto de Topo*”;

Considerando que passados cinco anos, desde o primeiro anúncio governamental relativo a obras nesta infra-estrutura portuária, nada foi concretizado e que os pescadores se queixam de inúmeros prejuízos;

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requero que o Governo Regional dos Açores me envie os seguintes esclarecimentos:

1 – Considera o Governo Regional prioritária a intervenção no Porto de Pescas do Topo nos moldes em que tem sido anunciado ao longo dos anos?

2 – Tem o Governo Regional algum projecto para a realização de obras no Porto do Topo e zonas adjacentes? Em caso afirmativo, solicito cópia do mesmo, bem como dos estudos e levantamentos topográficos efectuados.

3 – Para quando prevê o Governo Regional dar início à empreitada, qual o prazo definido para a realização das obras e qual o valor da mesma?

4 – Foram ouvidos os Pescadores desta zona relativamente à concretização de obras neste Porto? Em caso afirmativo, qual a opinião por eles manifestada.

5 – Está prevista a protecção da falésia adjacente ao Porto do Topo? Em caso afirmativo, para quando a sua realização, qual a data prevista para a conclusão dos trabalhos e qual o custo da intervenção?

O Deputado Regional, Luís Silveira

Requerimento

Assunto: Desobstrução da Ribeira do belo Jardim, no concelho da Praia da Vitória

A intempérie ocorrida no passado mês de Dezembro, em algumas freguesias do concelho da Praia da Vitória, na Ilha Terceira, provocou estragos de elevado montante.

A ribeira do Belo Jardim, no concelho da Praia da Vitória, encontra-se, ainda, entulhada, consequência da referida intempérie.

Considerando que a desobstrução da ribeira em causa, segundo o Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória é da responsabilidade do Governo Regional, pois o seu curso atravessa terrenos públicos, sendo em parte, delimitada por uma estrada regional.

Considerando a importância da limpeza dos cursos de água enquanto factor preventivo de enxurradas provocadas pela elevada precipitação;

Nos termos estatutários e regimentais e atendendo aos considerandos referidos, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V. Ex^a. resposta à seguinte questão:

1. Quando ocorrerá a desobstrução da Ribeira do belo Jardim?

Horta, 25 de Fevereiro de 2010.

Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, Mário Moniz

REQUERIMENTO

Radares Meteorológicos – Prevenção de tempestades súbitas e salvaguarda das populações

Considerando que a recente tragédia ocorrida na Região Autónoma da Madeira pôs a nu as fragilidades do sistema de previsões meteorológicas a curto prazo;

Considerando que a Região Autónoma dos Açores, até mais do que a Madeira, estão sujeitos a fenómenos meteorológicos de natureza imprevisível;

Considerando que, com as alterações climáticas globais, fenómenos idênticos ao ocorrido na Madeira serão cada vez mais frequentes, violentos e devastadores;

Considerando que há meios adequados para tornar as previsões meteorológicas mais fiáveis, de modo a proteger pessoas e bens de trágicas eventualidades;

Considerando que um desses meios, cuja ausência ficou tristemente patente no caso da Madeira, são os Radares Meteorológicos e que nos Açores existe apenas um, propriedade da Força Aérea Norte-Americana;

Considerando que, apesar dos dados recolhidos por esse radar serem facultados aos serviços de meteorologia, o equipamento não possui alcance suficiente para cobrir o nosso arquipélago em toda a sua extensão;

Considerando que, na salvaguarda da segurança das populações residentes nos Açores, se impõe, neste momento de escalada de situações como a ora ocorrida na Madeira, dotar o arquipélago dos meios adequados a que as previsões meteorológicas sejam mais fiáveis;

Considerando que as previsões meteorológicas nos Açores são feitas essencialmente com recurso a imagens de satélite que, sendo importantes, são insuficientes para uma previsão mais fidedigna, sobretudo em caso de tempestades súbitas e violentas;

Considerando que, com o actual alcance dos Radares Meteorológicos, a colocação de dois, um nas Flores e outro em São Miguel, seria o suficiente para dar cobertura a todo o arquipélago;

Considerando que o Governo Regional, na salvaguarda da segurança de populações e bens terá interesse em posicionar-se junto do Instituto de Meteorologia, no sentido de estudarem e/ou implementarem este tipo de equipamento ou promoverem outra solução que assegure a fidedignidade das previsões, nomeadamente relativas a fenómenos súbitos;

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requieiro, com carácter de urgência, que o Governo Regional dos Açores me envie os seguintes esclarecimentos:

1. Que diligências efectuou o Governo Regional, na sequência da tragédia recentemente vivida na Madeira, para obstar a que uma eventual ocorrência do mesmo tipo no nosso arquipélago tenha consequências tão devastadoras?
2. Tem o Governo Regional conhecimento das limitações do actual sistema de previsões meteorológicas e da mais-valia dos Radares Meteorológicos na detecção de fenómenos devastadores, como o recentemente ocorrido na Madeira?
3. Tenciona o Governo Regional articular-se com o Instituto de Meteorologia no sentido de juntos encontrarem forma de assegurar previsões meteorológicas mais fiáveis, particularmente na detecção atempada de tempestades súbitas e violentas, como meio de salvaguarda da integridade de pessoas e bens?

O Deputado Regional, Paulo Rosa

REQUERIMENTO

ASSUNTO: Programa de Mobilidade Juvenil “Bento de Góis”

Requeremos ao Governo Regional, no passado dia 28 de Janeiro, uma série de informações relacionadas com o programa de mobilidade juvenil “Bento de Góis”.

Na resposta dada pelo Governo Regional, no dia 24 de Fevereiro de 2010, este não respondeu em parte, ao solicitado.

Deste modo, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Deputado subscritor, requer novamente, ao Governo Regional as seguintes informações:

1. O nome das Associações inscritas no Registo Regional de Associações Juvenis que apresentaram candidaturas ao Programa “Bento de Góis” durante os anos de 2008 e 2009;

1.1. Quais as associações inscritas no Registo Regional de Associações Juvenis que viram as suas candidaturas aprovadas.

2. O nome dos Grupos informais de jovens que apresentaram candidaturas ao Programa “Bento de Góis” durante os anos de 2008 e 2009;

2.1. Quais os grupos informais de jovens que viram as suas candidaturas aprovadas.

O nome dos Jovens em nome individual, maiores de 18 anos, que apresentaram candidaturas ao Programa “Bento de Góis” durante os anos de 2008 e 2009;

2.2. Quais os Jovens em nome individual, maiores de 18 anos que viram as suas candidaturas aprovadas.

3. O nome das pessoas colectivas de utilidade pública sem fins lucrativos que desenvolveram actividades na área de apoio social a jovens, que apresentaram candidaturas ao Programa “Bento de Góis” durante os anos de 2008 e 2009;

3.1. Quais os nomes das pessoas colectivas de utilidade pública sem fins lucrativos que viram as suas candidaturas aprovadas.

4. O nome dos Estabelecimentos de Ensino Básico, Secundário e Profissional que apresentaram candidaturas ao Programa “Bento de Góis” durante os anos de 2008 e 2009;

4.1. Quais os Estabelecimentos de Ensino Básico, Secundário e Profissional que viram as suas candidaturas aprovadas.

5. O nome das Associações Privadas que desenvolveram actividades destinadas a jovens na área do apoio social aos jovens, que apresentaram candidaturas ao Programa “Bento de Góis” durante os anos de 2008 e 2009;

- 5.1. Quais as associações privadas que viram as suas candidaturas aprovadas.
6. O nome das cooperativas que desenvolveram actividades na área do apoio social aos jovens, que apresentaram candidaturas ao Programa “Bento de Góis” durante os anos de 2008 e 2009;
- 6.1. Quais as cooperativas que viram as suas candidaturas aprovadas.
7. O nome de outras entidades, consideradas adequadas à promoção das medidas deste programa, que apresentaram candidaturas durante os anos de 2008 e 2009;
- 7.1. Quais as outras entidades que viram as suas candidaturas aprovadas.

Ponta Delgada, 26 de Fevereiro de 2010

O Deputado, *Claúdio Almeida*

REQUERIMENTO

ATRASOS NOS PAGAMENTOS AOS PENSIONISTAS E BENEFICIÁRIOS DE ABONO DE FAMÍLIA DAS FLORES

A Assembleia Legislativa Regional aprovou, em Janeiro de 2008, o Decreto Legislativo Regional que cria o “complemento para aquisição de medicamentos para idosos” – COMPAMID.

No preâmbulo do diploma afirma-se que “os pensionistas constituem um grupo de elevado risco de pobreza, em consequência dos baixos rendimentos associado ao elevado e crónico consumo de medicação”. A Portaria de Junho de 2008, o Governo Regional regulamentou as condições de emissão e atribuição do COMPAMID.

O artigo 9º desta Portaria estabelece que o Instituto de Gestão de Regimes da Segurança Social “procederá, mensalmente, ao pagamento ao beneficiário da quantia dispendida e comprovada”.

A Assembleia Legislativa aprovou, em Julho de 2008, o Decreto Legislativo Regional que cria o “complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens”.

Reconhece-se, nos considerandos deste diploma, que “importa introduzir medidas que permitam assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos com o aumento do número de elementos do agregado familiar, bem como com outras penalizações da despesa das famílias, como, por exemplo, os aumentos recentes das taxas de juros bancárias e do preço dos bens alimentares”.

Os diplomas citados reconhecem a situação difícil que muitos açorianos, nomeadamente os pensionistas e as famílias mais numerosas, vivem, enquanto que a crise económica que se vive na Região, que já é social, envia muitos açorianos para o desemprego ou para postos de trabalho precários e mal remunerados.

Na ilha das Flores, pela pequenez do seu mercado e pela escassez das ofertas de emprego, e, ainda, pelo custo de vida que é superior à média regional, uma vez que os bens de consumo vêem os seus preços agravados pelos custos de transporte, a crise económica e social faz-se sentir pesadamente.

Como se isto não bastasse, eis que surge o Governo Regional a não cumprir o que está estabelecido nos diplomas que criam o COMPAMID e o “complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens”.

Há muitos pensionistas idosos que não recebem as comparticipações devidas, ao abrigo do COMPAMID, desde Outubro de 2009.

Há casais, com crianças e jovens ao seu cuidado, que não recebem, há meses, o complemento açoriano de abono de família.

Assim, nos termos estatutários e regimentais, o Deputado abaixo-assinado requer as seguintes informações:

1 – Reconhece ou não o Governo Regional que não tem cumprido com a atribuição, devida e atempada, da comparticipação, a alguns pensionistas da ilha das Flores, no que se refere o COMPAMID?

2 – Quando pensa o Governo Regional pagar o que deve a alguns pensionistas da ilha das Flores?

3 – Reconhece ou não o Governo Regional que não tem cumprido o seu dever no que concerne ao pagamento, a devido tempo, do complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens a alguns casais da ilha das Flores?

4 - Quando pensa o Governo Regional pagar o que deve aos casais, da ilha das Flores, que têm em atraso o pagamento do “complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens” ?

Flores, 1 de Março de 2010

O Deputado Regional, António Maria Gonçalves

REQUERIMENTO

COMPRA DE 51% DO CAPITAL DA SINAGA, SA

A produção de beterraba e o, conseqüente, fabrico de açúcar tem tido, ao longo dos anos, uma verdadeira importância no que concerne à diversificação das produções agrícolas, à criação de postos de trabalho e ao valor acrescentado à economia regional.

A empresa SINAGA, SA tem assumido um importante papel na manutenção da produção de beterraba e é a única indústria produtora de açúcar e de álcool de toda a Região.

O Governo Regional decidiu, recentemente, adquirir 51% do capital social da empresa SINAGA, SA, na sequência da “ análise detalhada da situação da empresa, através de uma avaliação feita por uma entidade independente”, segundo as palavras do vice-presidente do governo, proferidas quando da aquisição da maioria do capital social da SINAGA, SA pelo valor de 800.000€.

O Governo Regional anunciou a realização de “um estudo e análise pormenorizada da situação económica e financeira da empresa e do seu valor patrimonial” e concluiu que estará assegurada a viabilização económica e financeira da SINAGA, SA, com “a implementação de um plano de reestruturação e recuperação” elaborado pelo Governo Regional, o qual “vai implementar de imediato”.

Ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo – assinados vêm requerer ao Governo Regional o seguinte:

5. Cópia do “estudo da situação da empresa SINAGA, SA, elaborado por uma entidade independente”, não especificada pelo Governo Regional.

6. Cópia do “estudo de viabilidade económica e financeira da SINAGA, SA”.
7. Cópia do “plano de recuperação que permita assegurar a viabilidade industrial da SINAGA, SA a médio prazo.
8. Cópia do acordo assinado para a compra de 51% do Capital Social da SINAGA, SA.

Ponta Delgada, 4 de Março de 2010

Os Deputados Regionais, *António Marinho, Jorge Macedo*

REQUERIMENTO

Assunto: **Contrato de cedência da exploração comercial dos campos de golfe da Batalha e das Furnas**

Excelência

1. O Vice-Presidente do Governo Regional anunciou, no passado dia 23 de Fevereiro último, a decisão do executivo em estabelecer com a Verde Golf, S.A. “um contrato de cedência da exploração comercial dos campos de golfe da Batalha e das Furnas, estruturas e equipamentos anexos, em São Miguel”.
2. Segundo o Gabinete de Apoio à Comunicação Social – GACS, este contrato tem a validade de um ano, a partir do dia 1 do corrente mês.
3. No âmbito deste contrato a Verde Golf cede à Região, sem qualquer contrapartida financeira, a exploração daqueles campos de golfe.
4. O Vice-Presidente do Governo Regional referiu, ainda, na altura, que “as dificuldades económicas da Verde Golf se têm traduzido na incapacidade de cumprir as obrigações financeiras para com os seus trabalhadores e fornecedores”.
5. Segundo o Vice-Presidente do Governo Regional “as dificuldades da Verde Golf, S.A. são de natureza conjuntural e não estrutural, razão pela qual, não se justifica, nem se enquadra na estratégia de desenvolvimento da Região, na aquisição pelo Governo de

qualquer participação no capital social da empresa e não estando a sua viabilização dependente desse tipo de intervenção pública”.

6. Segundo o GACS, “O Governo, através da empresa Ilhas de Valor, S.A. vai assegurar a gestão daquelas infra-estruturas, assumindo os proveitos e os custos decorrentes dos seu funcionamento”,... “e o resultado operacional de exploração, na parte suportada pela Região, constituirá um débito do cedente (Verde Golf) à empresa Ilhas de Valor, S.A., a liquidar no prazo máximo de um ano, não resultando, assim, desta intervenção, qualquer encargo económico ou patrimonial para a Região, ficando, totalmente, salvaguardado o retorno do investimento a efectuar”.

Ao abrigo das disposições estatutários e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados requerem ao Governo Regional o seguinte:

1. Cópia do estudo da situação económica – financeira da empresa Verde Golf, S.A..
2. Cópia do estudo de viabilidade económica e financeira da Verde Golf, S.A.. e do plano de recuperação que permita assegurar a viabilidade comercial dos campos de golfe da Batalha e das Furnas.
3. Cópia do contrato de cedência da exploração comercial dos campos de golfe propriedade da Verde Golf, S.A. à empresa Ilhas de Valor, S.A..

Ponta Delgada, 5 de Março de 2010.

Os Deputados, *António Marinho, Jorge Macedo*

REQUERIMENTO

Considerando a importância significativa do sector primário na economia da ilha do Pico, Considerando o extraordinário esforço que os produtores e empresários da ilha têm feito na melhoria da qualidade dos seus produtos, pese embora as sérias e prementes dificuldades do custo dos factores de produção, por um lado, e do custo relativo ao seu escoamento e

encaminhamento para os mercados tradicionais, por outro, bem como na conquista de novos mercados,

Considerando que o custo dos transportes tem um peso preponderante no custo final dos produtos, o que poderá influenciar negativamente a procura e, conseqüentemente o seu consumo,

Atendendo a que a Secretaria Regional da Economia, interpretando, justamente, esta real dificuldade de algumas das nossas ilhas, assumiu, e bem, através da Portaria nº 108/2009 de 31 de Dezembro, apoiar a promoção de produtos açorianos originados ou transformados nos Açores, nomeadamente no seu escoamento, na concepção e execução de rótulos e embalagens, na participação em feiras, exposições e ainda em campanhas e acções promocionais,

Sendo a ilha do Pico uma das ilhas açorianas com grande potencial para a diversificação da produção agrícola, produzindo produtos de elevada qualidade entre os quais o vinho, a carne IGP, o queijo tipo “São João” e o mel “flor de incenso”, entre outros, encontra nestas fileiras de produção uma componente importante no rendimento das famílias picoenses, contribuindo, concomitantemente, para a estabilização do mundo rural,

Atentas as circunstâncias específicas e os elevados custos como são produzidos estes produtos, particularmente pela incorporação de muita mão-de-obra, aliado ao facto de se tratarem de produções limitadas, embora

excedentes, relativamente ao consumo local, necessitando assim de serem exportadas para os mercados tradicionais,

Atentas as dificuldades de escoamento da ilha, mercê de uma ainda deficitária rede de transportes, sobretudo aéreos, e aos elevados custos no seu transporte, em que no caso do Pico são idênticos ao que se passa com as ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo, não se compreendendo assim que no caso do Pico estas ajudas sejam apenas de 50%, enquanto para São Jorge, Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo são de 90%. Por outro lado, não se compreende porque a carne, nomeadamente a IGP, não tem apoio dentro da Região e da Região para o Continente e Madeira, bem como o queijo que também não tem apoio para o Continente e Madeira.

Assim, os deputados regionais abaixo-assinados, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, requerem ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1 – Que critérios objectivos levou o Governo a apoiar a ilha do Pico apenas em 50% no custo de transportes para o escoamento dos seus produtos tradicionais, já que a rede de transportes e os custos inerentes a esta são idênticos aos das ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo, enquanto para estas essa ajuda é de 90%?

2 – Que razões estão na base desses apoios não se aplicarem dentro da Região e desta para o Continente e Madeira, no caso do vinho, bem como do queijo para o Continente e Madeira?

3 – Está ou não o Governo receptivo a alterar estas ajudas quer nas percentagens em relação ao Pico, quer nos mercados de destino atrás assinalados, corrigindo, a nosso ver, uma situação de discriminação negativa da ilha do Pico, nomeadamente do seu tecido produtivo, cooperativo e empresarial, face a um conjunto de ilhas da Região com características idênticas no quadro de dificuldades de uma deficitária rede de transportes e dos custos que lhe estão associados?

Pico, 10 de Março de 2010

Os Deputados, *Cláudio Lopes, Duarte Freitas*

Requerimento

Serviços de Finanças do concelho das velas na eminência de fechar!!!

Governo Regional deve intervir

Os serviços de finanças, no concelho das Velas, desde há muito que funcionam num edifício pertença ao Município das Velas.

O anterior executivo Camarário, para evitar a deslocalização destes serviços fez obras de remodelação e beneficiação no espaço onde funcionam os serviços de finanças, obras essas que ascenderam a mais de 55 000,00€ (cinquenta e cinco mil euros).

Se é verdade que não compete ao Município “albergar” os serviços de finanças neste concelho, não é menos verdade que o mesmo Município deve fazer tudo o que estiver aos

seu alcance para que o concelho, ou seja as populações do concelho das Velas, não percam este serviço.

Considerando que a população do concelho das velas ficou “estupefacta” com as declarações do Sr. Presidente do Município quando refere que o que importa são os serviços da autarquia, descorando os serviços de finanças.

Ora, considerando a falta de sensibilidade e bom senso por parte do Edil Velense sobre esta matéria, que ficará com o ónus se os serviços de finanças abandonarem este concelho.

Considerando que em tempos idos, os serviços de finanças manifestaram a vontade de concentrar os serviços num só local.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, venho requerer a V. Ex^a. que seja solicitada informação ao Governo Regional o seguinte:

- pretendo o Governo Regional actuar junto do Ministério das Finanças para que o concelho das Velas continue a ter estes serviços na sede do concelho?

Velas de São Jorge, 11 de Março de 2010.

O Deputado Regional, *Mark Marques*

Requerimento

Assunto: Sistema de alerta de derrocadas e cheias

As derrocadas e as cheias têm sido, cada vez mais, muito frequentes nos Açores, com consequências dramáticas para a segurança das populações.

Existem sistemas digitais que podem antecipar o alerta sobre cheias, providenciando informações meteorológicas e hidrométricas em tempo real.

Trata-se de uma medida preventiva, que não irá evitar as derrocadas e as cheias, mas que servirá de alerta para a Protecção Civil dos Açores e consequente informação à população, pois consiste num sistema de monitorização integrado, que poderá ser um instrumento útil, quanto às previsões dos índices de pluviosidade.

Sendo os Açores, uma Região vulnerável, importa avançar com a concepção e instalação de um sistema de alerta que, para além de minimizar os eventuais riscos, poderá constituir uma salvaguarda para as populações.

A instalação deste sistema, que urge implementar, foi um compromisso eleitoral da maioria parlamentar, tendo em vista reforçar a acção da Protecção Civil da Região no que diz respeito à vigilância e acompanhamento permanente dos riscos, face ao agravamento da situação meteorológica que se tem registado nos Açores.

Assim, o Deputado subscritor, ao abrigo das normas regimentais e estatutárias, solicita ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos:

1. Pretende o Governo Regional avançar com a concepção e instalação de um sistema de alerta de cheias, que providencie informação meteorológica e hidrométrica em tempo real?
2. Qual o entendimento do Governo Regional quanto à importância de tal sistema para vigilância e acompanhamento permanente dos riscos, em resultado das consequências registadas nos Açores?
3. Para quando está prevista a implementação da instalação do sistema?

Ponta Delgada, 9 de Março de 2010

O Deputado Regional, António Pedro Rebêlo Costa

ASSUNTO: REQUERIMENTO – Doente evacuada da Ilha Graciosa fica mais de uma semana à espera de cirurgia.

Excelência

No passado mês de Fevereiro foi evacuada uma doente com uma fractura numa perna para ser submetida a uma intervenção cirúrgica.

A doente foi evacuada para a Ilha Terceira.

Após chegar ao Hospital de Angra do Heroísmo, numa quinta-feira, a doente foi logo informada de que não seria intervencionada de imediato devido a uma avaria no "intensificador de imagem".

Apesar de se debater com fortes dores, a doente permaneceu à espera de ser submetida a intervenção cirúrgica até à sexta-feira da semana seguinte, altura em que foi novamente evacuada, agora para a ilha de São Miguel, onde viria a ser intervencionada.

A referida intervenção, que se previa não durar mais do que uma hora, acabou por se prolongar por cerca de quatro horas.

A permanência da utente por mais de uma semana no hospital de Angra do Heroísmo, a aguardar cirurgia quando tinha sido evacuada de urgência, não só constitui uma atitude inadmissível como consubstancia um péssimo serviço numa área em que a população da Graciosa já se cansa de ser mal servida.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Deputado signatário solicita ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos:

- 1 – Como avalia o Governo a situação descrita?
- 2 – Pondera o Governo averiguar se outras situações semelhantes têm vindo a suceder, e bem assim, apurar eventuais responsabilidades?
- 3 – Atendendo aos evidentes erros no serviço prestado, que obrigaram a uma sobrecusto para a Região, que procedimentos pretende o Governo adoptar para ressarcir eventuais prejuízos causados?
- 4 – Que medidas pretende o Governo tomar para que a situação descrita não se repita?

Com os melhores cumprimentos.

Santa Cruz da Graciosa, 10 de Março de 2010

O Deputado, João Bruto da Costa

REQUERIMENTO

Concentração da frota da SATA numa única ilha

Como o PSD tem assumido, uma eficaz política de transportes aéreos é decisiva para a real promoção do desenvolvimento dos Açores e deve ser concretizada como um modo de unir os açorianos.

A decisão da SATA, assumida há cerca de um ano atrás, de concentrar apenas numa ilha toda a sua frota inter-ilhas põe em causa um serviço que, por natureza, deve ser público.

Na verdade, tal decisão tem causado grandes transtornos e prejuízos aos açorianos das outras ilhas do arquipélago.

O Grupo Parlamentar do PSD, logo que foi conhecida a situação, tomou uma posição sobre a matéria, através da figura regimental de declaração política, sem que, nessa altura, como noutras ocasiões em que o PSD abordou a questão, o Governo Regional tivesse apresentado os motivos suficientes e adequados para tal decisão.

Ora, o que é certo é que têm sido sucessivos os cancelamentos, decorrentes das condições climatéricas, o que confirma as preocupações que o PSD tem suscitado.

De facto, num espaço de tempo inferior a três semanas, o aeroporto de Ponta Delgada encerrou por quatro vezes. Sendo uma devido a ventos fortes de Norte e as outras três devido a nevoeiro. Em nenhum dos casos as condições de operacionalidade do Aeroporto das Lajes foram afectadas.

Por sinal, num dos dias que o aeroporto de Ponta Delgada encerrou, houve um avião (1º voo do dia) que conseguiu escapar ao mau tempo e colocar-se na Terceira, de onde pode operar, por exemplo, para a Graciosa. No entanto, nenhum outro avião conseguiu sair e a tripulação “queimou” o seu tempo de voo, não podendo, por isso, ser realizadas mais operações, o que não sucederia se houvesse outro avião com base noutra ilha do Grupo Central com as respectivas tripulações.

Na realidade, quando está mau tempo em Ponta Delgada, os outros aeroportos estão, na maioria das vezes, operacionais.

Lamentavelmente, perante a crueza da realidade, a SATA na corrente semana, em comunicado tornado público, vem tentar defender o indefensável faltando à verdade.

Não é verdade o que afirma a SATA, segundo a qual nunca teria havido um avião estacionado na Terceira para assegurar “ligações da manhã” com as outras ilhas do Grupo

Central e que apenas teria deixado de estar estacionado no Grupo Central o avião Dornier que procedia à ligações com o Corvo.

A verdade, como devem conhecer os membros do Governo Regional, é bem outra.

Com efeito, o Dornier, estacionado numa ilha do Grupo Central, assegurou durante largos anos (a maioria da sua vida na SATA) ligações para várias ilhas dos três Grupos do arquipélago.

Aliás, o Dornier chegou a ser, durante vários anos da década de 90 do século passado, o avião que mais operava na SATA, com 4 tripulações atribuídas, voando para todas as ilhas dos Açores.

No final da mesma década de 90, começaram a ser retirados voos ao Dornier (bem como algumas tripulações), que, no entanto, continuou a voar para São Jorge e Graciosa, até meio da década de 2000, e para o Pico, até ao início da mesma. Tudo isto sem referir os sucessivos fretamentos e ainda os voos de carga ou de reposição de voos (originados pelos cancelamentos dos ATP).

Nesse período, o Dornier assegurou ligações da manhã entre Graciosa e São Jorge, de modo a permitir que as populações destas ilhas acessem aos voos de ligação para Lisboa

Ao Governo compete definir a política aérea que entende mais adequada para a Região. Ao Parlamento compete fiscalizar a acção do órgão executivo.

Por isso, o Governo deve explicar à Assembleia, de forma clara, a sua posição sobre esta matéria e quais os concretos fundamentos que motivaram tal decisão.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos:

1- O Governo Regional revê-se nas afirmações da SATA segundo as quais nunca houve um avião estacionado na ilha Terceira para assegurar as ligações com outras ilhas do Grupo Central?

2- Pondera o Governo Regional dar instruções á SATA para rever a decisão de concentrar toda a sua frota inter-ilhas num único ponto do arquipélago?

3- Quantos voos foram cancelados, nos últimos meses, pela SATA nas ligações inter-ilhas, por estar encerrado o aeroporto de Ponta Delgada?

4- Os Deputados subscritores solicitam, ainda, cópia dos estudos ou avaliações técnicas que fundamentaram a decisão de concentrar toda a frota da SATA inter-ilhas numa única ilha.

10 de Março de 2010

Os Deputados, *Jorge Macedo, Carla Bretão, Clélio Meneses, João Costa, Mark Marques, Cláudio Lopes, António Ventura, António Gonçalves*

**Exm.º Sr. Director Regional do Orçamento e Tesouro.
CC/ Vice-Presidência.**

ASSUNTO: Portal Regional para a transparência na contratação pública.

O Decreto Legislativo Regional n.º 26/2009 – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2010 prevê no seu Art. 18.º, a criação de um Portal na internet, de carácter regional, que disponibilize informações sobre todos os contratos e procedimentos celebrados, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos e do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho, com as adaptações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto.

Considerando que a motivação e justificação principal para a inclusão do Artigo em questão se prende com a necessidade premente de rigor e transparência no investimento público, aproximando, dessa forma, o(a) cidadão(ã) do resultado das decisões da Administração Pública Regional, contribuindo para uma maior fiscalização e monitorização dos procedimentos inerentes à celebração de contratos públicos.

Considerando as vantagens da internet, enquanto meio facilitador de disseminação da informação entre a população.

Nos termos estatutários e regimentais e atendendo aos considerandos referidos, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V. Exa., resposta à seguinte questão:

-Para quando se prevê o lançamento do Portal, na internet, conforme o Art. 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2009?

Horta, 12 de Março de 2010

Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, Mário Moniz

Exm^a. Sra. Secretária Regional da Educação e Formação

ASSUNTO: Educação sexual em meio escolar.

A Região Autónoma dos Açores tem vindo a registar a maior taxa de maternidade na adolescência do país, sem que se tenha verificado qualquer evolução positiva, pelo menos, durante os últimos 19 anos.

O Estudo desenvolvido pela Professora Doutora Maria Cristina Sousa Canavarro, a partir da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 21/2007/A tece várias recomendações para debelar, o que é considerado um problema com impactos educacionais, sociais e de saúde significativos para o presente e futuro da Região.

Do relatório final decorrente do Estudo desenvolvido, constam diversas recomendações, entre as quais, o investimento na educação sexual em meio escolar.

Considerando que, na sua generalidade, as recomendações preconizam a adopção de medidas, incluindo projectos de educação sexual em meio escolar, de carácter contínuo, os quais implicam, igualmente, avaliação e monitorização contínuas.

Considerando que segundo Kirby, 2007 (citado por Canavarro, M.C.S., 2009), os projectos em educação sexual, em meio escolar dever-se-ão iniciar desde o 1.º ciclo.

Considerando que os projectos em educação sexual em meio escolar deverão envolver a comunidade, os pais e outros agentes de educação sexual (centros de saúde, Organizações não Governamentais, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações Juvenis, etc.).

Considerando que se devem, segundo os resultados e recomendações do Estudo referido, desenvolver mecanismos que favoreçam a permanência, na escola, das jovens que engravidam.

Considerando que a escola deveria ser a principal fonte de informação sobre sexualidade e a sua vivência.

Considerando que de acordo com um Estudo efectuado pela Associação para o Planeamento da Família, durante 2008 – ‘A educação sexual dos jovens portugueses – conhecimento e fontes’, o qual envolveu, na sua amostra, um número significativo de escolas da Região, e que indica que os adolescentes e jovens açorianos são dos que menos procuram o(a) professor(a), enquanto fonte de informação, quando comparados com adolescentes e jovens de outras regiões do país.

Considerando que segundo o Estudo efectuado pela Associação para o Planeamento da Família, durante 2008 – ‘A educação sexual dos jovens portugueses – conhecimento e fontes’, o grupo de pares é uma fonte privilegiada de informação.

Considerando as declarações da Ex.ma Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, emitidas a 4 de Fevereiro de 2010, afirmando que todas as escolas açorianas têm projectos de educação afectivo sexual em curso.

Nos termos estatutários e regimentais e atendendo aos considerandos referidos, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V. Exa., resposta às seguintes questões:

1. Quantos alunos são, actualmente, abrangidos pelos referidos projectos de ‘educação afectivo sexual’, em curso, em todas as escolas da Região e em que ciclos de ensino?
2. Como é feita a avaliação dos projectos de ‘educação afectivo sexual’?
3. Quais são as escolas que têm, actualmente, gabinetes de atendimento, como, porque quem é feito os atendimentos e se disponibilizam preservativos aos (às) utentes?
4. Como é avaliado o impacto dos projectos de ‘educação afectivo sexual’, assim como dos gabinetes de atendimento?
5. Que mecanismos estão a ser desenvolvidos que favoreçam a permanência, na escola, das jovens que engravidam?
6. Estão previstos projectos abrangentes que incluam formação inter-pares?
7. Os Centros de Formação de Escolas têm ministrado formação em educação sexual para professores?

Horta, 12 de Março de 2010

A Presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, *Zuraida Soares*

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 178/IX – INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS DE VILA DO PORTO

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 178/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Aníbal Pires, do PCP. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1 e 2 - As diminutas necessidades de Pilotagem no Porto de Vila do Porto não justificam a existência de um piloto de barra, em regime de permanência, na Ilha de Santa Maria.

Vejamos que, no ano de 2009, o Porto de Vila do Porto registou um total de 178 movimentos. Desses, 104 movimentos disseram respeito à operação de transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, vulgo “ferry” que, por força de condicionantes relacionadas com o tipo de embarcação utilizada, implicaram a presença de um piloto a bordo embarcado na origem.

Apenas os restantes 74 movimentos, representando seis movimentos (entrada e saída) por mês, ou seja, três operações de pilotagem mensais, careceram da presença de um piloto no Porto de Vila do Porto.

Acresce que, durante o ano de 2009, mantendo a prática corrente (já com oito anos) fez-se deslocar um piloto do Porto de Ponta Delgada por via aérea e não houve qualquer cancelamento de operações de atracagem ou largada de navios.

Assim, os níveis de eficiência e de qualidade de serviço demonstrados pela operação, nos moldes actuais, sempre se coadunaram com os níveis de referência da sua operação global (São Miguel e Santa Maria.

3 - O Governo dos Açores, através das administrações portuárias sob a sua tutela, tem desenvolvido, nos últimos anos, um esforço concertado de melhoria das acessibilidades marítimas da Ilha de Santa Maria, nomeadamente das respectivas condições de operacionalidade, através de elevados investimentos nas infra-estruturas portuárias, dos

quais são bons exemplos a construção do cais e gare de ferries de Vila do Porto, a construção da marina de Vila do Porto e, presentemente, o reordenamento do cais de ferries para a operação Ro-Ro.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO N° 182/IX – LISTAGEM DE EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DAS LINHAS DE CRÉDITO E PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n° 182/IX, subscrito pela Senhora Deputada Zuraida Soares, do Bloco de Esquerda. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

- Conforme solicitado, junto se remete a listagem respectiva, tendo por base as candidaturas formalizadas pelas empresas beneficiárias - aprovadas, contratadas ou em fase de contratação.

Mais se informa que relativamente à Linha de Crédito Açores Empresas e Programa de Apoio à Manutenção de Postos de Trabalho ainda decorre o prazo de candidaturas.

LINHA DE CRÉDITO AÇORES INVESTE

292 Comércio Automóvel, Lda

296 Comércio Automóvel, SA

296 Rent A Car Aluguer Automóviles Lda

3 Sentidos - Restauração Catering, Lda

A C Cymbron, SA

A e B Farmacêutica, Lda

A Eleutério- I Ser Soc, Unipessoal, Lda
A Garrafeira Mariense Lda
A H Borges, Lda
A R Instituto de Beleza, Lda
A. M. Furtado, Lda
A. Moniz - Produtos, Máquinas e Equipamentos, Lda
Abilio Rocha Equip. Indust., Lda
Abilio Rocha Pneus e Baterias, Lda
Abranco Electrónica - Electrónica e Informatica, Unipessoal,Lda
Accional - Acções, Promoções e Representações, Lda
Açoral - Empresa de Produtos Alimentares, Lda
Açoraudio - Produção de Audio e Iluminação, Lda
Açorávila Investimentos Imobiliários Lda
Açorcalçadas Sociedade Unipessoal Lda
Açorclínica - Reabilitação Física, Lda
Açordados Inf Elect Unip Lda
Açores - Serviço, LDA
Açores Madeira, Lda
Acorgas - Oficina Montag Mat Queima, Lda
Açorgráfica - Artes Gráficas, Lda
Açorilhas, Lda
ACORSOL - Aparthoteis e Turismo, Lda
Açortectos Indústria de Madeira dos Açores
Açortop - Topografia Lda
AçorTravel - Agência de Viagens e Turismo Lda
Africauto Com Rep Automóveis, Lda
Agrimar Equip Agrícolas Maritimos, Lda
Agro Ferragens Clementino Soc. Unip, Lda
Agro Maçanita Prod Agric Pecuária, Lda
Agrodel - Produtos para a Agricultura e Pecuária, Lda

AGROGANÇA

Agrovargas, Comércio de Veículos e Máquinas Agrícolas, Unipessoal, Lda

Aguiar & Sousa, Lda

Ala Bote Restauração & Serviços Lda

Albano Vieira, SA

Albino Adriano Bettencourt Horta

Albino Coutinho & Filhos, Lda

Aldina Matos & Filhos, Lda

ALKIMIA Gabinete Estética Soc Unipessoal, Lda

Almapar - Minimercados, Lda

Almerio e Cordeiro Ca Lda

Alumipico - Caixilharias de Alumínio, Lda

Álvares Tavares Silva & Filhos, Lda

Alvaro Bettencourt Amarante

Alvaro Natalino de Jesus Silva

Alves & Sequeira, Lda

Alziro Soares

Amaral & Filhos - Distribuição, S.A.

Amaral Filhos Companhia Lda

Amca - Contabilidade e Auditoria, Lda

Amorim & Machado Lda

Ana e Almeida Lda

Ana Paula Cordeiro Sousa

Ananias Contente & Filhos, Lda

Anazor - Comércio Alimentar Açoreana, Lda

ANC Motos Unipessoal Lda

Andrade & Gonçalves, Lda

Andrade e Irmão SA

Andrauto - Comercialização de Automóveis Lda

Anfibios - Atelier de Soluções Informáticas, Lda

Angelo Amaral Lda
ANGOTUR - Empreendimentos Turísticos, Lda
Angra 2000 - Viagens e Turismo, Lda
Angra Flor Horto-Fruti-Floricultura, Lda
Angra Modas Comercialização de Roupas, Lda
Antero Borges Costa, ENI
Antonina Maria da Silveira Santos Costa do Canto Brum
Antonio Carlos Braga Graça
António Carlos Santana dos Santos Oliveira
António Guilherme Francisco C^a Lda
António Jorge Monteiro, Soc Unip, Lda
António José Ponte
António Manuel de Morais Alves
António Manuel Paiva Melo, Sociada Unipessoal, Lda
António Mineiro e Andrade, Lda
António Pimentel da Costa - Construção Civil, Lda
António Silva Martins Costa
António Sousa Monteiro, Unipessoal, Lda
António Teles Herdeiros, Lda
Aper 2000 - Sociedade de Panificação e Aperitivos Lda
Aquafluxo Eng. Hidraulica Automação, Lda
Arlindo Paulo de Freitas Teles
Arlindo Teles e Associados, Lda
Armando Borges Ramalho & Ca Lda
ARMO - Sociedade Hoteleira, Lda
Arquipeças C Automóveis Peças, Lda
Arquipex, Comércio Internacional de Pescado Lda
Artur Borges da Câmara & CIA, Lda
Assistência Aeronaves & Catering, Lda
Atanticomarmores - Comercialização de Mármore, Lda

Atlantiferragens - Comércio de Materiais de Construção Civil Lda
Atlantigas - Técnicos de Gás, Lda
Atlantigrafe Análise e Desenvolvimento de Sistemas Lda
Atlantilog - Comércio e logística, Lda
Atlas Optical Centre Comércio Óptico Unipessoal, Lda
AUROPAL Caixilharia em Alumínio, Lda
Auto Avenida Mónaco Comércio Veículos Motorizados Lda
Autoatlantis- Automóveis de Aluguer sem condutor Lda
Autocanal - Comércio de Automóveis e Equipamentos Industriais, Lda
AUTO-ILHÉU - Comercialização de Automóveis, Lda
Ávila Fraga & Filhos, Lda
Avistoste Lda
Avlis, Lda
Azevedo & Azevedo Lda
Azores Sub Mergulhadores Profissionais, Lda
Azoresmade - A Artes Dec Formação, Lda
Bar Brasileiro, Lda
Batiaçores - Projectos de Arquitectura e Engenharia Lda
Belchior Eloy Borges Ribeiro e Filho, Lda
Bertão, Medeiros e Ferreira, Lda
Bispo Electrodomésticos e Materiais Eléctricos, Lda
Boca Doce - Comércio de Géneros Alimentares, Lda
Borges e Silva Lda
Branco & Carreiro, Lda
Branfer Serralharia Artística e Industrial, Lda
C. Pinheiro - Alumínios, Sociedade Unipessoal Lda
CABESERVE - Comércio e Serviços, Lda
Caetano & Medeiros - Sociedade de Construção e Imobiliária, Lda
Calhambeque - R e Man Veiculos Auto, Lda
Canha & Filhos - Materiais de Construção, Lda

CARANGRA - C Reparação Automóvel, Lda
Carlos Alberto Gonçalves & Filho, Lda
Carlos Alberto Parreira Vitória
Carlos Costa Cabral, Lda
Carlos Goulart - Auto Rep, Unip, Lda
Carlos Manuel Dias Vieira
Carlos Manuel Pereira de Medeiros
Carlos Manuel Pinho Soares
Carlos Manuel Vargas Vieira
Carlos Miguel Melo Martins
Carlos Sebastião - Urologista, Lda
Carlos Tavares Silva
Carlos Teotónio Toste Gomes
Carlos Viveiros Aluguer de Camionagem SU, Lda
Carnes do Monte - Com. Ind. Prod. Alimentares Lda
Casa Agrícola de A. Ramalho, Lda
Casa Araujo Araujo & Mendes, Lda
Casas de Campo Abegoaria, Lda
Castelo e Borges, Lda
Castro e Castro Lda
Central Sub-Sociedade Unipessoal, Lda
Centro Comercial Candelária F J S e Filhos Com Gen Ali Mat Const Lda
CentroÓptico - Óptica e Acústica - Damião & Pavão, Lda
Cervejaria O Calço - Sociedade Unipessoal, Lda
CHIADA & FILH - Transport Mercadorias, Lda
Ciberaçores Tecnologias de Informação, Lda
Ciclo Agro-Pecuário de S. Jorge, Lda
CINGEL Açores - Informação e Gestão, Lda
CIPRAÇOR Lda
CIPROTUR Invest Turísticos, Lda

CIVILAÇORES - Edificações Urbanas, Lda
CLASSICA - P Publicidade Mark Formação, Lda
Climalectra - Instalações Técnicas Integradas, Lda
Clinica Medica da Praia da Vitória Unipessoal, Lda
COISA FINA - Mercado do Peixe, Lda
Companhia dos Açores-Comércio Produtos Alimentares Lda
Conforaçores, Unipessoal, Lda
Congelaçores - Comércio de Produtos Alimentares, Lda
Construções António Carrojola Jesus, Lda
Construções Arruda & Pinheiro
Construções BELPRA, Lda
Construções Couto & Couto, Lda
Construções Iolanda Furtado, Sociedade Unipessoal, Lda
Construções Meneses & Mcfadden, Lda
Construções Paulo Jorge, Lda
Construções Pestana & Vicente, Lda
Construções Pico Celeiro, Construção Civil, Unipessoal, Lda
Construtora Ideal da Terceira II
Construtora Ideal da Terceira, SA
Contabiangra, Contabilidade e Serviços, Lda
Contaçoreana - Contabilidade e Gestão de Empresas, Lda
CONTIL - Representações Cont Ilhas, Lda
Cooperativa Ocidental CRL
Cooperativa União Agrícola Florentina, CRL
Copipélago - Equipamentos de Escritório, Lda
COPRAVE - Sociedade Avícola Lda
Costa & Franco, Lda
Costa e Martins, Lda
Costa Pereira e Filhos, Lda
Costa Poim, Lda

Cotaçor - Construções Santos dos Açores, SA
Cunha & Jesus- Comércio de Confecções Texteis Lda
Curral Atlantis - Soc. Vitivinícola, Lda
Cybermap - Internet e Sistemas de Informação Lda
Damião de Medeiros, Lda
Daniel Raposo Sousa, Lda
De Sousa Martins, Lda
Decio Borges Medeiros
Delfim Vargas, Lda
Dias & Oliveira, Lda
Dina Maria Soares Garcia Pimentel
Dinarte Damaso e Filhos, Lda
Dioniso Carreiro Almeida, Lda
Disrego, Lda
DISROSA - Empresa Distribuição Prod. Alimentares, Lda
Distrirota - Distribuição Alimentar
Dora Maria Neto Machado Sousa
Dourado & Moura Animação Turística, Lda
Duarte António Batista da Silva
Duarte Macieira
Duarte Manuel Ormonde Duarte
ECAPAL, Lda
Eduardo Faria & Filho, Lda
Eduardo Manuel Silva Pereira Duarte
Eduardo Manuel Silva Rebelo
Eduardo Medeiros, Lda
Eduino António Brum Garcia
EGA - Empresa Gráfica Açoreana, Lda
Egídio Moisés Santos Leonardo
Electraçor - Engenharia de Sistemas Tecnologias e Informação SA

Electraçor Soc Mat Elect, SA
ElectroMoisés, Electrodomésticos Lda
Electroxi - Comércio de Acessórios e Material de Soldadura, Lda
Élio Maria Quitério da Rocha
Elmano Alves Lda
Elvina Rodrigues Matos
Emater- Empresa Abastecedora de Mercearias Terceirense, SA
Emblematicamente Comercio Vest Unipessoal, Lda
Empreendimentos Turísticos Colégio, Lda
Eng. António Vieira, Lda
Eng. Tavares Vieira, Lda
Eniciale - Comércio e Distribuição Produtos Alimentares Lda
Equiambi - E Serv Gestão Ambiental, Lda
EQUIPRAIA - Comércio Equipamentos Representações Praia da Vitória,
Lda
Escrever e Editar Edição de Publicações, Lda
Escritório Digital, Lda
Espaço Quinta - Sociedade de Restauração e Eventos, Lda
Espaço X - Soluções Publicitárias Design e Aluguer de Filmes, Lda
Espaços Ideia de Paula Cristina Dias de Meneses Unipessoal, Lda
Estraga Ferro - Serralharia Unipessoal, Lda
ESTUDOCONTAS,Lda
Euclides de Sousa Quadros, Herdeiros
Eunice Melo - Distribuição Alimentar, Lda
Euroconduta - Ar Condicionado e Ventilação, Lda
Euroçor - Rent a Car, Lda
Eurometas, SAS, Lda
F J Correia, Lda
Fábrica de Tabaco Micaelense
Factor 9 - Contabilidade e Fiscalidade, Lda

Faialtrafego - Transitários e Agentes de Navegação, Lda
Fameg - Montagens Eléctricas Gerais, S.A
Farmácia Fernandes - Dra. Carla Cristina Silva Ferreira
Farmácia Mântua - Dr. Ricardo Nuno Ferreira Mota
Farmácia Nossa Senhora dos Anjos
Faseter, Lda
Fátima Silveira, Unipessoal, Lda
FAV - Comércio Agrícola, Lda
FAZTOMAR - Equipamentos Náuticos, Lda
Felisberto Mendes Gomes
Ferlav - Serviços de Lavandaria, Lda
Fernando Arruda Medeiros
Fernando Manuel Pereira de Sousa
Fernando Medeiros Lima
Fernando Monteiro - Arquitectos, Lda
Fernando Silva Pereira Fagundes
Ferreira & Soares, Lda
Filipe & Filipe, Lda
Filomena T P Cunha, Sociedade Unipessoal, Lda
Fisiomedic - Equipamento para Fisioterapia e Medicamentos, Lda
Fontes Silva Construções, Lda
Formar & Aconselhar, Lda
Foto e Vídeo Franco e Arruda
Francisco Cruz Xavier Gomes
Francisco Cunha Mendonça
Francisco de Borja Vasconcelos Oliveira Reis
Francisco Manuel da Costa
Francisco Manuel Silva Rodrigues
Franklin Maximino, Lda
Freitas Braga & Braga, Lda

Fripraia - Sociedade Frigorifica Praia Vitória, Lda
Fundo de Maneio - Consultoria, Recursos Humanos e Investimentos, Lda
Furnas & Ca Lda
G.C.A. - Gabinete de Contabilidade dos Açores, Lda
Galeria Arco 8 - Albergaria & Toste, Lda
GAPORTA - Automatismos, Unipessoal, Lda
Gaspar Manuel Santos Cordeiro
Gecite - Açor, Consultores de Engenharia, Lda
Gelmariense - Comércio Alimentar, Sociedade Unipessoal, Lda
Gelpico
Gelvalados, Produtos Alimentares, Lda
Gente de Palmo e Meio - Creche e Jardim de Infância
Geotrota Consult Geociencias Unip, Lda
Germano Matos Santos & Ponte, Lda
GICA - Gabinete de Imagiologia Computotizada Lda
Gil de Sousa, & Filhos, Lda
Gil do Couto Lda
Gracipescas - Actividades Marítimas, Lda
GRACITRANS SOC CAM MAQ Aluguer Lda
Gráfica Açoreana, Lda
Graniangra, Lda
Gromov, Sociedade Unipessoal, Lda
GTSL - Gestão Turismo Serviços Lazer, SA
Guida Costa - Sociedade Unipessoal, Lda
Guilherme Ávila Rosa
Guilherme Caetano & Filhos, Lda
Guilherme Franco Mendonça e Filho Lda
Helder Manuel Aguiar da Ponte
Henrique Moniz - Distribuição Alimentar, SU, Lda
Henrique Tavares & Filhos, Lda

Higiaçores - Comércio e Serviços, Lda
Horácio Teixeira de Medeiros Franco
Humberto & Maria Judite Goulart, Lda
Humberto J. M. Alves, Lda
Humberto Medeiros & Filhos, Lda
IARH Imob. A. R. Hotelaria, Lda
ICLA - Instalação Comércio Louças e Aquecimento Central, Lda
ICV - Isaías Cabral Viveiros - Soc Unip Lda
IECC- Instalações Especiais para Construção Civil, Lda
IEI - Instalações Eléctricas Industriais, Lda
Ilha Azul, Lda
Ilha Brava de Lino Barros Escola Cond Com Automóveis UNIP, Lda
Ilhaço Resíduos Sólidos e Líquidos, Lda
Ilhaçores Actividades Transitárias Lda
Índio e Companhia - Sociedade de Restauração, Lda
Indústria de Panificação Humberto Goulart, Lda
Instituto de Beleza e Cabeleireiros Guida, Lda
Integral - Estudos de Engenharia, Lda
Investaçor Hoteis, SA
Invesystem Lda
Iteçor - Instalações de Telecomunicações e Electricidade dos Açores, Lda
J Costa & Filhos Lda
J L Machado - Distribuição de Produtos Alimentares, Lda
J&P - Sociedade Açoreana de Exploração de Cafés Lda
J. Aurora Torneiro Mecânico, Lda
J. Dinis Neves, Lda
J.M. Cunha - Comércio de Automóveis, Lda
Jaime da Ponte
JCTEK - Informática., Prestação, Equipamentos Consumo, Unip., Lda
JMTA - Gab. Contb. Consult. Gestão, Soc. Lda

João Alberto Machado Pereira
João Alexandre Unipessoal Lda
João Borges Unipessoal, Lda
João Daniel Rocha Soares
João de Oliveira Carreiro Lda
João Freitas Cardoso, ENI
João L B Azevedo Unip Lda
João Manuel Costa Vicente
João Manuel da Costa & Filhos - Soc. Desenvolv. Turístico, Lda
João Medeiros - unipessoal, Lda
João Moniz Caetano Martins
João Paulinho, Lda
João Paulo Morais Simas
João Paulo Oliveira Medeiros
João Pereira & Filhos, Lda
Joaquim Pacheco Leitão, Lda
Jorge & Filomena, Lda
Jorge Alexandre Espínola Costa
Jorge Costa - Arquitecto, Sociedade Unipessoal, Lda
Jorge Manuel Ferreira Medeiros Ponte
Jorge Manuel Silva Marques
Jose Alberto Silva
José Aniceto Lima Rainha
José António Brum da Silva
José Artur Cruz Leal, Lda
José Ascensão Cabral Branco
Jose Carlos Bergantim da Silva, Lda
José Carlos Brum Silva, Lda
Jose Carlos Cabral - Comercio de Portas e Automatismos, Lda
José Carlos Costa Almeida & Filhos, Lda

José Carlos Silva Oliveira
Jose Castro Parreira Arquitectos, Lda
José do Couto Lda
José dos Santos & Soares, Lda
José Eduardo A Hilário Sociedade Unipessoal Lda
Jose Eduardo Gonçalves
Jose Gil Ferreira Jardim
José Gonçalves Cerqueira (NAVEL-AÇORES, LDA) Cont. Metálicas
José H G Azevedo, Unipessoal, Lda
Jose M Pacheco Bastos, Lda
José Manuel Cordeiro Sousa
José Manuel de Medeiros Cordeiro
Jose Manuel Lima Amaral
José Maria Cabral
José Maria Meneses Martins Nunes
José Maria Tavares Dias, ENI
José Meneses Mendonça & C. ^a, Lda
José Miguel Serpa, Lda
José Ricardo Soares & Irmão, Lda
José Rodrigues Medeiros
José Tavares Rodrigues Arruda
José Tomás Cunha & Filhos, Lda
Jose Urbano & Beatriz, Lda
JSF - João Serafim Freitas
Julipico - Com Equip Serv Limp, Lda
Landa Comércio Representações Brinquedos Papelaria Lda
LAPR - Material Dentário e Hospitalar, Lda
Largo das Cores - Tintas e Acabamentos Unipessoal, Lda
Laser 2001 - Centro de Cópias, Lda
Laurent Marcel do Couto

Laurent Marcel do Couto, Sociedade Unipessoal, Lda
Lavandaria Artesia, Lda
Leonardos - Distribuição Alimentar. Lda
Leonel Azevedo Mendonça
Leonor da Conceição Costa Lopes Medeiros
Liderpress - Comércio e Distribuição de Jornais e Revistas, Lda
Lilásvidros, Lda
LILAZCAR - Chapa Mecânica, Lda
Lima e Quental Lda
Livia Maria Lourenço Leal Lima
Loureiro Almeida & Filhos, Lda
LPM - Comércio de Automóveis, Lda
Lubriseca, Lda
Lúcia Filomena Cunha Bettencourt
Luís Alberto Oliveira Silva
Luís Batalha - Medicina Dentária, Lda
Luís Fernando Reis Mendonça
Luís Guilherme Toledo Veríssimo
Luís M Pimentel Mendes Auto, Unip, Lda
Luís Manuel Baeta Bernardo
Luís Manuel Silveira Serpa
Luís Miguel Nunes Romão
Luís Rodrigues Sociedade Unipessoal Lda
Luísa Terra Empreendimentos Turísticos, Lda
Luízes Representações Lda
Lurdes Narciso - Comércio de Produtos Alimentares - Imp. e Exp. Lda
M Cabral e Filhas Lda
M J Ferreira Sota, Lda
M.F.C. Dias, Lda
Maga Contabilidade Proc Dados, Lda

Maintecnics, Sociedade Unipessoal, Lda
Manaida - artigos desportivos, Lda
Manuel Alexandre Sousa Leal
Manuel Ávila Garcia
Manuel Azevedo Câmara
Manuel Cabral & L C C C Têxteis, Lda
Manuel Dutra Faria & C^a, Lda
Manuel Fernandes Oliveira
Manuel Fernando Andrade
Manuel Gabriel Brum Martins
Manuel Inácio Correa SUCRS
Manuel Norberto Melo Jorge
Manuel Osvaldo Espinola Ramos
Manuel Pimentel Freitas
Manuel Rodrigues Silva, Lda
Manuel Rosa Lemos
Manuel Silva Rodrigues
Manufatura Auto Construtora Central, Lda
Marco Caires - Sociedade Unipessoal, Lda
Marcolino da Costa Camilo e Filhos Lda
Margarida Quental Medeiros, Soc. Unip, Lda
Margurte - Comércio de Produtos Alimentares, Lda
Maria Andrade & Raul Silva, Lda
Maria Arménia Couto Melo
Maria Cremilda Oliveira da Silveira Tavares de Melo
Maria da Conceição Correia de Medeiros
Maria da Conceição de Sousa Silva Lopes
Maria do Carmo Alves Pronto-a-Vestir, Lda
Maria do Carmo, Sociedade Unipessoal, Lda
Maria Fátima Garcia Azevedo Goulart

Maria Fatima Silva Cota Matos
Maria Guiomar Neves Machado
Maria Ivone Serpa Sousa
Maria Jacinta Goulart Lemos Menezes
Maria João Costa Coelho Martins
Maria José Pereira Luz Bulhões
Maria Manuela Bettencourt Jorge
Maria Olivia Peixoto Leite
Maria Teresa Paiva Forjaz Sampaio, Lda
Mário & Paulo Silva José Maria Silva Lda
Mário Jorge Melo Cabral, Unipessoal Lda
Mario Luís Pires Machado
Marques & Silva, Lda
Marsuga - Empreendimentos Turísticos Lda
Martinho Grilo Coelho & CA Lda
Martins & Silva, Lda
MARTIPEREIRA - Marcenaria Carpintaria, Lda
Maurício Nunes Unipessoal Lda
Max Brix Elisabeth Soc. Unip., Lda
Medeiros & Consultadoria Gestão, Lda
Medeiros & Correia, Lda
Mega Loja Borja Reis - Com. Mobiliário Unipessoal, Lda
Megaescape Reparações Auto
Melo & Koseira Construções, Lda
Melo & Melo, Lda
Meta Desporto - Artigos Confecções, Lda
Metalúrgica Terceirense, Lda
MH Alarmes, Lda
Micro Horta Comércio, Informática, Lda
Moda Faria & Sales, Lda

Moda Sonha - Comércio Indústria Têxtil, Lda
Moniz & Correia, Higiene e Limpeza, Lda
Monte Carneiro Construções, Lda
Narciso Martins Lda
Nascimento Neves e Filho, Lda
Naturactiva - Turismo e Lazer, Lda
Nautigraciosa - Actividades Turísticas, Lda
Neca - Nova Empresa de Contabilidade e Administração, Lda
Nelson Armando Brasil
Nelson Correia, Lda
Neuropratica - Clínica Médica, Lda
Next Energy, Lda
Noémia Toste Borges Ormonde
Nova Construtora S. Jorgense, Lda
Nova Grafica de Amaral Rodrigues Resendes & Medeiros, Lda
O Corisco Restaurante, Lda
Oceanus - Clínica de Medicina Dentária, Lda
Oceanus - Comércio de Água, Lda
Organizações Filnor Comercio de Produtos Alimentares, Lda
Organizações Heltina, Lda
Organizações José Araujo, Herdeiros
Organizações Melo, Lda
Oscar Manuel Medina Silva. Soc Unip, Lda
Pacheco & Irmãos Lda
Padaria dos Foros, Lda
Padaria Popular de José Armando da Silva Luís, Lda
Panazorica - Agência de Viagens Lda
Panivila - Panificação da Vila, Lda
Paulina da Estrela & Filhas, Lda
Paulo Henrique Ávila Bettencourt

Paulo José Alves Cabral
Paulo Manuel Cortez Cordeiro C^a Lda
Paulo Manuel Silva Azevedo
Pedro Mora P - Arq. Unipessoal, Lda
Pereira e Goulart, Lda
Pesoti - Gestão de Restaurantes, Lda
Pico Moto, Comércio de Motociclos, Lda
Plasti Sacos Comércio de Plásticos e Papel Lda
Pneumelo, Lda
Pneus Ilhéu Lda
Popeye- Restauração e Imobiliária, Lda
Projectangra, Lda
Prosub - Mergulhadores Profissionais, Lda
Provipor - Produção para animais, Lda
Puravitamina, Comércio de vestuário, Lda
QUESTÃO DE IMAGEM - Publicidade e Marketing, Lda
Quinta do Galo - Turismo em Espaço Rural, Lda
Quinta dos Figos
Quinta Maia Posto Abastecimento Combustíveis, Unip, Lda
R Barbeito Unipessoal, Lda
R Costa & Irmão Lda
R.A.S.A. - Electrodomésticos, Soc. Unipessoal, Lda
Rafael Silva - Sociedade Unipessoal, Lda
Raposo & Botelho Restauração, Lda
Raul Paim & Filhos II, Lda
Raul Paim & Filhos, SA
Rebelo & Moreira, Lda
Reciclaçor - Reciclagem de Consumíveis Informáticos, Lda
Reis Pacheco Moura, Lda
Reis Vieira & Rodrigues Lda

Remaor - Soc. de Representações, Lda
Renato Resendes, Lda
RESIAORES - Gestão de Resíduos dos Açores, Lda
Rhesus Lab Análises Clin Soc Unipessoal Lda
Roberto Oliveira, Estudos de Planeamento e Arquitectura, Lda
Rodangra - Pneus Componentes Auto, Lda
Rodrigues & Silva, Lda
Rogério Manuel Azevedo Bettencourt
Rogério Paulo Pereira - Soc. Unip., Lda
Roque Ortins Ataíde
Rosa & Manuel Rita, Lda
Rosa & Matos, Lda
Rosa Maria Vargas Noia
Rosa Nunes e Filhos Lda
Roslio Reis. Lda
RUFIMAR, Lda
Rui Alberto Silva Pereira Unip, Lda
Rui Ventura & Irmão, Lda
Salsicharia Mariense Lda
Salsicharia Pavão, Lda
SALSIOR - Salsicharia dos Açores, Lda
Salvaria - Remodelação, Reabilitação e Construção de Edifícios Lda
Sampaio e Roias Lda
Santos & Cordeiro, Lda
Sérgio e Nuno - Camionagem de Carga, Lda
Serinima - Serigrafia e Publicidade, Lda
Serralharia do Outeiro, Lda
Serralharia Lagoense
Serviam, Lda
Servicater - Serviços de Catering e Restauração Colectiva, Lda

Serviços Tec Electric Moniz & Moniz, Lda
Sicosta - Sociedade Industrial de Carnes Lda
Silva & Botelho, Lda
Silveira & Silveira, Lda
Simas & Santos
Simasor Com Rep Lda
Soares & Feliciano, Soc. Unipessoal, Lda
Soares & Sousa, Lda
Soares e Azevedo Lda
Soc. Comerc Ferragens Boqueirão, Lda
Soc. Restauração Baleia Ocidental, Lda
Sociedade Açoreana de Óptica e Ouriversaria, Lda
Sociedade Açoreana de Representações
Sociedade Construções Lucino Lima, Lda
Sociedade Transportadora do Norte, Lda
Sofia Mota - Sociedade Unipessoal, Lda
Solvidros Lda
Somar - Sociedade Terceirense de Materiais de Construção, Lda
Sons e Objectos SU, Lda
SOTERLAC, Lda
SOTRAN, Sociedade Transportadora Angrense, Lda
Sousa & Ferreira, Lda
Sousa & Garcês. Lda
Stand Aeroporto Comercio de Automóveis, Unipessoal, Lda
Stelaçor Sociedade Técnica Electromecânica dos Açores, SA
Stoplevadas - Com Repres Serviços, Lda
Supermercados Manteiga, SA
T Santos Dobreira, Lda
Talho da Guarita, Lda
Talho Dois Amigos, Lda

Talho Vitória - Comércio Indústria de Produtos Alimentares, Lda
TECNICOUTO, Lda
Teixeira Ribeiro & Gil, Lda
Teometrica - Construção Civil e Topografia, Lda
Teraulto - Sociedade Terceirense de Automóveis, Lda
Tércio Jorge Goulart Costa
TERÇOR - Representações Lda
Teresa Patrício - Clínica Médica Dentária, Lda
Termofaial Instalação e Projectos Termicos do Faial, Lda
Texto & Imagem Editores - Desig e Composição Gráfica
TLI - Telecomunicações das Ilhas, Lda
Toste & Mendes, Lda
Toste Rego,lda
Totalima - Serviço Auto, Lda
Tourito - Explorações Hoteleiras, Lda
Transaje Lda
Transvelas - Navegação e Transitos Lda
Trilhos da Natureza - Empresa de Animação Turística dos Açores, Lda
Trionalis - Contabilidade, Gestão e Planeamento, lda
TRM - Andrade e Esposa, Lda
Tropical Rent-a-Car, Lda
TSE Lda
Turangra - Viagens e Turismo. Lda
Unicol, União Cooperativa Lac. Terceirense, UCRL
Unicouto Com Mad Carp Móveis, Lda
Unipélago - Representações Lda
Universal A Açores C. Automóveis Lda
Universo da Festa, Artigos de Festas, Lda
Valdemar Matins Meneses
Valor Positivo CONT CONS Gestão, Lda

Valquirio Manuel Correia Mendonça
Valter Belchior Cortez Cordeiro
VELASCARGA - Transitários S. Jorge, Lda
Venâncio Costa Lda
VIATURPICO - Aluguer de Automóveis, Lda
Victor Manuel Oliveira Lima
Victor Manuel Patrício Corrêa Mendes
Victor Oldemiro Silva
Videopraia - Fotografia, Video e Som, Lda
Vieira & Couto, Lda
Vila 707 I Serviços, Unip, Lda
Vila Jardim Const Rep Edifícios, Lda
Virginio Luna, Lda
Visões d'Água - Comércio de Piscinas, Sociedade Unipessoal, Lda
Vitor Francisco Maltez de Sousa
Vitor José Valadas Jordão
Vitória Tráfego, Lda
Vivelinda Maria Silva Ormonde
Vladimiro Azevedo Fernandes, ENI
Walter M B Medeiros SA
Walter Oliveira da Ponte
WOP - Produtos Farmacêuticos, Lda
WOPHORTA - Especialidades Farmacêuticas, Lda
Wuchang Wu
Zeca Construção & Decoração, Lda

**LINHA DE APOIO À REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDA BANCÁRIA DAS
EMPRESAS DOS AÇORES**

295 - Comércio Automóvel Lda
296 - Comércio Automóvel SA
3 Sentidos - Restauração Catering Lda
A Câmara - Com Produtos Agrícolas Lda
A Eleutério - I Serviços SU Lda
A. Machado - Soc Mediação Imobiliária Lda
A.C Cymbron SA
A.M.Furtado SA
Abel Câmara Carreiro Lda
Abilio Raposo Moniz Onofre
Açoranimal - Comércio R Animais Lda
Açorbuild - Indústria e Engenharia Lda
Açores Serviços Lda
Açorpar SGPS SA
Açortop - Topografia Lda
Açorvias - Sociedade de Empreitadas Lda
Adalberto Helio Sousa Martins
Adelino Miguel Azera de Sousa
AEI - Açores Empreendimentos Imobiliários SA
Aerhorta - Agencia Viagens Turismo Lda
Africauto - Comércio e Reparação de Automóveis
Lda
Ages - Eventos e Serviços Lda
Agostinho Coelho & Filhos Lda
Agostinho Leite Campos Lda
Agribela - Soc Agricultura Floricultura Lda
Agritractores Lda
Agro Maçanita - Prod Agric Pecuária Lda
Agrocapelense – Cooperativa Agrícola

Albano Vieira SA
Aldeia da Fonte - Soc Invest.Turisticos Lda
Aldeiasilhas - Promoção Imobiliária SA
Almeida & Azevedo SA
Almerio & Cordeiro Lda
Altoview Resorts SA
Alumipico - Caixilharia Alumínio Lda
Alumiporta - Caixilharia Alumínio Lda
Alvaro Bettencourt Amarante
Alves & Sequeira Lda
AM Holding SGPS SA
Amorim & Machado Lda
Andrade & Irmão SA
Andrauto - Comercialização de Aut.Lda
Ângelo Amaral Lda
Angra Modas - Comercialização de Roupas Lda
Angraohm - Serviços de Electricid.Lda
Animação Turística Quinta da Abelheira Lda
António Augusto Silva Enes
António Correia Vieira
Antonio Jorge Monteiro Su Lda
Antonio Medeiros Pap Liv SU Lda
Armo - Soc Hoteleira Lda
Arquiangra Lda
Asta Atlântida - Sociedade de Turismo e Animação
SA
Atlantigás - Técnicos Gás Lda
Atlantitrans Lda
Atlantizortur - Invest Turisticos Lda
Auto Ilhéu - Comer.Automoveis Lda

Auto WM - Serviços Auto Lda
Avelino Moules Rocha
Ávila Fraga & Filhas Lda
Azoresmade - A Artes Dec Formação Lda
Azoriani - Animação e Turismo SU Lda
Baía Fitness Club Lda
Beiraçores - Produtos Alimentares Lda
Berbereia & Lourenço Lda
Bertão Medeiros & Ferreira Lda
Blocovila - Ventura Veloso & Filhos Lda
Boas Interações - Bem estar Fisico Lda
Bonina - Actividades Hoteleiras Lda
Boutique Pão Quente Lda
Branfer - Serralharia Artísticas e Industriais Lda
Bureau Turismo de Serafim Sousa
Camilo Simões Costa
Canha & Correia - C Venda Prop Lda
Carangra - C Reparações Autom Lda
Carlos Costa Cabral Lda
Carlos Miguel Melo Martins
Carlos Teotonio Toste Gomes
Carlos Viveiros - Aluguer Camionagem SU Lda
Carnes MCI Produto Alimentar Lda
Casa Cristal de Tavares & Ricardo Lda
Castanheira & Soares Lda
Castro & Castro Lda
Centro Fisioterapia Angra Lda
Centro Médico da Povoação
Centrumaço - Com.Viat.Máq Lda
Ciclo Agro-Pecuário de S. Jorge Lda

Cipraçor Lda
Cipraçor Lda
CiproTur - Investimentos Turísticos Lda
Classica - P Publicidade Mark. Form. Lda
Climalectra - Instalações Técnicas Int.Lda
Clinica Médica da Praia da Vitória SU Lda
Clube Desportivo Ribeirense
Construções Couto & Couto Lda
Construções Meneses & Mcfadden Lda
Construções Paulo Jorge - Soc C C Lda
Contil - Rep. Continente e Ilhas Lda
Copipélago - Equipamentos Escrit. Lda
Coprave - Sociedade Avícola Lda
Cotaçor SA
Cunha & Cosme Construção Lda
Cunha & Cosme Lda
Cymbron Lda
Daniel Raposo de Sousa Lda
Direst - Distribuição Alimentar e Restauração Lda
Disrego Lda
Dora Maria Neto Machado Sousa
Dormaçor - E Hoteleiros Lda
Duarte Amaral & Filhos Lda
E.Freitas & Macedo Lda
Eduardo Abreu Castro Parreira SU Lda
EGA - Empresa Gráfica Açoreana Lda
Emanuel Pacheco Quental Medeiros
Emanuel Ricardo C Soc Unipessoal Lda
Empreendimentos Turísticos Colégio Lda
Engº António Vieira Lda

Equiambi - Equip Serv Gest Amb SU Lda
Espaço Quinta - Soc Rest Eventos Lda
Espaço X - Soluções Publicitárias Lda
F. Pereira & Filhos Lda
Fábrica de Tabaco Micaelense SA
Fameg - Montagens Electricas Gerais SA
Farmácia Central - Maria F.N.G.Ornelas
Farmacia N.Sr^a Anjos SU Lda
FAV - Comércio Agrícola Lda
Fergosil - Carpintaria Mecânica, Lda
Fernando Manuel Cardoso Monteiro
Fernando Manuel Garcia da Silva
Ferreira & Ferreira Lda
Filipe & Câmara Gab Apoio Const Lda
Flight LK 777 - Comércio Internacional SU Lda
Foto & Video - Franco & Arruda Lda
Francisco Borja Reis - Mat Construção
Francisco Manuel Silva Rodrigues
Freitas, Braga & Braga Lda
Fripraia - Soc Frogorifica Praia V Lda
Frois & Silva - Comércio Internacional Lda
Furnas & Companhia Lda
Gabriel Manuel S Vieira & Filhos Lda
Garagem Pereira Lda
Garcia & Medeiros Lda
Gemturi - Gestão Emp Tur Imob Lda
Gestcabe - Comércio G.Prod.Capilares Lda
Goretti Reis - SU Lda
Gouveia & Moniz Lda
Graça Neves Lda

Grafica Açoreana Lda
GTSL - Gestão T Serviços SA
H.M.T. Ferreira - Emp.Imob.T. SU Lda
Henrique Moniz - Distribuição A SU Lda
Herdeiros Agostinho F Medeiros Lda
Hospimédica Lda
Humberto Manuel Silva Silveira
IARH - Imob e Activid Rest. E Hot Lda
Iberazoria - Comércio Combustiveis SA
IECC - Instalações E Const Civil Lda
ILE - Imobiliaria Luso Europeia Lda
Ilha da Aventura Lda
Ilhadosol - Tur.Invest. Turisticos Lda
Indio & CA - Sociedade Restauração Lda
Instituto Beleza e Cabeleireiro Guida SU Lda
InvestaÇor Hoteis SA
InvestaÇor SGPS SA
Irmãos Duarte Lda
J L Arruda - Turismo Construção Lda
J. Ribeiro & Ribeiro Lda
J.F.Borges Lda
J.L.H.Sousa Lda
J.L.Machado Lda
Jacinto Ferreira Correia & Filhos Lda
JardimCampo - Com.Plantas Ornament.Lda
João António Gonçalves Vieira
João Borges - Serv. Pint.CCM SU Lda
João Chaves Magalhães
João Gonçalves Martins & Filho Lda
João Manuel Bettencourt Silva

João Medeiros Unipessoal Lda
João Serafim Freitas
Joaquim Machado Lda
Jomafreitas - Hot e Restauração Lda
Jorge & Filomena Lda
Jorge Alberto Cabral Botelho SU Lda
Jorge Botelho SU Lda
Jorge Gabriel Bettencourt Medina Melo
Jose Alberto Silva
José António Tavares Silva
José Artur Cruz Leal SU Lda
José Ascensão Cabral Branco
José Augusto Fagundes Alves
José da Estrela & Ca Lda
Jose Ferreira da Rocha & Filhos Lda
José HG Azevedo SU Lda
Jose Manuel Lima Amaral
José Manuel Pacheco Bastos Lda
José Monjardino SA
Jose Tavares Rodrigues Arruda
José Torres Teles & Filhos Lda
Julipico - Com Equip Serv Limpeza Lda
Kairós - Coop. Incubação I Ec Solidária CRL
Laurent Marcel Do Couto SU Lda
Leonardos - Distribuição Alimentar Lda
Leonor Conceição Costa Lopes Medeiros
Lidio José Carvalho Sousa Lda
LPM - Comércio Automoveis Lda
Lubriaçores - Lubrificantes dos Açores Lda
Luis Cabral Agostinho

Luis Fernando Neves
Luis Fernando Reis Mendonça
Luis Godofredo Pimentel Lda
Luis Manuel Baeta Bernardo
Luis Manuel Silveira Serpa
Luis Manuel Silveira Serpa
Luis Octavio Reis Indio & Filhos Lda
Luis Ribeiro Lda
Luis Rodrigues SU Lda
Luizes Representações Lda
M Gil & Oliveira Lda
M J Ferreira Sota Lda
Machado de Sousa Lda
Macronet - Marketing e Serviços Lda
Maga - Contabilidade Proc Dados Lda
Manaida Artigos Desportivos Lda
Manuel Cabral & LCCC Texteis Lda
Manuel Osvaldo Espinola Ramos
Manuel Rodrigues Silva Lda
Manuel Silva Rodrigues
Manuel Soares Ávila
Mãos Fada - Coop.Alimentar Salga CRL
Marcolino da Costa Camilo & Filhos Lda
Margarida Brum SU Lda
Maria Andrade & Raul Silva Lda
Maria Jacinta G Lemos Menezes
Maria Jesus Alves Pedro Fernandes
Maria João da Câmara Machado
Maria Olivia Peixoto Leite
Mário Oliveira SU Lda

Mariserpa - Comércio & Representações Lda
Marques - Comércio a retalho SA
Marsuga - Empreendimentos T Lda
Martinho Grilo Coelho & Ca Lda
Martins Rodrigues & Freire Lda
Mastersimm - Sistemas Informação Lda
Max Brix Elisabeth SU Lda
Medeiros & Vieira Lda
Melos Lda
Micol - Soc Micaelense Construção Lda
Mini Mercado S. José Lda
MLA Auto Soc Com Automoveis Lda
Moda Faria & Sales Lda
Mota de Ornelas - Gestão Imobiliaria Lda
Moveis Rocha - José FR & Fos Lda
Nascimento Neves & Filho Lda
New Concept Lda
Next Energy Lda
Nortenhazores - I Comer Mat Const SA
Nova Gráfica - Amaral R R & Medeiros Lda
Nova Zona - G Bens Imobiliários Lda
Novacoreana - Soc Imobiliaria Lda
Nuno Fernando Sequeira de Melo
Oceanus - Comércio Água Lda
Oliveira Leitão & Pena SA
Org Pipas - C Bebidas P Alimentares Lda
Organizações Heltina - C.I.R.P.A Lda
Oscar Manuel Medina Silva SU Lda
Paim & Paim - Construções Lda
Paim & Paim Com.A.V.Automóveis Lda

Pastelaria Augustos Lda
Paulina da Estrela & Filhas Lda
Paulo Carmo Couto Cruz SU Lda
Paulo Jorge Martins de Jesus Lda
Paulo Manuel Cortez Cordeiro & CA Lda
Paulo Rego - Investimentos Imobiliários Lda
Pedro Melo Tavares & Filhos Lda
Pereira & Melo - Cervejaria Lda
Pereira Lda
Picos de Aventura - Animação e Lazer Lda
Pinheiro & Amaral - Soc Distri Lda
Pneumelo Lda
Ponte & Cordeiro - Rest. Similares Lda
Portela & Ca Lda
Praiotel - Com.Equip.Hoteleiro Lda
Propower - Promoção Imobiliária SA
Provipor - Produção Alimentos A Lda
Provisé - S Protecção Vigilância SA
Quinta dos Figos - Turismo Rural Lda
R400 - Electrodomésticos e Mob Lda
Raimundo pereira - CP Aces.Aut. SU Lda
Raul Jacinto Machado Ferreira
Raul Paim & Filhos II SA
Raul Paim & Filhos SA
Real Quality Housing SU Lda
Rebelo & Filhos Lda
Recauchutagem Infante Lda
Rego Oliveira Lda
Reis Vieira & Rodrigues Lda
Restaurante O pescador Lda

Rodrigues & Silva Lda
Rogerio Paulo Pereira SU Lda
Rosa & Matos Lda
Rui Natal Teixeira Brasil SU Lda
Samal - SGPS SA
Sanestruçor - P Estudo Engenharia Lda
Serviços Tec Elect Moniz & Moniz Lda
Sicosta - Soc Industrial Carnes Lda
Siloter - Silos T Com Ind Cer Lda
SISDIAS - S Informação Serviços Lda
Soares & Abreu Lda
Soc. Comercio Ferragens Boqueirão Lda
Sociedade de Const. Lucinio Lima Lda
Sociedade Radiofusão Graciosense Lda
Sociedade Representações Avlis Lda
Sofia Mota - SU Lda
Soluções M - Mat Serv Const C Lda
Sotercar - S. Terc Viaturas Maquinas Lda
Soterlac - Sociedade Terceirense Lacticinios Lda
Straightedge - Soc Vestuário e Cal.Lda
Talho da Rua do Galo Lda
Teixeira & Vieira Lda
Teixeira, Ribeiro & Gil Lda
Terauto - Sociedade Terceirense Aut Lda
Tercasaçor - Empreendimentos Imobiliários Lda
Terceira Farma - Comércio I. P Quimicos
Terceirense Rações - Soc Prod Rações SA
Teresa Patricio - Clinica M Dent Lda
Terraçores - Empreendimentos T. Lda
Terroso & Terroso - Jardinagem e Prod Lda

Toste & Pacheco Lda
Transaje Lda
Transmaçor - Transportes Marítimos Açoreanos Lda
Turotel - Turismo e Hotéis Açores SA
Urbe Oceanus - Act Imobiliarias Açor SA
Valentino & Raposo Lda
Valquirio Manuel Correia Mendonça
Velascarga - Transitários S. Jorge Lda
Victor Manuel Patricio Correa Mendes
Vila 707 I Serviços SU Lda
Villa A Desporto Lda
Viva - Produtos E Serv Ambiente Lda
Viveiros & Viveiros Lda
Voparut - Investimentos Turísticos Lda
Walter Belchior Cortez Cordeiro
Walter M B Medeiros SA

LINHA DE CRÉDITO AÇORES EMPRESAS

296 Comércio Automóvel, SA
A C Cymbron, SA
A M Furtado, SA
Açormédia - Com M E Publicações, SA
Açortravel - Agência de Viagens e Turismo, Lda
Africauto, Lda
Anazor - Comércio Alimentar Açoreano, Lda
Andrade & Irmão, Lda
Animação Turística Quinta da Abelheira, Lda

Antero de Paiva e Filhos Lda
António Jorge Monteiro, Instalações Eléctricas - S Unip, Lda
António Manuel Cardoso Xavier
António Medeiros Pap. Livraria, Soc. Unip., Lda
ARMO - Sociedade Hoteleira, Lda
Atlanticomarmores Lda
Atlantigrafe - Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Lda
Borges e Silva, Lda
Branfer - Serralharia Artística e Industrial, Lda
Brito Medeiros Carvalho & CA Lda
Camilo & Machado Construções, Lda
CARANGRA, Lda
Carlos Costa Cabral, Lda
Carlos Teotónio Toste Gomes
Castanheira & Soares Lda
Ciberaçores - Tecnologias de Informação, Lda
Ciclo Agro-Pecuário de S. Jorge, Lda
CIPRAÇOR Lda
CITEL SA
CLIMALECTRA - Instalações Técnicas Integradas, Lda
Construções Couto & Couto Lda
Construções Iolanda Furtado - Soc. Unip. Lda
Construções Meneses & Mcfadden, Lda
Construtora Ideal Ilha Terceira II, Lda
Cooperativa Agrícola Açoreana de Horto- Fruticultores -
Frutaçor CRL
Cooperativa Ocidental, CRL
Costa & Martins, Lda
Costa Pereira & Filhos Lda
Cotaçor - Const. Santos Açores SA

Cunha & Cosme, Lda
Daniel Raposo de Sousa, Lda
Distrirota, Lda
Eduino António Brum Garcia
Elmano Alves, Lda
Europintura, Lda
Faialtráfego - Transitário e Ag. Navegação, Lda
FAMEG - Montagens Electricas Gerais, SA
Fontes Silva Construções, Lda
Francisco Manuel Silva Rodrigues
Freitas Braga & Braga, Lda
Frois & Silva - Comércio Internacional, Lda
GM Cabral - Com. Assist. lectrodomésticos, Unip Lda
Gráfica Açoreana, Lda
IARH Imob A R Hotelaria, Lda
IECC - Instalações Especiais para Construção Civil, Lda
Ilha Branca - Comércio de Combustiveis e Produtos Quimicos,
Lda
Irmãos Duarte, Lda
J & P - Soc. Açoreana Exploração de Cafés, Lda
J Dutra Construções, Lda
João Borges Unipessoal, Lda
João Manuel Dutra Gonçalves Unipessoal, Lda
Jorge Botelho - Soc. Unip, Lda
Jorge Ferrage, Lda
Jorge Manuel Ferreira Medeiros Ponte
José Carlos Costa Almeida & Filhos, Lda
José do Couto Lda
José Tavares Rodrigues Arruda
Landa Comércio e Reparações de Brinquedos Papelaria Lda

Laurent Marcel do Couto Unipessoal Lda
Madiçor, Lda
Manuel Humberto Silveira
Manuel Norberto Melo Jorge
Marcolino da Costa Camilo & Filhos, Lda
Mare de Imaginação - Construções, Lda
Micro-Horta, Comércio e Informática, Lda
Multipacto - Soc. Mecânica de Electricidade, Lda
Narciso Martins, Lda
Nascimento Neves & Filho, Lda
Nova Construtora S. Jorgense, Lda
O Bispo - Electrodomésticos e Materiais Eléctricos, Lda
Org. Diogo - Comércio e Indústria de Carne, Lda
Organizações Filnor - Comércio de Produtos Alimentares, Lda
Organizações Heltina, Lda
Paiva Alumínios Lda
Paulo José de Sousa Ramos
Pereira & Goulart, Lda
Picotur - Agência de Viagens e Turismo, Lda
Propower - Promoção Imobiliária SA
PROVIPOR - Produção para Animais, Lda
Ramiro Neves & Filhos Lda
Soares e Feliciano - Unipessoal, Lda
Soc. Comercial de Ferragens do Boqueirão, Lda
Soc. de Construções Lucino Lima, Lda
Soc. Restaurante Baleia Ocidental, Lda
T. Santos Dobreira, Lda
Terceira-Farma-Comércio e Indústria de Produtos Químicos,
Lda
Tito Sergio Nunes Silva

Tito's - Unipessoal, Lda

Transaje - Transitários e Transportes, Lda

Victor Manuel Patrício Corrêa Mendes

MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Andrade & Irmão, Lda

Andrauto – Comercialização de Automóveis, Lda

ATLANTIZORTUR – Investimentos Turísticos, Lda

Cipraçor – Comércio e Indústria de Construção Civil, Lda

Climalectra – Instalações Técnicas Integradas, Lda

Construções Corrêa Mendes, ENI

Fragoso & Soares

I.E.C.C. – Instalações Especiais para Construção Civil, Lda

ILHADOSOL–TUR – Investimentos Turísticos, Lda

Maria Arménia do Couto Melo, ENI

Medeiros & Gonçalves, Lda

Portela & C^a., Lda

S.R.E.A. – Serviços de Restauração e Afins, Lda

VERDEGOLF- Campos de Golf dos Açores, S.A.

Vítor Santos, S.U., Lda

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO N° 184/IX – FALTA FUEL NO AEROPORTO DE SANTA MARIA

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 184/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Aníbal Pires, do PCP. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1 – A situação está resolvida. Como é do conhecimento público, a entidade directamente responsável pela gestão do stock de combustível no Aeroporto de Santa Maria é a GALP Comercialização (do grupo GALP e REPSOL).

2 – Segundo informações da GALP, aquela empresa tinha previsto, para a primeira semana de Janeiro, o fornecimento de JET A1 ao aeroporto de Santa Maria. Contudo, devido a problemas logísticos com o navio, a viagem programada não se pôde realizar na data agendada.

Segundo informação da mesma empresa, haveria um stock de JET A1 no aeroporto de Santa Maria que daria até finais do mês de Janeiro, só se verificando o constrangimento para reabastecimento em escalas técnicas, devido à grande procura consequente das operações de ajuda humanitária ao Haiti.

3 - O Governo dos Açores interveio, prontamente, junto dos responsáveis máximos da GALP, no sentido de agilizar a solução do problema, tendo, inclusivamente, disponibilizado o navio “Eberhart Essberger”, que efectua o transporte inter-ilhas de combustíveis, a fim de repor os níveis de combustíveis necessários para a procura de escalas técnicas naquele aeroporto. No entanto, a GALP rejeitou esta hipótese por questões técnicas, uma vez que existia risco de contaminação do JET A1.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 189/IX – ZONA DO TOPO DA ILHA DE SÃO JORGE COM CORTES SUCESSIVOS DE ENERGIA ELÉCTRICA

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 189/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Mark Marques, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. Têm-se verificado algumas anomalias, não permanentes, na rede de média tensão que conduz a energia eléctrica para o Topo.

Essas anomalias manifestam-se em períodos de ventos fortes, orientados a Sul, e geralmente associados a elevada humidade (nevoeiro). O vento provoca a oscilação dos condutores que, ao se aproximarem uns dos outros, permitem a passagem de corrente pelo ar, dando origem a um curto-circuito e consequente actuação das protecções e desligamento da linha eléctrica.

2. A Empresa de Electricidade dos Açores está a desenvolver todos os esforços para encontrar a solução definitiva para o problema e minimizar simultaneamente o transtorno causado aos clientes da zona do Topo.

Salienta-se que estão em análise outros investimentos para, no futuro, se identificar no mínimo tempo possível quaisquer outras avarias que afectem a mesma zona. Esses investimentos contemplam a possibilidade de bialimentação de parte do troço entre Relvinha e Topo.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 192/IX – CANDIDATURAS DE AGRICULTORES DA ILHA DAS FLORES NO ÂMBITO DO PRORURAL

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 192/IX, subscrito pelo Senhor Deputado António Maria Gonçalves, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. Da Ilha das Flores, foi recepcionado pela Autoridade de Gestão apenas 1 (um) pedido de apoio no âmbito da medida 1.5 - Modernização das Explorações Agrícolas.
2. O pedido de apoio encontra-se em audiência prévia do candidato.
3. Da Ilha das Flores não foi recebido qualquer pedido de apoio no âmbito da medida 1.2.- Instalação de Jovens Agricultores.
4. Nos meses de Julho de 2007 e de 2008, foram realizadas acções de divulgação naquela Ilha, subordinadas ao Eixos 1 e 2 do PRORURAL, com uma presença média de 45 agricultores/sessão. Além dessas, tem sido ministrada formação aos técnicos do Serviço de Desenvolvimento Agrário e da Associação Agrícola, capacitando-os para prestar os esclarecimentos necessários aos agricultores no âmbito daquele programa. Por outro lado, tem sido efectuada a distribuição de folhetos informativos e a divulgação de toda a informação na página do PRORURAL, na internet.
5. Os pagamentos são feitos dentro do calendário estabelecido para o efeito, só não sendo pagas algumas candidaturas aos diversos prémios quando as mesmas apresentam irregularidades nos controlos administrativos ou nos controlos de campo.

Salvo raras excepções, os pagamentos das ajudas POSEI têm sido efectuados no período previsto na legislação comunitária de enquadramento, ou seja, até 30 de Junho do ano seguinte a que respeitam.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

—

ASSUNTO: REQUERIMENTO N° 194/IX – PORTO DE PESCAS DA GRACIOSA

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n° 194/IX, subscrito pelo Senhor Deputado João Bruto da Costa, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. Não foram detectados tecnicamente quaisquer abatimentos de tetrápodes à entrada do porto de pescas da Praia.
2. De acordo com o plano de monitorização técnica das infra-estruturas portuárias das pescas, o porto de pescas da Praia será objecto também de um reconhecimento submarino.
3. O porto de pescas da Praia já foi inspeccionado por uma equipa técnica, não se encontrando anomalias que justifiquem o reforço do molhe.
4. O porto de pescas da Praia está de acordo com o projectado, estando actualmente em análise a solução técnica adequada para melhorar a tranquilidade do espelho de água da sua bacia, nos casos em que a direcção da ondulação provoca uma agitação que não era a expectável. O projecto em causa, naturalmente, será debatido com os pescadores graciosenses, ainda este ano, até se encontrar a solução definitiva, que, obviamente, irá condicionar a data do lançamento do concurso da empreitada.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 196/IX – INSTALAÇÕES DA SEDE DO CINE-CLUBE DA HORTA

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 196/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Moniz, do Bloco de Esquerda. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

- Na Região Autónoma dos Açores o regime jurídico de apoios a actividades culturais, estabelecido através do Decreto Legislativo Regional nº 29/2006/A, de 8 de Agosto, prevê a concessão de apoios financeiros para aquisição, remodelação, beneficiação, ampliação ou construção de infra-estruturas destinadas a actividades culturais.

O Cineclubes da Horta, até à presente data, não formulou qualquer candidatura à Direcção Regional da Cultura neste sentido, embora o tenha feito para outros fins, em consequência do que foi apoiado financeiramente.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 198/IX – PROGRAMA DE MOBILIDADE JUVENIL “BENTO DE GÓIS”

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 198/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Cláudio Almeida, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. No que respeita às Associações inscritas no Registo Regional de Associações Juvenis, 14 dessas Associações apresentaram candidatura ao Programa Bento de Góis, em 2008, e, em 2009, também 14.

1.1 – Todos os projectos foram aprovados: em 2008, foram aprovados 16, e em 2009, foram aprovados 15 projectos.

2. Quanto aos Grupos Informais de Jovens que apresentaram candidatura ao Programa Bento de Góis, em 2008 foram 36 e, em 2009, 14 grupos.

2.1 – Em 2008, foram aprovados 36 projectos e em 2009 foram aprovados 14 projectos. Isto significa que todos os projectos foram aprovados.

3. Em 2008 dois Jovens em nome individual, maiores de 18 anos, apresentaram candidatura ao Programa Bento de Góis. Não houve candidaturas em 2009.

3.1 – Em 2008, foram aprovados os dois projectos candidatados.

4. No âmbito das Pessoas colectivas de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, que desenvolvem actividades na área de apoio social a jovens, apresentaram candidatura ao Programa Bento de Góis, em 2008, 23 entidades e, em 2009, 24 entidades.

4.1 – Em 2008, foram aprovados 38 projectos e, em 2009, foram aprovados 30 projectos, ou seja, todos os projectos.

5. Quanto aos Estabelecimentos de Ensino Básico, Secundário e Profissional que apresentaram candidatura ao Programa Bento de Góis, em 2008, foram 18 estabelecimentos de ensino e, em 2009, 13 estabelecimentos de ensino.

5.1 – Em 2008, foram aprovados 11 projectos e, em 2009, foram aprovados 18 projectos, ou seja, todos os projectos.

6. Não houve Associações Privadas que desenvolvam actividades destinadas a jovens, na área do apoio social aos jovens, que tivessem apresentado candidatura ao Programa Bento de Góis em 2008 e 2009.

7. Nenhuma Cooperativa que desenvolva actividades na área do apoio social a jovens apresentou candidatura ao Programa Bento de Góis, nem em 2008, nem em 2009.

8. No que respeita a Outras entidades consideradas adequadas à promoção das medidas deste programa, não houve candidaturas.

9. A divulgação do Programa é feita através do sítio da Internet da DRJ, do Portal do Governo, da RIAC e da Rede Regional de Informação Juvenil, nomeadamente, através dos Centros e Postos de Informação Juvenil, assim como através da informação e do apoio individual prestado pelos técnicos da DRJ aos jovens, suas associações e demais entidades que promovem actividades destinadas aos jovens.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 199/IX – PROBLEMAS NO COMPLEXO DESPORTIVO DR. MANUEL DE ARRIAGA

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 199/IX, subscrito pelos Senhores Deputados Jorge Costa Pereira e Luís Garcia, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

Esclarece-se genericamente que não foi recebida no Serviço de Desporto do Faial, nem na empresa concessionária do “Serviço de Manutenção, Gestão e Exploração das instalações e equipamentos desportivos do Complexo Desportivo Dr. Manuel de Arriaga “AQUATICUS”, qualquer reclamação relativa à segurança das instalações ou dos equipamentos desportivos nelas instalados e, neste contexto, desconhecemos qual ou quais

são os aspectos de segurança que são referidos como não estando salvaguardados para protecção dos utilizadores daquelas instalações, quer sejam da população escolar ou da população em geral.

No mês de Março de 2008, começaram a ser utilizadas pela população escolar e pela população em geral as instalações do Complexo Desportivo Manuel de Arriaga.

Foram na altura detectadas algumas irregularidades no piso do campo de futebol em relva sintética, sendo a mais significativa a distribuição pouco uniforme da borracha no tapete, pelo que, em reunião da Comissão de Acompanhamento da construção, foram levantadas todas estas questões e, em Junho do mesmo ano, estive no complexo uma equipa de técnicos da empresa que forneceu o piso sintético, tendo procedido à regularização da situação.

Em Junho de 2008, estavam resolvidos os problemas detectados, o que não significa que sejam suspensas as acções de limpeza, manutenção e conservação de uma instalação desportiva com aquelas características, que são efectuadas com regularidade.

Em conclusão, não há desde Junho de 2008 irregularidades anormais no piso.

Relativamente à colocação da “protecção aos vidros”, está em fase final de decisão qual a melhor solução para aquela situação que deverá criar também condições para a redução de luminosidade excessiva.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

**ASSUNTO: REQUERIMENTO N° 200/IX – ADAPTAÇÃO À REGIÃO DO
DECRETO-LEI N° 280/2001**

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n° 200/IX, subscrito pelo Senhor Deputado António Pedro Costa, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

5. Foi por ter conhecimento da situação de embarque dos pescadores açorianos que o Governo Regional propôs que as competências relativas a tripulações e formação

profissional nas pescas passassem para a alçada da Região, no âmbito do nosso Estatuto Político-Administrativo.

6. O Governo Regional já elaborou uma proposta de diploma regional sobre a pesca açoriana que permitirá agilizar a formação profissional e a inscrição marítima no nosso sector das pescas.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 203/IX – FAJÃS DE SÃO JORGE

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 203/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Abel Moreira, do CDS-PP. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. Relativamente à questão da Fajã de S. João, protecção costeira do Calhau Miúdo, informa-se que a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, através da Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, está a preparar o procedimento para a realização do projecto de execução.

2. Não houve qualquer tipo de danos visíveis no cais. Verificou-se apenas que as pedras colocadas do lado poente do molhe sofreram alguma deslocação, situação que será alvo de uma análise e eventual correcção.

3. Nunca se previu a construção de um “muro de encosto”. Contudo, está ser analisado o comportamento da obra e será apresentado o resultado.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 204/IX – TRANSPORTE DE RESÍDUOS PARA O EXTERIOR DA REGIÃO

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 204/IX, subscrito pelos Senhores Deputados Carla Bretão, Clélio Meneses, João Bruto da Costa e Luís Garcia, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. Passados os primeiros meses de aplicação deste sistema, importou proceder a pequenos ajustes pelo que, através da Portaria 3/2010, de 19 de Novembro, se alterou, nomeadamente, o n.º 5, clarificando o montante a atribuir quer em 2009 quer em 2010, mas não alterando os valores previamente estabelecidos na Portaria 58/2009, de 13 de Julho. Por outro lado, o ponto 6 do n.º 5 foi alterado no sentido de permitir que, nas ilhas para as quais não exista operador licenciado para a descontaminação e desmantelamento de veículos em fim de vida (até à data são sete ilhas), o transporte marítimo destes resíduos (com o código 16 01 04*) para outras ilhas, para aí serem descontaminados e compactados, ficasse abrangido pelo apoio financeiro em causa. Também a lista de resíduos abrangidos pelo sistema de apoio constante do Anexo I não foi diminuída, mas antes alargada, passando a beneficiar mais resíduos perigosos, como sejam o conteúdo de separadores óleo/água (com os códigos 13 05 01*, 13 05 02*, 13 05 03*, 13 05 06*, 13 05 07* e 13 05 08*) e os resíduos de combustíveis líquidos (com os códigos 13 07 01*, 13 07 02* e 13 07 03*).

2. A portaria não procedeu a qualquer redução na comparticipação prevista e acordada com os operadores.

3. Em 2009 candidataram-se cinco operadores licenciados para a gestão de resíduos, estando previsto atribuir um montante total de 88 747,53 euros, variando os apoios entre os 900€ e 50 000€.

4. Ainda não é possível fazer uma estimativa fundamentada dado que se está no início do ano, mas espera-se exceder o valor do ano anterior, atendendo ao aumento esperado nas exportações de resíduos.

5. Como não houve redução nos apoios e sendo os apoios previstos desde o início do processo alargados pela portaria em causa, o Governo espera um aumento no fluxo de

exportação de resíduos, particularmente nos grupos de maior perigosidade agora melhor contemplados.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO N° 209/IX – PORTO DA URZELINA – ILHA DE SÃO JORGE

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n° 209/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Mark Marques, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

7. A obra de melhoramento do porto da Urzelina está suspensa devido à impossibilidade de se efectuarem os trabalhos marítimo-portuários com as más condições meteorológicas e de mar que têm atingido a Região.
8. A obra será reiniciada depois de avaliada e analisada a situação da infra-estrutura pelo projectista e quando as condições de agitação marítima garantirem estabilidade na execução dos trabalhos naquela zona portuária.
9. Anexa-se cópia do projecto final da obra.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO N° 214/IX – CONSTRUÇÃO DA CASA DO POVO DO TOPO NAS CALENDAS GREGAS...!!!

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 214/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Mark Marques, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

O estudo prévio para reconstrução e adaptação da Casa dos Tiagos a núcleo de apoio à Casa do Povo do Topo foi apresentado publicamente no dia 5 de Outubro de 2009.

O projecto de licenciamento será enviado, em breve, pela Casa do Povo à Câmara Municipal.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

—

Pela redactora, *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa.*